

**SANDRA ELAINE AIRES DE ABREU**

**A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE  
FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” E O  
PROTESTANTISMO EM ANÁPOLIS**

Universidade Federal de Goiás

Goiânia — 1997

**SANDRA ELAINE AIRES DE ABREU**

**A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE  
FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” E O  
PROTESTANTISMO EM ANÁPOLIS**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar Brasileira à Comissão Examinadora da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Canesin Guimarães.

Universidade Federal de Goiás

Goiânia — 1997

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Antônio Carlos de Jesus

Alfonso de Souza

Allan de Souza

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> M<sup>ª</sup> Tereza Canesim Guimarães, que me acompanhou durante este trabalho, com paciência e dedicação, com suas orientações seguras e oportunas críticas.

À Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Herminia S. Domingues e Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Tereza Louza, pela atenciosa leitura e pelas observações pertinentes, por ocasião do exame de qualificação.

Aos dirigentes e funcionários da Associação Educativa Evangélica e da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, que ofereceram condições para a realização deste trabalho.

À Prof<sup>ª</sup> Mirza Seabra Toschi, pela leitura da versão preliminar deste trabalho, e cujas sugestões e críticas contribuíram para o meu aprimoramento.

Ao Rev. Esli Pereira Faustino, pelas entrevistas concedidas, e esclarecimentos sobre o trabalho missionário dos fundadores da AEE.

Ao Dr. Antônio de Oliveira Brasil, que contribuiu com esse trabalho através de seus relatos sobre a história do Colégio Couto Magalhães.

Aos demais entrevistados, pela disponibilidade e informações prestadas.

À Maria Aparecida Porfírio pela assessoria na tradução dos textos consultados.

Aos professores da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, pelas mais variadas colaborações, apoio e estímulo para realizar este trabalho.

Aos funcionários do IBGE de Anápolis/GO que favoreceram o acesso aos dados da instituição.

À Darcy Costa e Valéria Crescente Alves pela cumplicidade e pelo trabalho de apresentação técnica desta dissertação.

Para

Sebastião Aires de Abreu (*in memoriam*) e Maria Fiuza de Abreu, meus pais,

Ailton Rodrigues Souto e à nossa filha, Déborah,

Maria da Conceição Fiuza (Vó),

Lídia Ayres Caixeta de Souza, Perácio Caixeta de Sousa, Maysa e Michelle,

Marli Ferreira Martins,

que, de modo particular, marcaram presença nesta dissertação.

## RESUMO

O processo de criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” inseriu-se num contexto histórico marcado pela expansão do capitalismo na sociedade brasileira; a inserção do protestantismo no Brasil, em Goiás e na cidade de Anápolis; a inserção de Anápolis à economia de mercado, e a expansão do ensino superior brasileiro, marcadamente no processo de expansão das Faculdades de Anápolis, Ciências e Letras, que atingiram o Estado de Goiás e Anápolis.

A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” diferiu-se das demais Faculdades de Filosofia, no sentido de ser uma instituição de cunho religioso protestante que defendia a doutrina religiosa preconizada pela entidade mantenedora — Associação Educativa Evangélica — paralelamente à formação de professores para o magistério secundário e normal. Constituída nestes moldes a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” legitimou-se por transmitir e veicular as concepções e valores que são inerentes à vertente religiosa que a fundamenta.

Na lógica dessas diretrizes, havia na Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” uma orientação “francamente cristã evangélica” na qual a educação religiosa protestante era a base para a educação integral. Por isso a formação do professor cristão (protestante) em cada aluno da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” era de fundamental importância para a difusão e perpetuação do ideário religioso protestante.

## **ABSTRACT**

The process of Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” creation was insert in a historic context market by expansion of the capitalism into brazilian society; the insertion of the protestantism in Brazil in Goiás and in Anápolis; the insertion of Anápolis in the market economy, as well as for the expansion of the brazilian superior education markedly in the process of expansion of Philosophy, Science and Language’s Colleges, that reached Goiás State and Anápolis.

The Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” differed of the others Philosophy Colleges in the sense of being an institution of protestant religious stamp that diffused a religious doctrine commended publicly by maintainer entity — Associação Educativa Evangélica — parallel to the formation of teachers to the secondary and normal teaching profession. Established in these moulds the Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” legalized for transmitting and spreading the conceptions and values that are inherents to the religious slope that establish it.

In logic of these ideas there was in the Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” a sincere Evangelical Christian direction where the protestant religious education was the basis for an integral education that’s the why the formation of the protestant christian teacher in each student of the Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” had a fundamental importance of spreading and perpetuation of protestant religious ideal.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

**AEE — Associação Educativa Evangélica**  
**CCM — Colégio Couto Magalhães**  
**CELG — Centrais Elétricas de Goiás**  
**CTA — Conselho Técnico Administrativo**  
**CNE — Conselho Nacional de Educação**  
**DAIA — Distrito Agro-Industrial de Anápolis**  
**FFBS — Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”**  
**FFCL da USP — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**  
**HEG — Hospital Evangélico Goiano**  
**IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**  
**ICEB — Igreja Cristã Evangélica do Brasil**  
**ICEnB — Igreja Cristã Evangélica no Brasil**  
**IECLB — Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil**  
**IEIU — Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos**  
**IELB — Igreja Evangélica Luterana do Brasil**  
**IPB — Igreja Presbiteriana do Brasil**  
**IPC — Igreja Presbiteriana Conservadora**  
**IPF — Igreja Presbiteriana Fundamentalista**  
**IPI — Igreja Presbiteriana Independente do Brasil**  
**IPR — Igreja Presbiteriana Renovada**  
**IPU — Igreja Presbiteriana Unida do Brasil**  
**MEC — Ministério da Educação e Cultura**  
**RBMU — Regions Beyond Missionary Union**  
**SAEM — South American Evangelical Mission**  
**SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**  
**UESA — União Evangélica Sul Americana**  
**UFG — Universidade Federal de Goiás**  
**UIECB — União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil**  
**UIECCB — União das Igrejas Evangélicas Congregacionais e Cristãs do Brasil**



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b>  |
| <br>   |            |
| <b>1. DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” .....</b>        | <b>23</b>  |
| <b>1.1 O período de 1930 a 1961: as transformações da sociedade brasileira.....</b>  | <b>24</b>  |
| <b>1.2 O ensino superior: a criação e a expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no período pós-30 e a questão religiosa.....</b> | <b>29</b>  |
| <b>1.2.1 A expansão do ensino superior em Goiás: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras .....</b>   | <b>51</b>  |
| <b>1.3 A expansão do protestantismo no Brasil e a questão educacional .....</b>  | <b>57</b>  |
| <b>1.3.1 A expansão regional do protestantismo: Centro-Oeste.....</b>  | <b>72</b>  |
| <b>1.3.2 A educação como estratégia de expansão do protestantismo .....</b>  | <b>75</b>  |
| <br>   |            |
| <b>2. A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO PROTESTANTISMO EM ANÁPOLIS .....</b>                   | <b>84</b>  |
| <b>2.1 A cidade de Anápolis: fatores históricos.....</b>   | <b>86</b>  |
| <b>2.2 Os fundamentos do protestantismo em Anápolis: a saúde e a educação.....</b>   | <b>94</b>  |
| <b>2.3 Atividades educacionais: do Colégio Couto Magalhães à Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.....</b>                                    | <b>106</b> |
| <b>2.3.1 O Colégio Couto Magalhães.....</b>  | <b>107</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>2.3.2 A Associação Educativa Evangélica.....</b>  | <b>113</b> |
| <b>2.3.3 A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” .....</b>   | <b>117</b> |
| <br>   |            |
| <b>3. A FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” — DA<br/>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E ADMINISTRATIVA AO PAPEL DE<br/>INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO PROTESTANTISMO.....</b> | <b>130</b> |
| <b>3.1 A organização didática e administrativa da Faculdade de<br/>Filosofia “Bernardo Sayão” .....</b>  | <b>131</b> |
| <b>3.2 O papel da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” como<br/>instrumento de difusão do protestantismo.....</b>   | <b>147</b> |
| <br>   |            |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>160</b> |
| <br>   |            |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>   | <b>171</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>177</b> |

## LISTA DE TABELAS

|  |            |
|--|------------|
| <b>TABELA I : Distribuição do número de matrículas nas Faculdades de Filosofia, Direito, Engenharia, Economia e Medicina em 1964.....</b>  | <b>49</b>  |
| <b>TABELA II: Distribuição do número de estabelecimento públicos e particulares para os cursos de Filosofia, Economia, Direito, Engenharia e Medicina no Brasil em 1964.....</b> | <b>50</b>  |
| <b>TABELA III: Taxas de protestantes por regiões entre 1940 e 1970....</b>   | <b>73</b>  |
| <b>TABELA IV: Taxa de urbanização e de protestantes.....</b>   | <b>74</b>  |
| <b>TABELA V: População de Goiás e número de protestantes, de 1940 a 1970.....</b>  | <b>74</b>  |
| <b>TABELA VI: Crescimento da população de Anápolis entre 1872 e 1970 .....</b>   | <b>88</b>  |
| <b>TABELA VII: Recursos médico-hospitalares em Anápolis em 1935, 1942, 1949.....</b>   | <b>91</b>  |
| <b>TABELA VIII: Curso superior e cursos médios, e número de alunos inicialmente matriculados em Anápolis em 1955, 1956 e 1957.....</b>   | <b>92</b>  |
| <b>TABELA IX: Igrejas Protestantes, em Anápolis e número de membros entre 1959, 1960 e 1961.....</b>   | <b>102</b> |
| <b>TABELA X: Número de protestantes em Goiás, e número e proporção de protestantes e católicos em Anápolis, entre 1940 e 1970.....</b>   | <b>102</b> |
| <b>TABELA XI: Alunos que ingressaram na FFBS no período de 1961/1964 e formaram-se no período de 1964/1970.....</b>  | <b>141</b> |

## LISTAS DE ANEXOS

|   |            |
|---|------------|
| <b>ANEXO I — Entrevistas.....</b>   | <b>177</b> |
| <b>ANEXO II — Correspondência enviada ao Rev. Archibald nos EEUU, em 5 de agosto de 1946.....</b>   | <b>177</b> |
| <b>ANEXO III — Correspondência enviada ao Rev. Archibald nos EEUU, em 15 de outubro de 1946.....</b>  | <b>178</b> |
| <b>ANEXO IV — Caracterização do corpo docente da FFBS/1961, quanto ao nome, disciplina e o curso no qual lecionaria.....</b>                      | <b>178</b> |
| <b>ANEXO V — Caracterização do corpo docente da FFBS/1961 quanto ao nome, curso de graduação e pós-graduação e local onde foram cursados.....</b> | <b>179</b> |
| <b>ANEXO VI — Caracterização do corpo docente da FFBS/1961 quanto ao nome e exercício profissional anterior.....</b>                              | <b>180</b> |
| <b>ANEXO VII — Caracterização do corpo docente da FFBS/1961 quanto ao nome e trabalhos realizados e/ou publicados.....</b>                        | <b>181</b> |
| <b>ANEXO VIII — Grades curriculares.....</b>  | <b>182</b> |
| <b>ANEXO IX — Planos de cursos.....</b>   | <b>184</b> |

## **Introdução**

A proposição central deste trabalho é analisar a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, em sua relação com a difusão do protestantismo, na cidade de Anápolis.

O estudo da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (FFBS) torna-se relevante pela importância da instituição na História da Educação Anapolina. Estudar como a FFBS nasceu, como foi criada, leva-nos a compreender a sua história, aspectos da implantação e expansão do protestantismo na sociedade anapolina, bem como a doutrina e a tradição pedagógica preconizadas pela Associação Educativa Evangélica.

A escolha da FFBS, como objeto deste estudo, decorreu da minha experiência como docente nessa instituição, desde 1987.

Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás, e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, a opção pelo Mestrado em Educação e o trabalho numa pesquisa histórica — em História da Educação — dá continuidade à prática educativa profissional, onde as duas áreas se entrelaçam: lecionando História da Educação no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

O trabalho docente com a disciplina Histórica da Educação, com alunos cuja maioria é composta por professores da rede pública e

particular, orientou-se, ao longo de minha experiência profissional, centrado na preocupação de examinar a educação brasileira, refletindo sobre os fins da educação e suas políticas educativas, contidas nas diversas propostas educacionais, em diferentes etapas históricas da sociedade brasileira. Isto fez-se com o intuito de levar esses alunos/professores a refletirem sobre sua prática educativa, desenvolvendo uma visão da realidade e compromisso político com sua transformação, acreditando que essa deveria ser uma das preocupações e objetivo da disciplina.

No contexto dessa experiência, surgiu a preocupação em procurar compreender qual era a proposta de formação de professores para o magistério secundário, veiculada pela FFBS. Que tipo de profissional a FFBS lançava no mercado de trabalho? O que teria levado a FFBS a optar por uma determinada proposta de formação de professores? Estas foram questões iniciais que, de forma preliminar, instigaram-me no sentido de investigar o significado da FFBS, no contexto educacional de Anápolis.

Na tentativa de responder a essas questões, as investigações acabaram por concentrar-se naquilo que é marcante e particular na instituição — o cunho religioso protestante. Fruto do trabalho de um grupo de missionários protestantes, a FFBS estava inserida em um contexto, onde já havia outras unidades de ensino (Colégio Couto Magalhães — CCM, Instituto Bíblico Goiano, e a Escola de Enfermagem Florence Nigthingale) mantidas por um grupo de missionários, além de templos, uma Livraria Evangélica e o Hospital Evangélico Goiano (HEG).

Diante dessas constatações surgiram outras questões. Por que um grupo de missionários teria criado tais instituições educacionais? Qual o papel das instituições educacionais para a concretização de seus propósitos religiosos? Qual seria o papel da FFBS neste cenário? Estas questões levaram-me a uma reformulação da questão inicial que passou a ser a seguinte: qual a proposta de criação da FFBS, no contexto da sociedade anapolina, e de que forma se constituiu num projeto educacional, com o intuito de difundir o protestantismo em Anápolis?

A partir de todos os elementos arrolados até então, é que se definiram as questões norteadoras desta investigação:

- 1) Qual o papel das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade Brasileira?
- 2) Quais as condições históricas que permitiram a expansão do protestantismo em Anápolis e motivaram um grupo de evangélicos a escolher a cidade, para a concretização de seus propósitos religiosos?
- 3) Em que condições históricas o processo de criação da FFBS foi gestado?
- 4) Qual o papel da FFBS no ato de sua criação?
- 5) Como a FFBS serviu como instrumento de difusão do protestantismo, em Anápolis?

O período delimitado pela pesquisa foi o situado entre 1930 e 1961, que se justifica por compreender os anos de penetração e expansão do capitalismo na sociedade brasileira, a inserção de Anápolis à economia de mercado, a instituição das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade Brasileira e à criação da Faculdade de Filosofia

“Bernardo Sayão” em Anápolis, pela Associação Educativa Evangélica. Em que pese a referida delimitação temporal, para uma melhor compreensão das questões formuladas, foi necessário retroceder e ultrapassar o tempo histórico circunscrito.

Os passos trilhados, no desenvolvimento desta pesquisa, interpenetraram-se no processo de descoberta e análise dos dados, onde o eixo de estudo foi sendo progressivamente demarcado, durante a investigação. A análise dos dados deu-se durante toda a investigação, através de explicações progressivas, em um processo interativo, no qual coleta de dados e interpretação destes foram adquirindo organicidade, frente às questões propostas.

Desde o início da pesquisa, assumiu relevância a busca dos antecedentes históricos que forneceram as condições necessárias para o surgimento da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”. Procurou-se, nesse processo metodológico, combinar a investigação de tipo quantitativo com o de tipo qualitativo, entendendo-se que, numa investigação dessa natureza, a escolha das técnicas utilizadas está diretamente relacionada com o tipo de problema, dado que é a sua natureza que define a natureza da metodologia. A compreensão que se infere é que

A metodologia é sempre subserviente ao problema; em outras palavras, ela deve se adequar a ele. O sentido da metodologia aqui empregado é aquele mais amplo e de natureza processual, compreendendo tudo que se situa entre o momento da concepção de um tema de investigação e suas conclusões. Por



sua vez, todas as decisões metodológicas que são tomadas sofrem a influência inevitável da visão de mundo do pesquisador (Haguette, 1994: 57-8).

A partir desta concepção, a coleta de dados deu-se de diferentes formas, através da análise documental, análise de obras, textos, jornais e realizações de entrevistas que aconteceram concomitantemente. À medida que as questões acerca do objeto foram sendo construídas, buscou-se nas diferentes formas de coleta de dados, informações pertinentes que pudessem atender às necessidades de explicações das mesmas.

Num primeiro momento, investigou-se sobre a instituição das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nas Universidades Brasileiras e o contexto histórico em que elas foram criadas. Para tanto, recorreu-se a livros, artigos, textos, dissertações de mestrado etc.

Num segundo momento, foram focalizadas as questões referentes à Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão", sua criação, objetivos, finalidade. Neste momento, realizou-se o levantamento e leitura dos documentos e foram feitas entrevistas. Para a análise da documentação foram consultados arquivos da Secretaria da FFBS; da Secretaria Geral das Faculdades da Associação Educativa Evangélica (AEE); da Secretaria do Colégio Couto Magalhães (CCM); arquivos da AEE; da Secretaria da Escola de Enfermagem Florence Nigthingale e Memorial James Fanstone (ambos anexos ao Hospital Evangélico Goiano); Estatutos da AEE, Históricos da FFBS, CCM e AEE, Jornais internos da FFBS; arquivos do Museu Histórico de Anápolis; Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE); Legislação Federal referente à organização do ensino superior no Brasil, dentre outros.

As entrevistas deram-se de forma semi-abertas. Foram realizadas, ao todo, seis entrevistas significativas que tiveram por objetivo confrontar os dados obtidos nas fontes primárias:

a) com o ex-proprietário do CCM, que relatou a sua entrada na escola como diretor; o entrevistado esclareceu como se tornou proprietário e o momento em que vendeu a escola e como o novo proprietário criou a AEE, para ser a mantenedora do Colégio (Entrevista nº 1, abril, 1993);

b) com um professor da FFBS, que, à época da entrevista, era também professor e diretor do Seminário Teológico Cristão Evangélico e que relatou acerca das vertentes do protestantismo à qual a AEE/FFBS estão ligadas, especificamente sobre a Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB) e o trabalho realizado pelos missionários dessa denominação à qual esteve ligado o fundador da AEE; também informou como essas missões cooperavam financeiramente com a obra educacional no Brasil (Entrevista nº 2, abril, 1993);

c) com o Presidente da AEE, quando a FFBS foi criada, e com uma professora fundadora da FFBS, os quais relataram o que significava para a AEE a criação de uma escola de nível superior, porque optaram por uma Faculdade de Filosofia, e o papel do Curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, que era parte do currículo de todos os cursos ministrados pela FFBS (Entrevistas nº 3 e nº 4, dezembro, 1996);

d) com duas alunas da primeira turma de formandos da FFBS, com o objetivo de examinar o papel de difusão do protestantismo da FFBS, através do curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica (Entrevistas nº 5 e nº 6, dezembro, 1996).

O exame da documentação referente à FFBS foi realizado através da análise das informações contidas. Optou-se por esse procedimento porque todo documento falado e escrito contém, potencialmente, uma quantidade de informações sobre seu(s) autor/autores, instituições, tais como: suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, motivações etc. É uma fonte estável, material objetivo que pode ser consultado tantas vezes quantas necessárias, e ainda pode ser selecionado de acordo com o que foi considerado importante para responder às questões propostas (Triviños, 1987: 160)

No processo de investigação que sustentou o presente trabalho, procurou-se realizar, de forma sistemática, um estudo sobre o processo de criação de uma instituição educacional de caráter religioso. Entendeu-se que uma instituição constituída nesses moldes, se legitima, sobretudo, pela especificidade de transmitir e veicular determinadas concepções e valores que são inerentes à vertente religiosa que a fundamenta. A educação, como instância necessária da vida humana, relaciona-se às condições sociais e ao esquema de valores vigente na sociedade, sejam eles políticos, econômicos ou mesmo religiosos, os quais, por sua vez, precisam da educação para garantir sua persistência histórica. Todas instituições sociais, educacionais ou não, pautam-se, direta ou indiretamente, por um complexo sistema de valores que lhes configuram

a identidade e lhes conferem traços distintivos na sociedade mais ampla. É nesse sentido que se infere que a educação, em geral, serve em graus diferentes, como instrumento, para que determinados agrupamentos da sociedade, possam fazer prevalecer seus interesses, sejam eles quais forem religiosos, econômicos, políticos etc.

Esta compreensão da educação como um correspondente implícito à vida societal, com tais características e funções, exige que se tome como pressuposto o fato de que reconstruir um período da existência de uma instituição escolar exige, necessariamente, o esforço de procurar compreendê-la, enquanto um particular que se constitui e é constituído em uma inter-relação com uma totalidade mais ampla. É nessa perspectiva que se pretendeu investigar o processo de criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, no contexto da cidade de Anápolis. Permeou a investigação, a referência que uma instituição escolar se institui numa sociedade determinada, a qual, indiretamente ou não, condiciona os seus objetivos, seus agentes e sua dinâmica de organização e funcionamento. Partiu-se do entendimento de que toda instituição escolar carrega, em si, os marcos da sociedade que a engendra, reflete suas contradições, seus impasses, tanto no que se refere à sua dinâmica interna quanto ao seu desenvolvimento. Por sua vez, a instituição escolar interfere ou contribui, em níveis diferentes, para a sociedade que a condiciona.

Tomar como objeto de estudo o processo de criação de uma instituição educacional de caráter confessional traz, evidentemente, certas implicações bem definidas. Uma delas é certamente prioritária — é

preciso indagar sobre as condições sociais determinantes que a impulsionaram bem como as motivações, os interesses, formulados em forma de objetivos, que levaram à criação da referida instituição, na década de 60, na cidade de Anápolis. Uma instituição educacional, de natureza confessional, apresenta traços que a diferenciam das demais, por exemplo, as de natureza pública. A doutrina religiosa à qual se filia tende a dar forma e conteúdo a outras instâncias da vida social, como a moral e os fundamentos, no âmbito pedagógico.

É a partir desse referencial que o processo de investigação se realizou. Do resultado do trabalho ou processo de exposição, resultaram três capítulos.

O primeiro capítulo analisa a criação e expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pelo Brasil, não só como subproduto da expansão do ensino superior brasileiro entre 1930 e 1961, mas marcada por especificidades, estimulada pela dinamização social, política, econômica, ocorridas na sociedade brasileira nesse período, em Goiás e, particularmente, na cidade de Anápolis. Analisou-se ainda a expansão do protestantismo na sociedade brasileira e em Goiás, para explicar a criação da FFBS, por ser uma instituição de cunho religioso protestante.

O segundo capítulo analisa a criação da FFBS como instrumento de difusão do protestantismo em Anápolis, que coincide com o momento da inserção de Goiás e, especificamente Anápolis, à economia de mercado, e da chegada das primeiras famílias e dos primeiros missionários protestantes à cidade e como difundiram o protestantismo, em Anápolis. Examina-se, particularmente, a FFBS como uma das instituições

educacionais que foram criadas no contexto da difusão do protestantismo, em Anápolis.

O terceiro capítulo trata dos seus objetivos institucionais e sua função de instituição educacional e confessional e analisa o processo de organização didática e administrativa da FFBS, observando as exigências da Legislação Federal e o cumprimento destas pela AEE/FFBS, e o papel da FFBS como instrumento de difusão do protestantismo.

Torna-se importante ressaltar que o presente trabalho se enquadra nos limites da precariedade da pesquisa, no âmbito da História da Educação em Goiás. Essa área, sobretudo no que se refere ao ensino superior, é bastante incipiente, exigindo esforços que possam fazer avançar o conhecimento.

Este trabalho consiste num primeiro estudo que procura relacionar ensino superior com a questão religiosa, não tendo a pretensão de esgotar o assunto. Trata-se apenas de um ponto de partida para novos estudos e interpretações, o que justifica o seu caráter amplamente descritivo. Nestes termos — modestos — o presente trabalho poderá oferecer contribuição à historiografia da Educação Goiana e especificamente anapolina, ampliando as discussões sobre as instituições educacionais de nível superior, de cunho religioso.

Finalmente, lembramos as dificuldades encontradas na realização desse processo de investigação, sobretudo, as entrevistas. No que diz respeito ao corpo docente e administradores que vivenciaram e produziram a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, os motivos foram variados, e, dentre eles, poderemos destacar o fato de alguns terem

falecido, e que outros, estrangeiros, não se encontram mais no Brasil. Dos que habitam outros países e foram possíveis de serem contactados, através de correspondências, não obtivemos qualquer resposta.

Quanto ao corpo discente, as dificuldades perpassaram pelo fato de ter sido muito pequeno o número de alunos, nos primeiros anos de funcionamento da FFBS, aliado ao fato de alguns terem falecido e outros se recusado a fazer a entrevista.

## Capítulo I

### DA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO”

Este capítulo procura indicar elementos para a compreensão histórica do processo de criação e expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras<sup>1</sup> na sociedade brasileira, no período compreendido entre 1930 e 1961, observando o referido fenômeno no Estado de Goiás, no qual se insere a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (FFBS), em Anápolis/Go.

Torna-se necessário, portanto, no contexto do trabalho, retroceder no período histórico delimitado. Entende-se que a análise da criação de uma instituição de nível superior — no caso a FFBS, exige exame de dois processos básicos: primeiro, a compreensão das condições históricas brasileiras em que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foram

---

<sup>1</sup> *A Faculdade de Filosofia tem suas origens na Faculdade de Artes da Universidade Medieval. Concebida como instituto universitário que engloba o conjunto das ciências e as humanidades, centro da pesquisa científica pura e dos altos estudos, surge com a Universidade de Berlim, criada em 1810, sob a inspiração de Wilhelm von Humboldt.*

*Até então, a Faculdade de Filosofia, na universidade alemã, era uma espécie de escola preparatória para as faculdades, ditas superiores, de Teologia, Direito e Medicina. Nos quadros da Universidade de Humboldt ela se torna a substância mesma da instituição universitária e supera, em prestígio, as demais faculdades (Sucupira, 1969: 264).*

A proposta de Humboldt para a universidade era a de introduzir a juventude no espírito da idéia filosófica de uma totalidade das ciências e educar a juventude para o trabalho criador. Percebe-se então, que, para Humboldt, a função principal da Universidade é a pesquisa e não o ensino.



criadas; segundo, a compreensão da expansão do protestantismo na sociedade brasileira, e, em Goiás, a partir do século XIX, tornou-se uma via fundamental para entender a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” por ser esta uma instituição de cunho religioso protestante.

### **1.1 O período de 1930 a 1961: as transformações da sociedade brasileira**

O período de 1930 a 1961 coincide com a penetração, expansão e consolidação do capitalismo industrial monopolista no Brasil. A penetração do capitalismo no Brasil dinamizou vários setores da sociedade brasileira. Foi um período de grandes transformações. No campo político, o grupo agrário-exportador, ligado à produção cafeeira, perde o poder político, e ascende o grupo industrial urbano. Emergem novas classes sociais, disputando um espaço na sociedade brasileira — classes médias urbanas, operariado industrial, “mundo” estudantil, a baixa oficialidade do exército (tenentes) etc. (Beozzo, 1989: 273). O chefe do Governo Provisório (1930/1934), Getúlio Vargas, governará tentando manter o equilíbrio entre essas forças emergentes e opostas.

No que diz respeito às relações internacionais do Brasil, Vargas tentou administrar o país diplomaticamente, diante das pressões exercida pelos parceiros comerciais e financeiros. Nesta época (pós 1930), aumentou a influência britânica, uma vez que as relações com os Estados Unidos estavam estremecidas, diante do apoio americano ao governo

deposto. Em 1933-1934, os Estados Unidos tentam fortalecer sua posição com o governo Vargas, mas vê novamente ameaçada a sua hegemonia diante do intercâmbio comercial teuto-brasileiro. Mas antes da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos restabeleceram suas relações comerciais com o Brasil, e asseguraram que a guerra não desorganizasse seus mercados e sua estabilidade política na América Latina.

Nos anos 30, esgotou-se o modelo econômico denominado agrário-exportador dependente e inaugurou-se uma nova fase do desenvolvimento capitalista brasileiro que foi denominado de substituição das importações (Ianni, 1978: 23-25), que estava inserido na política nacional-desenvolvimentista, onde se criaram condições concretas para a industrialização no Brasil. *“Esta industrialização ‘florescia espontaneamente no vazio’ deixado pela produção agrário-exportadora interna e pela produção industrial das sociedades capitalistas centrais” (Ribeiro, 1984: 92).* Houve uma expansão da indústria, condicionada pela ampliação de um mercado interno que desenvolveu o consumo. Esse aumento do consumo foi possível pelo crescimento populacional, e a elevação do seu padrão de vida, exigências, necessidades, etc.

O modelo “nacional-desenvolvimentista” encontrou na concepção dualista da sociedade, seu suporte ideológico. Ao conceber os países em desenvolvimento divididos em setores “arcaicos” e “modernos”, esta teoria colocava a dinâmica do desenvolvimento na expansão industrial que teria a missão de modernizar o setor considerado “arcaico” por esta concepção.

A classe que conduziria o processo de modernização é identificada na perspectiva dualista, com a burguesia nacional à qual atribui-se as condições requeridas para o exercício de uma hegemonia política capaz, juntamente com uma burocracia modernizante, de construir uma sociedade nacional [...] O crescimento dos países considerados mais avançados é percebido, pelos educadores da época, como fruto do nível do conhecimento científico que os mesmos atingiram. O investimento na pesquisa científica passa a ser considerado então pré-requisito para uma efetiva política de desenvolvimento econômico (Martins, 1988: 45-47).

O Governo Vargas deu prioridade ao mercado interno, e a indústria nacional tornou a economia brasileira menos dependente do mercado mundial. Na realidade, abriu-se às regiões semi-isoladas e integrou-as na divisão inter-regional do trabalho, aumentando o mercado para o capital industrial acumular-se. A política de “Marcha para o Oeste” do governo Vargas, possibilitou a integração econômica do país e criou um mercado nacional. Contribuiu para isso a expansão das rodovias, que levou os produtos industrializados, até então concentrados em São Paulo, a outras regiões do país, integrando-as na economia de mercado e transformando em consumidoras, as populações dessas regiões.

O período entre 1930 e 1964 correspondeu a uma etapa de alto crescimento populacional, em função da diferença entre o declínio da mortalidade e a fecundidade em altos níveis, e ainda contou com intensos fluxos migratórios rurais-rurais e rurais-urbanos, com significativa concentração urbana.

Esta transformação populacional operou, juntamente com as transformações globais que conduziram a sociedade brasileira, a um modo de vida urbano-industrial.

A urbanização e a industrialização ocorridas no país, nesse período, levou o setor agropecuário a deixar de ser apenas rural e agrário, e com o passar do tempo foi se industrializando, ou seja, de um setor econômico voltado somente para a exportação, auto consumo da população rural, abastecimento de uns poucos e pequenos núcleos urbanos, sem deixar de alimentar a sua força de trabalho e das cidades e exportar seus excedentes, passou a atender à demanda interna de numerosas cidades em expansão e de um setor industrial cada vez mais amplo e diversificado ( Szmrecsányi, 1986: 112)

As crescentes industrialização e urbanização incentivaram a retomada e a expansão da exploração agropecuária nas zonas “velhas” e “decadentes” e abandonadas de várias regiões, principalmente em São Paulo e regiões vizinhas.

A progressiva industrialização redefiniu as relações do setor agropecuário com o “resto do mundo”, e deu origem a uma heterogeneidade entre as regiões do país e passou a integrá-las numa mesma divisão do trabalho, em nível nacional. Ao mesmo tempo, o setor foi especializando-se na produção de bens para o mercado interno, relegando a segundo plano as atividades voltadas para a exportação, e para a simples subsistência de sua força de trabalho. A maioria dos bens de consumo e produção utilizados passou a ser fornecido pelo setor industrial.

As alterações na divisão regional do trabalho, induzidas pela industrialização e pela reestruturação da produção agropecuária, estão vinculadas ao processo de expansão da fronteira agrícola, que possibilitaram a ocupação e povoamento de regiões até então vazias ou escassamente habitadas. Este povoamento foi possível devido às migrações rurais-rurais, que absorveram excedentes populacionais que poderiam gerar focos de tensões sociais nas suas áreas de origem, ou iriam aumentar o exército de desempregados e subempregados nas cidades.

A expansão da fronteira agrícola no Paraná é, em parte, um prolongamento da expansão da fronteira agrícola de São Paulo, e um intenso crescimento de novas cidades nele criadas servem de apoio ao processo. Fenômenos semelhantes verificam-se em partes dos Estado de Goiás e Mato Grosso, que também se constituíram áreas de expansão da fronteira agrícola de São Paulo. No caso de Goiás, pode-se mencionar ainda o fator adicional representado pela construção, no intervalo de poucas décadas, de duas novas capitais: Goiânia e Brasília. No entanto, a evolução dos eventos e tendências, vincula-se, em última análise, à crescente concentração industrial em São Paulo (Szmrecsányi, 1986: 131-132).

Essa transformação no âmbito da sociedade brasileira no que se refere à expansão da organização capitalista, inter cruzou-se com alterações também no âmbito educacional e religioso. Neste capítulo, procuraremos sinalizar as principais tendências do quadro educacional no período (1930 a 1964), centralizando o enfoque nas Faculdades de

Filosofia e, simultaneamente, procuraremos elementos explicativos para a expansão do protestantismo no Brasil, e em Goiás, que justifiquem a criação de uma instituição de ensino superior do gênero, em Anápolis.

## **1.2 O ensino superior: a criação e a expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no período pós-30 e a questão religiosa**

A educação escolar brasileira, a partir de 1930, sofreu modificações, simultaneamente, com as transformações mais gerais, ocorridas na sociedade brasileira. Faziam-se necessárias mudanças no ensino, pois herdamos da Primeira República um quadro educacional, onde havia:

inexistência de dispositivos constitucionais configurando um projeto amplo e sistemático para a educação nacional; a ausência de órgãos administrativos superiores — Ministérios e Secretarias — para tratarem exclusivamente dos serviços da educação nas esferas federal e estadual; a falta de um plano nacional de educação; a permanência de um sistema escolar sem disciplinamento interno para integrar graus e ramos. Especificando alguns dados, verificam-se estes indicadores: pequena difusão da escola primária; esforço para profissionalizar a escola normal; escolas técnico-profissionais conservando seu caráter assistencial; uma escola secundária segregada no sistema, feita parceladamente, e impossibilitada de se constituir numa instituição para a educação da adolescência; escolas superiores orientadas exclusivamente para as carreiras profissionais tradicionais e a universidade significando apenas reunião de escolas de especialização

profissional, com um frouxo sistema burocrático. Enquanto tendência geral sintomática, verifica-se um esforço para fortalecer a superintendência federal — centralização — sobre a escola secundária e superior, tanto do ponto de vista administrativo como normativo, que se manifesta pela fixação de padrão a ser obedecido por todas as escolas (Nagle, 1985: 290-291).

A preocupação do Governo Vargas, quanto ao ensino superior, era a estruturação da Universidade Brasileira. Criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, que teve como seu Ministro Francisco Campos, cujo Projeto estava dividido em três partes: a estruturação da Universidade do Rio de Janeiro, a estruturação das Universidades Brasileiras e a criação do Conselho Nacional de Educação. Francisco Campos, com o Decreto nº 19 851, de 11 de abril de 1931, instituiu o regime universitário no Brasil que se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras. Estipulava a obrigatoriedade de pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Artigo 5º), para a constituição de uma Universidade. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras foi a grande novidade do Estatuto, pois quebrou a velha tradição dos três institutos, acima citados, para a organização de uma universidade.

Fávero mostra que o governo Vargas gerou o seu próprio projeto universitário, desde a elaboração do Estatuto (1931), passando pela reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1935), a

institucionalização da Universidade do Brasil (1937), até chegar à criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1939) (Fávero, 1989: 7).

Observa-se que, até 1930, não existia um plano nacional de educação e o governo parecia estar preocupado em dar esse caráter nacional à educação, buscando homogeneizar as iniciativas orientadoras da educação. É notória a preocupação de Francisco Campos, marcadamente no seu projeto de reforma do ensino superior, quanto ao equilíbrio entre as tendências opostas do momento. A busca do equilíbrio foi uma constante nesses primeiros anos de governo. Está claramente explicitada no projeto de reforma do ensino superior. Basta ver que Campos, em sua Exposição de Motivos, declara:

O projeto [...] foi objeto de larga meditação, de demorado exame e de amplos e vivos debates, em que foram ouvidas e consultadas todas as autoridades em matéria de ensino, individuais e coletivas, [...] todas as correntes e expressões de pensamento, desde as radicais às mais conservadoras.

[O projeto] representa um estado de equilíbrio entre tendência opostas, de todas consubstanciando os elementos de possível assimilação pelo meio nacional, de maneira a não determinar uma brusca ruptura com o presente, o que tomaria de adaptação difícil ou improvável, diminuindo, assim, os benefícios que dele poderão resultar de modo imediato.

[Campos (1931), *apud* Fávero, 1980: 129].

Francisco Campos propôs mudanças, mas não fez as rupturas necessárias, confirmando a busca do equilíbrio. Isso significa que o novo



governo continuava ligado às elites dominantes do país. E ao fazer a Reforma do Ensino Superior, atendeu às classes dominantes, pois, são elas, de uma maneira geral, que têm acesso a esse grau de ensino. Por isso, não é de se estranhar que tal reforma empreendida se equilibrou entre os diferentes interesses e necessidades dos diversos setores sociais dominantes.

Campos, apesar de querer negar o compromisso entre os grupos dominantes, contradiz-se ao dizer, na Exposição de Motivos:

Embora resultando, na sua estrutura geral, de transações e compromissos entre várias tendências, correntes e direções de espírito, o projeto tem individualidade e unidades próprias (Campos, *apud* Fávero, 1989: 129).

O projeto não poderia portanto ter “*unidade e individualidade próprias*” se é fruto de “*transações e compromisso*” entre várias tendências.

Fávero denomina essas transações e compromissos de “*contratos de poder*” que, segundo ela, são transações políticas para conciliar diversos interesses (Fávero, 1989: 7).

É interessante analisar, pelo menos, uma das facetas desse “*contrato de poder*” — no caso, a que aconteceu com a Igreja Católica e Estado no tocante à educação. Mesmo porque, as conquistas efetivadas pela Igreja Católica, os benefícios e privilégios adquiridos, mais tarde beneficiaram outras instituições educacionais particulares religiosas e não-religiosas.

Essa conciliação de interesses entre o Governo Provisório de Vargas e a Igreja, explica-se pelo fato de a Igreja Católica ter perdido parte de seu poder, entre o final do Império e Primeira República, quando se estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, através do Decreto de 7 de janeiro de 1890. Diante da perda de parte de seu poder, a Igreja Católica tenta recompor a antiga aliança (Igreja e Estado) sob outros patamares, partindo agora para uma aliança com as elites, com vistas a reformar a Igreja.

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo, na sua reforma. Se as elites tornam-se "estrangeiras" na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja (Beozzo, 1989: 279).

A estratégia principal da Igreja para atingir as elites é o estabelecimento, em todo país, de colégios religiosos. A questão escolar será o ponto nevrálgico da disputa entre Igreja e Estado. A questão do ensino religioso nas escolas oficiais não chegava a sensibilizar e mobilizar as classes dominantes; estas podiam enviar seus filhos aos colégios de padres e freiras e aí obter a educação religiosa, já que a Constituição de 1891 (Artigo 72, § 6º), dizia: "*Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*".

Na Primeira República, apesar de haver se consumado a separação entre a Igreja e o Estado, em Minas Gerais, há um movimento de reaproximação entre a Igreja e o poder público, através de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (Presidente do Estado), que acreditava que a formação religiosa era fundamental para a organização da sociedade e da política. Em 1928, autorizou o ensino religioso dentro do horário escolar, e, em 1929, essa autorização foi convertida em lei. Nesse mesmo ano, Antônio Carlos e Minas Gerais comprometeram-se com a Aliança Liberal e contaram com a simpatia do episcopado.

Instalada a Revolução, Dom Helvécio Gomes, arcebispo de Minas Gerais, aconselhou os chefes militares a desistirem da luta, evitando vítimas e danos. E, em 1931, fundou-se em Minas Gerais a “Legião de Outubro”, que contava com nomes como os de Francisco Campos, Gustavo Capanema e outros, que tentaram obter apoio da hierarquia católica.

A presença de Francisco Campos, no Ministério da Educação, facilitou a entrada das reivindicações católicas, especialmente as educacionais, no Governo Provisório. Este não teria como não atendê-las, diante do apoio da Igreja à Revolução. Também no Rio Grande do Sul, a Igreja aliou-se a Getúlio Vargas, e durante a campanha da Aliança Liberal, o arcebispo do Rio Grande do Sul, Dom João Becker, celebrou uma missa em Ação de Graças a Getúlio Vargas. Ao final do sermão, disse:

Falta-nos na suprema direção da Pátria um novo Moisés que tenha a audácia cívica de escolher a N. Senhor Jesus Cristo, para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. Quem o será? Como todos os Estados o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera, como todos os presentes o desejam, que este Moisés regenerador da República surgisse do meio do heróico povo gaúcho (Beozzo, 1986: 287-288).

Quando estourou a Revolução, a Igreja no Rio Grande do Sul se mobilizou. Padres voluntários seguiram as tropas como capelães militares. O próprio arcebispo visitou Vargas para reiterar o oferecimento de assistência espiritual às tropas. A Igreja, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, acreditava que uma mudança política levaria a uma mudança na situação da Igreja na sociedade brasileira.

Logo após o Movimento de 1930, a grande preocupação da Igreja, referente à educação, era o ensino primário e o superior, já que no ensino secundário ela possuía o quase total monopólio. A concorrência nesse grau de ensino não era com o Estado, mas com os colégios protestantes que ofereciam uma educação mais moderna, baseada no estilo norte-americano.

Os colégios protestantes, no período inicial de suas atividades no Brasil, concentraram seus trabalhos nos cursos de nível médio. Nas primeiras décadas do século XX, seus cursos sujeitos à pouca regulamentação e orientação governamental, possibilitavam maior

autonomia e flexibilidade na organização do currículo e introdução de novos experimentos pedagógicos. Isso favoreceu a implantação de colégios com orientação e filosofia educacional diversas das existentes à época, no Brasil. A pronta aceitação desses colégios, por setores altos e médios do país, é um indicador seguro do arcaísmo do sistema educacional vigente no Brasil (Ramalho, 1976: 76-79).

A partir de 1930, cresceu a demanda pelo ensino primário, principalmente pelas classes populares, e a Igreja temia que seu futuro pudesse estar comprometido, caso não tivesse uma ação mais ativa junto a essa população. A República não impediu que a Igreja Católica abrisse escolas primárias e populares.

Por outro lado, a Igreja Católica preocupava-se com a formação dos intelectuais católicos, já que a educação superior no Brasil era agnóstica, positivista e anticlerical. Antes mesmo de ser instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras, já se discutia em 1901, a criação de uma Faculdade de Filosofia, particular e católica.

É [...] com o advento da República, que se inicia na Igreja Católica a discussão da necessidade de ser criada, no país, uma universidade ou faculdade católica [...] Como preparo para se atingir este objetivo dever-se-ia começar pela fundação de faculdades especiais, dando-se preferência às de filosofia, de letras e de ciências jurídicas.

Ainda em 1908 é fundada, no Mosteiro Beneditino de São Paulo, a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, agregada à Universidade de Louvain [...] O Seminário Arquidiocesano de São Paulo recebe da Santa Sé o título de Pontifícia Faculdade

de Filosofia e Letras, funcionando sob essa denominação durante seis anos. Mas essa tentativa foi suspensa, devido à dispersão dos professores estrangeiros, em consequência da I Guerra Mundial e outros incidentes (Fávero, 1980: 35).

Assim, a Igreja Católica criou o Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro (1932). Mas a grande ambição era a criação da Universidade Católica, que tinha como defensores Padre Leonel Franca e, entre os leigos, Alceu Amoroso Lima.

Além das instituições de ensino particulares acima citadas, outras instituições foram criadas no início da República, tais como: as Faculdades de Direito da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais; as Escolas de Engenharia, do Recife; a Escola de Engenharia Mackenzie em São Paulo (protestante); as Politécnicas de São Paulo e Bahia e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre (Fávero, 1980: 34). Estas foram equiparadas às instituições federais, e os seus diplomas expedidos foram reconhecidos oficialmente pelo Decreto nº 20 176, de 6 de junho de 1931, baixado pelo Governo Central.

É importante observar a equiparação dessas unidades de ensino às instituições federais, e o reconhecimento oficial de seus diplomas, pois, a exemplo do que aconteceu com a Escola de Engenharia Mackenzie instalada em 1896, que seguia modelo didático da *Union University*, jurisdicionada à *University of the State New York*, desenvolvia o curso no Brasil observando os mesmos princípios da universidade americana, e os diplomas eram autorizados e reconhecidos pelo Conselho Superior do Estado de Nova York, que mantinha, no Brasil, um fiscal junto à Escola

para acompanhar o seus trabalhos. Com a Reforma de Ensino de 1915, Carlos Maximiliano criou o Conselho Superior de Ensino que estabeleceu condições para a revalidação de diplomas de escolas sediadas fora do país, como era o caso da Universidade Mackenzie. Entretanto esta instituição conseguiu, em janeiro de 1923, a aprovação de uma lei especial no Congresso Nacional equiparando a sua Escola de Engenharia aos estabelecimentos oficiais de ensino brasileiro. Mas, em 1932, o Governo Vargas cassou a equiparação concedida em 1923, alegando que a Universidade Mackenzie não cumpria as normas brasileiras de ensino e, portanto, não considerava válidos os diplomas expedidos por aquela instituição. O período entre 1932 e 1938 foi o de adaptação às leis de ensino brasileiro. E, a partir daí, as faculdades instaladas na Universidade Mackenzie obedeciam às normas legais do ensino superior brasileiro, como aconteceu com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras reconhecida em 1949, e a Universidade Mackenzie, instalada em 1952.

As instituições de ensino superior ligadas à Igreja Católica foram o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932, no Rio de Janeiro), a Faculdade *Sedes Sapientiae* (1933, em São Paulo), dirigida pelas cónegas de Santo Agostinho, o Instituto Santa Úrsula (1939, no Rio de Janeiro) que oferecia o ensino de Filosofia e Letras, e as Faculdades Católicas de Direito e Filosofia (1946, no Rio de Janeiro).

A Igreja Católica continuou a “luta” em prol da criação da Universidade Católica. Alceu Amoroso Lima criticou a Reforma Francisco Campos, dizendo que nela nada havia de especificamente católico, e que

o laicismo pedagógico permaneceria, e a base espiritual citada por Campos, nada mais era do que uma base cultural, com ampla cultura literária artística.

Francisco Campos respondeu às críticas, dizendo que a Faculdade de Educação, Ciências e Letras teria uma seção de Filosofia, onde a Igreja poderia criar cadeiras de Filosofia Católica. Desta forma, essa seção de Filosofia poderia ser utilizada também por outras religiões para veicular a sua ideologia. Esta resposta de Francisco Campos aos católicos, mais uma vez vem confirmar a busca do equilíbrio no período pós-1930. Não só com o grupo católico, mas também com as oligarquias.

o Estatuto concilia, com hábil formulação, posições bastante diferente uma das outras [...] art. 5, item 1, quando afirma que as universidades deveriam congregar pelo menos três faculdades: as tradicionais escolas de Direito, Medicina e Engenharia, ou duas delas mais a recém-instituída Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Reforça assim [...] a continuação do modelo de 20, com a justaposição das escolas tradicionais e ao mesmo tempo estabelece uma nova organização que deveria ser adotada pela Universidade do Rio de Janeiro, na qual teria papel relevante a citada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fávero, 1980: 49).

Em sua Exposição de Motivos, Francisco Campos justificou a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras da seguinte forma:



[a Faculdade de Educação, Ciências e Letras], particularmente, pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam [Campos (1931), *apud* Fávero, 1980: 132].

Francisco Campos sabia que não seria fácil a efetivação de um instituto desta ordem na sociedade brasileira, já que o nosso ensino era cheio de vícios e defeitos “*sem professores, isto é, em que os professores se criam a si mesmos, são autodidatas*” (*Id. ibid.*, p. 132). Desta forma, limitou o papel da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras apenas ao de formação de professores do ensino secundário, ao reconhecer que

ela deverá ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação em cujas divisões se encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso corpo de professores, particularmente os de ensino normal e secundário (*Id. ibid.*: 133).

Desenvolver a pesquisa científica era uma das principais finalidades da Faculdade de Filosofia. Entretanto, Francisco Campos sabia que era prematura a criação de uma faculdade destinada unicamente à pesquisa, na década de 30.

Newton Sucupira assim expressou-se a respeito desse instituto de ensino:

tratava-se de um anacronismo em plena época das especializações científicas [...], persistir na idéia de uma instituição pretendendo unificar formas de saber tão heterogêneo [...] faltavam-nos condições culturais, tradição científica e clima espiritual que tornariam possível o florescimento da nova Faculdade (Sucupira, 1969: 268).

Os objetivos da Faculdade de Filosofia, definidos nos seus primeiros estatutos, foram os seguintes: a) contribuir para a ampliação e aprofundamento da formação geral de todos os estudantes; b) desenvolver a pesquisa científica ou formar autênticos intelectuais; c) proporcionar aos professores da escola secundária, sua formação científica.

Por não conseguir efetivar os objetivos proclamados, a Faculdade de Filosofia tornou-se alvo de inúmeras críticas.

Segundo Fávero, Campos tinha duas grandes ambições com suas reformas de ensino: a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras e a instauração de uma verdadeira inspeção de ensino. A criação da faculdade não foi efetivada, porque o Colégio Pedro II tinha interesse que a nova instituição fosse anexada ao Colégio, mas como o ministro não reconhecia a "competência ou capacidade" desse estabelecimento para assumir tal responsabilidade, adiou a solução. E a formação dos professores secundários continuou, sem ter uma instituição específica que respondesse por ela. A função de investigação também foi

esquecida, convertendo-se, a partir de 1939, em escolas profissionais destinadas à formação de professores secundários (Fávero, 1980: 49-50).

Tomemos, como exemplo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que teria função integradora da Universidade, através da organização de um centro de altos estudos, um ensino público veiculador de um saber laico, e com autonomia universitária.

#### Segundo Fávero,

ela deveria constituir-se na alma mater da recém-criada universidade, sendo ao mesmo tempo base e cúpula da instituição. Seria uma instituição única, responsável pelo cultivo de todos os ramos do saber, pela promoção do ensino de disciplina de caráter não-utilitário, pela realização de pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, bem como pela realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos universitários, além de colaborar na formação de professores secundários e superiores.

A faculdade de filosofia seria o instituto fundamental da universidade, local de elaboração de ciência, onde as verdadeiras vocações poderiam encontrar campo para desenvolver suas tendências inatas. Local onde a ciência pela ciência era regra e o espírito de pesquisa e investigação o norteador de todos os trabalhos. Essa faculdade ofereceria todas as disciplinas em que se subdividem as diferentes áreas do saber humano. Seu papel seria, portanto, o de integrar a totalidade dos conhecimentos humanos (Fávero, 1980: 63).

Apesar dos esforços dos seus fundadores, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL da USP), instituída pelo Decreto nº 6 283, de 25 de janeiro de 1934, nasceu numa atmosfera desfavorável, com sérias dificuldades relativas à organização proposta, e, como as unidades profissionalizantes da USP não aceitaram nela centralizar suas matérias básicas, tornou-se também uma unidade de caráter profissionalizante, voltada comumente para a formação de professores de ensino secundário.

Florestan Fernandes, ao analisar a formação de profissionais e especialistas nas Faculdades de Filosofia, toma como ponto de referência a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Fernandes, 1962: 228).

Para essa análise, Florestan Fernandes baseia-se nas finalidades da faculdade, estabelecida pelo decreto acima citado:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas finalidades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem objeto do seu ensino ( *apud* Fernandes, *op. cit.* 1962: 228).

Florestan Fernandes concluiu que a instituição foi criada e organizada para atender duas funções: 1. formar certos tipos de intelectuais em três direções — a) formar especialistas para as altas

finalidades culturais de ordem desinteressada; b) formar profissionais para altas finalidade culturais de ordem técnica; c) formar docentes para o ensino secundário, normal e superior. 2. expandir e incentivar a pesquisa básica nos domínios da ciência, da pedagogia, da literatura e da filosofia (*Id. ibid:* 1962: 228-229; grifos meus) .

Portanto, essa concentração de funções levou a instituição a assumir as proporções de uma universidade em miniatura. Isso se prende ao modo de organização institucional adotado e ao fato dela ter sido reduzida de forma rápida à condição de escola superior, na tradição pedagógica brasileira.

Florestan Fernandes apontou ainda alguns aspectos negativos das finalidades da Faculdade de Filosofia:

1) à medida que a Faculdade de Filosofia não encontrou condições para operar como centro básico de ensino universitário, assimilou o padrão estabelecido — a tradição cultural de especializar as faculdades de filosofia para realizar funções técnicas, e acabou por se tornar uma nova modalidade de escola superior isolada e especializada em formar docentes para o ensino secundário ou normal (*Id. ibid:* 229).

2) as Faculdades de Filosofia passaram a funcionar como meras equivalentes das demais escolas superiores e sua criação deixou de ser um empreendimento complexo, arriscado e difícil; qualquer cidade brasileira podia “formar professores de ensino médio”, mesmo às custas de improvisações (*Id. ibid:* 229).

3) falta quase total de pessoal qualificado para as diversas posições docentes; escassez ou mau emprego de recursos financeiros, materiais e

educacionais; importância de interesses extrapedagógicos na expansão da rede de faculdades de filosofia privadas, abertamente associada com o fortalecimento direto ou indireto do monopólio espiritual da confissão religiosa dominante no país (*Id. ibid:* 230).

Tudo isso levou à consolidação do processo de empobrecimento funcional e de especialização técnica das faculdades de filosofia e as converteram em meros centros de transmissão de conhecimento divorciados da pesquisa básica, dos padrões modernizados de ensino e da busca criadora do saber original. E, dentre os profissionais e especialistas que deveriam preparar, acabaram formando apenas docentes para o ensino normal e secundário, de modo acentuadamente precário e insustentável.

Anísio Teixeira diz que as Faculdades de Filosofia assumiram rumos que as afastaram dos problemas do magistério primário e secundário, limitando-se a formação de especialistas das disciplinas literárias e científicas, tendo em vista o ensino superior (*apud* Sucupira, 1969: 273).

Segundo Sucupira, a Faculdade de Filosofia falhou em sua missão pedagógica, e em seu objetivo de desenvolver a pesquisa fundamental, pois na sociedade brasileira, a Faculdade de Filosofia inseriu-se numa tradição de ensino superior todo orientado para a formação de profissionais liberais, pouco inclinado à pura indagação científica, avesso ao método de investigação positiva e experimental da natureza. A Faculdade de Filosofia estava comprometida pela ausência de condições básicas para o exercício da pura pesquisa intelectual. Não havia quadro suficiente, no domínio das letras e das ciências, que pudesse prover de

professores competentes e pesquisadores tantas instituições quantas se multiplicariam rapidamente pelo país (Sucupira, 1965: 274).

Sucupira defende ainda a tese que um mesmo instituto pode realizar objetivos de pesquisa desinteressada e de formação de profissionais ou “trabalhadores intelectuais”, no mesmo campo do saber. Não foi, portanto, o seu caráter de instituição multifuncional o maior entrave à realização satisfatória de suas tarefas. As Faculdades de Filosofia fracassaram em seus objetivos por várias razões: os cursos não ofereciam diplomas capazes de assegurar privilégios profissionais para a escola receber reconhecimento social; existência de cádetras estanques; professores de tempo parcial; métodos de ensino livresco; ausência daquela atmosfera de trabalho intelectual que caracteriza uma instituição de pesquisa; indigência de instalações e bibliotecas; a forma como os cursos estavam estruturados, espalhados em todo país, em regiões onde não se poderia encontrar elementos capazes para a constituição de um professorado especializado. O objetivo de integração universitária foi, portanto, praticamente nulo. As Faculdades de Filosofia não conseguiram concentrar as disciplinas dos diferentes cursos da universidade que se incluíam em suas áreas específicas de conhecimento, pois os professores das diferentes áreas se ignoravam, e os diversos cursos funcionavam isoladamente (*Id. ibid*: 273-274).

Paulo de Almeida Campos acrescentou outros fatores que contribuíram para o fracasso das Faculdades de Filosofia: resistência das faculdades tradicionais em relação às Faculdade de Filosofia, não admitindo que seus alunos realizassem cursos básicos na nova

instituição integradora e unificadora da universidade. Apesar da expansão desordenada, essas instituições não formaram professores em quantidade suficiente para atender à demanda. Muitos professores das disciplinas de conteúdo tinham certa resistência em relação ao curso de Pedagogia, menosprezando as disciplinas pedagógicas e, na falta de professores preparados, as instituições lançaram mão de pessoal desqualificado. As Faculdades de Filosofia reduziram-se a instituições de preparação do magistério e, mesmo assim, preparavam mal os futuros professores (Campos, 1970, p. 334-337).

Analisando as críticas feitas às Faculdades de Filosofia, conclui-se que estas unidades de ensino quando foram criadas, não efetivaram os objetivos pretendidos porque, à época, não tínhamos tradição científica, condições culturais, materiais, professores preparados, para efetivar unidades de ensino desta natureza, ou seja, destinadas ao ensino e à pesquisa científica. Por isso, acabaram convertendo-se em escolas profissionais isoladas, destinadas a formar professores para o ensino secundário e normal. E o fizeram de forma precária.

Apesar de tantos problemas, a reforma Francisco Campos procurou transformar o ensino superior, tradicionalmente profissionalizante, destinando-o à pesquisa científica e aos altos estudos dos domínios das ciências e letras, independente de qualquer interesse profissional imediato. Introduziu os estudos pedagógicos na Universidade, assegurando ao professor da escola secundária, pela primeira vez, no Brasil, uma formação sistemática e especializada. As Faculdades de Filosofia, dentro de suas limitações, tornaram-se órgãos de elaboração



da cultura superior de caráter puro e, algumas, de pesquisa cientificamente avançada. Muitas áreas do saber — Filosofia, Física, Matemática, Geografia, História e outras — até então cultivadas por alguns autodidatas isolados, passaram a ser objeto de estudo sistemático e especializado.

A política nacional-desenvolvimentista trouxe impulsos para a dinamização do ensino superior, que se expandiu através de instituições de ensino superior isoladas, e majoritariamente, em instituições privadas. E é neste contexto que as Faculdades de Filosofia se expandem desordenadamente através dos chamados " *cursos fáceis* ", isto é, os que não exigem laboratórios ou equipamentos especiais.

Com o decreto nº 8 457, de 26 de dezembro de 1945, promulgado por José Linhares, a organização de novas universidades foi facilitada, pois passou a ser possível instalar uma universidade, a partir de uma Faculdade de Filosofia (com apenas uma seção), uma de Direito e uma de Economia, sem as dispendiosas Faculdades de Engenharia ou Medicina.

Até 1945, o Brasil possuía cinco universidades — a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, a de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, a Universidade de São Paulo em São Paulo, a de Minas Gerais e a Universidade Católica no Rio de Janeiro e 239 estabelecimento isolados. Em 1954, já havia 16 Universidades e, de 1955 a 1964, foram criadas mais 21 (cinco católicas e as demais, mantidas pelo Estado) (Cunha, 1986: 213-214).

Em 1964 havia 39 Universidades e 552 estabelecimentos isolados de ensino superior, dos quais 199 no interior, e 12 em municípios pobres de recursos. Destes 552 estabelecimentos, 310 integram universidades, 242 são estabelecimentos isolados e agregados, 248 são particulares e 301 públicos (217 federais, 72 estaduais e 12 municipais).

Os cursos de Filosofia, Direito, Engenharia, Economia e Medicina concentram em 1964, 80% da matrículas em curso superior, e as Faculdade de Filosofia possuíam 20% das matrículas, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

**Tabela I**

**Distribuição do número de matrículas nas Faculdades de Filosofia, Direito, Engenharia, Economia e Medicina em 1964**

| <b>FACULDADES</b>       | <b>NÚMERO DE MATRÍCULAS</b> |
|-------------------------|-----------------------------|
| Faculdade de Filosofia  | 32 396                      |
| Faculdade de Direito    | 30 774                      |
| Faculdade de Engenharia | 20 293                      |
| Faculdade de Economia   | 14 360                      |
| Faculdade de Medicina   | 14 183                      |

Fonte: (Abreu, 1965: 11).

Dos 552 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, em 1964, 291 estão destinados aos cinco cursos acima citados. Vejamos a distribuição na tabela II:

Tabela II

Distribuição do número de estabelecimentos públicos e particulares para os cursos de Filosofia, Economia, Direito, Engenharia e Medicina no Brasil, em 1964

| CURSOS             | PARTICULARES | PÚBLICOS | TOTAL      |
|--------------------|--------------|----------|------------|
| Filosofia          | 56           | 35       | 91         |
| Economia           | 31           | 25       | 64         |
| Direito            | 31           | 30       | 61         |
| Engenharia         | 11           | 28       | 39         |
| Medicina           | 12           | 24       | 36         |
| <b>Total Geral</b> |              |          | <b>291</b> |

Fonte: (Abreu, 1965: 10-11).

A expressão de Dumerval Trigueiro: *“Entendemos que a expansão do ensino superior é um empreendimento, e não uma festa”* (1967: 209), explicita bem a forma desordenada com que se expandiu o ensino superior brasileiro.

A crítica que se faz desta expansão é que aconteceu sem ser planejada, sem condições materiais e educacionais, o que levou o ensino superior ao empobrecimento, com raríssimas exceções.

Na década de 60, era claro e reconhecido que a estrutura e funcionamento do ensino superior não atendia às necessidades da realidade brasileira. A conscientização de tal fato levou a pensar na grande necessidade de reformulação do ensino superior e o instrumento oficial desta reformulação foi o Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que passou a determinar que as unidades universitárias seriam transformadas em órgãos, simultaneamente, de ensino e pesquisa. O texto legal determinou que nas Universidades onde houvesse Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, estas sofreriam transformação e

apareceriam sob a denominação de Faculdade de Educação<sup>2</sup>. Enquanto isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) isoladas e principalmente as particulares, criaram inúmeras Faculdades de Filosofia, neste período.

### **1.2.1 A expansão do ensino superior em Goiás: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras**

Goiás, devido às modificações conjunturais internas e externas, sofreu também os efeitos desta tendência expansionista do ensino superior, que se deu via interiorização, concentrando-se em cidades política e economicamente mais desenvolvidas, e mais populosas do Estado.

As oligarquias que assumiram o poder em Goiás, após 1930, compreenderam a importância de uma política educacional, voltada para a integração da região à economia de mercado.

Pedro Ludovico, que assumiu a interventoria do Estado de Goiás em 1930, por nomeação de Getúlio Vargas, integrou Goiás, entre 1939 e 1945, à economia capitalista nacional, atendendo à demanda do Centro-Sul, e tinha como objetivo o desenvolvimento do Estado. Para tanto, pretendia renovar as estruturas oligárquicas que permaneceram no poder

---

*2 A Faculdade de Educação deveria: formular planos e projetos para solucionar o problema da educação brasileira; formar técnicos e especialistas nos diversos campos das ciências pedagógicas, mediante cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa, pesquisa aplicada; experimentação pedagógica; formar pesquisadores nos múltiplos aspectos da educação; formar educadores nos diversos graus de ensino; desenvolver o ensino e a pesquisa no campo pedagógico e promover o desenvolvimento educacional e cultural, e renovar o corpo docente, através de cursos de especialização e aperfeiçoamento, treinamento e prestação de assistência técnica, atividades de extensão cultural e universitária (Lauwerys, 1969: 305-339).*

após 1930 e que eram ainda “arcaicas”; desejava superar as dificuldades de uma infraestrutura básica quase inexistente (saúde, transporte, educação, energia, justiça, etc.); formar quadro de pessoal competente e necessário à sustentação do projeto político ideológico daquelas frações oligárquicas dissidentes, comprometidas com os projetos modernizadores tipicamente burgueses; divulgar e vender a imagem de um forte governo nacionalista, voltado para os interesse gerais e, sobretudo, regionais; efetivar propaganda que divulgava e exaltava as potencialidades econômicas de Goiás, suas riquezas naturais e a “*coragem do sertanejo goiano*” (Nepomuceno, 1991: 34-35 e 40-42).

A política federal de Vargas era a de expansão do Centro-Sul para melhor utilizar a capacidade produtiva do país, independente do setor externo, e, instalar na região, unidades produtoras de bens antes importados. Para que isso desse certo, Vargas buscou apoio nos Estados do Centro-Oeste que forneceram gêneros alimentícios e matérias-primas para o Centro-Sul. Pretendia, portanto, avançar e ocupar o extremo oeste, e via que a valorização de Goiás e Mato Grosso era importante para o progresso do Brasil e atendia aos anseios de muitos brasileiros (Oliveira, 1987: 28-31).

No Centro-Sul do país, a concentração de grandes propriedades, nas mãos de poucos, não permitiu a formação expressiva de uma camada de pequenos e médios proprietários, tornando-se necessária a abertura de novas áreas para a agricultura. O território goiano passou a ser caminho natural para a expansão dessas novas áreas, para a agricultura, que em Goiás, esteve ligada à necessidade de novas terras

para suprir o abastecimento da região Centro-Sul do país. Voltada para a agricultura do café e seu comércio, a região Centro-Sul tendo sofrido uma queda, em decorrência da crise do setor agrário-exportador, voltou-se para o mercado interno e procurou, através de uma política de substituição de importações, aumentar a capacidade produtiva do país e solucionar a escassez de gêneros de primeira necessidade.

Foi, portanto, na condição de fornecedor de matérias-primas e de produtos agropecuários para o Centro-Sul, que Goiás se inseriu e se manteve no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, à medida que, fornecendo alimentos baratos, ajudava a pressionar para baixo o custo de vida nos pólos dinâmicos da economia e, conseqüentemente, forçava a fixação dos salários em nível da subsistência, proporcionando a produção ampliada do capital, nas áreas consumidoras de seus produtos.

Em contrapartida, os comerciantes goianos compravam dessas áreas os produtos industrializados que vendiam no mercado local. Instaurava-se, desse modo, a relação de dependência recíproca entre a economia industrial propriamente dita e o entorno goiano agrário.

A expansão da agricultura goiana também esteve ligada à expansão da estrada de ferro. As ferrovias tiveram papel expressivo na intensificação do povoamento em Goiás, levando a um crescimento populacional, que possibilitou a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás aos mercados do litoral. As ferrovias contribuíram ainda na expansão da pecuária, que nas duas primeiras décadas do século, tornaram-se o sustentáculo da economia goiana.

Contribuiu ainda com a expansão da pecuária a política de “Marcha para o Oeste”, porque proporcionou a imigração de grande contingente populacional que proporcionou mão-de-obra para a criação e a formação de fazendas de pastoreio (Oliveira, 1987: 28-31).

A ferrovia significou a modernização da economia goiana. Por isso, as oligarquias goianas, e também as nacionais, não deram qualquer apoio à construção das estradas de ferro, que representariam uma transformação que ameaçaria o “*statu quo*”, e acabaria com o atraso cultural geral, que era a forma de manter a dominação. O empenho para a implementação da estrada de ferro em Goiás resultou de uma fração da classe dominante, ligada a novos grupos oligárquicos que emergiam como força política do Estado de Goiás, à época (Oliveira, 1987: 28-31).

Goiás, que, até então, não se sentia estimulado economicamente, devido à falta de uma infra-estrutura de transporte, passa a produzir em escala suficiente para atender à exportação, porque os trilhos viabilizaram a incrementação de um intercâmbio comercial com o Centro-Sul do Brasil. A estrada de ferro, em Goiás, representou a integração do estado na economia de mercado, criando condições mais intensas para a compra e venda de mercadorias. Produtos das mais variadas localidades foram introduzidos no mercado goiano, incentivando uma verdadeira transformação nas possibilidades de consumo e no modo de ser de seus habitantes. Ao mesmo tempo, novos mercados ampliaram-se para a produção agropastoril de Goiás (Melo Neto, 1987: 69-71).

As oligarquias dissidentes que assumiram o governo de Goiás, em 1930, pretendiam renovar as estruturas oligárquicas e estacionárias do Estado, e a educação era vista como meio de garantir essas mudanças.

A política educacional, esboçada e posta em prática pelo governo de Goiás, integrou-se ao movimento de expansão do capitalismo, visando criar comportamentos e impor valores capazes de incorporar amplos setores da população a um mundo regido pelo capital. Tal política incorporou, ao seu discurso e à sua prática, o ideário escolanovista de reconstrução social pela educação, pois esta deveria corrigir as desigualdades e injustiças sociais e construir uma sociedade mais justa, com uma educação escolar pública que reciclasse os indivíduos de diferentes origens sociais, conforme suas habilidades e aptidões inatas (Nepomuceno, 1991: 43-57).

Com o Estado Novo, o ideal de educação, centrado nos interesses e aptidões individuais, foi orientando-se pelo e para o trabalho, uma vez que a constituição de 1937 foi enfática na questão do ensino profissional, e na destinação deste, aos menos favorecidos. O governo de Goiás, já sintonizado com as diretrizes emanadas pelo governo federal, teve apenas que readaptar-se (Nepomuceno, 1991: 123-163).

O ensino superior em Goiás expandiu-se e se diversificou nas primeiras décadas do século XX e desenvolveu-se via instituições (academias, escolas, faculdades).

Na antiga capital do Estado (cidade de Goiás), em 1903, foi instalada a Academia de Direito de Goyaz, fechada por falta de recursos financeiros para a sua manutenção, em 1909. No ano de 1916 para dar



continuidade ao trabalho iniciado pela Academia, criou-se a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, fechada em 1920. Em 1921 foi criada uma outra instituição com o nome de Faculdade de Direito de Goiás, que funcionou por poucos anos. Nesse mesmo ano, a antiga Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais ressurgiu com a denominação de Escola de Direito de Goiás (atual Faculdade de Direito de Goiás) (Barbosa, *apud* Baldino, 1991:56).

Em 1922, criou-se a Escola de Farmácia e, em 1923, a Escola de Odontologia, subvencionadas com recursos orçamentários do Estado (Baldino, 1991: 56).

Na década de 40, a Irmandade de São Vicente de Paula implantou em Goiânia, a Escola de Enfermagem (reconhecida pelo Decreto nº 15 495/1944) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (autorizada a funcionar pelo Decreto nº 24 231/1947). A Arquidiocese de Goiânia criou a Sociedade de Educação de Ensino de Goiás, mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pelo Decreto nº 26 144, de 4 de janeiro de 1949 (*Id. Ibid.:* 66).

Ainda na década de 40, houve dois projetos universitários, em 1948. Um, da Igreja Católica, que foi efetivado em 1959, pois, a Igreja, desde 1946 já possuía várias iniciativas de universidades católicas em diversas localidades do país. O outro projeto era de âmbito estatal, concebido pelo Governo Coimbra Bueno, denominado de Universidade do Brasil Central, que nunca foi efetivado.

A década de 50 também foi favorável à expansão do ensino superior em Goiás, e, em 1959, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras da Universidade Católica de Goiás, em Goiânia. E a Faculdade de Filosofia do Estado de Goiás, também em 1959, em Anápolis, que entretanto, nunca foi efetivada.

Na década de 60, a diversificação e expansão do ensino superior em Goiás continuou. Criou-se em Goiânia a Universidade Federal de Goiás. A Associação Educativa Evangélica, sediada em Anápolis, criou a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (1961), e a Faculdade de Filosofia do Vale do São Patrício, em Ceres (1963), que só foi efetivada em 1976.

Ainda nesta década, outras Faculdades de Filosofia foram criadas em várias cidades do Estado de Goiás, a saber: Faculdade de Filosofia do Rio Verde, em 1961; Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, em Porto Nacional em 1963; Faculdade de Filosofia em Jataí, em 1964; Faculdade de Filosofia de Goiás, em 1968, na cidade de Goiás (Baldino, *op. cit.*: 87-89). Essas criações ficaram apenas na legislação, pois, sua efetivação não aconteceu, com exceção das instituições criadas em Goiânia e as da Associação Educativa Evangélica, de Anápolis.

### **1.3 A expansão do protestantismo no Brasil e a questão educacional**

A explicação dos fatores que levaram à efetivação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, em Anápolis, na perspectiva deste trabalho, segundo a lógica de nossa investigação, passa pela expansão do protestantismo no Brasil e, em Goiás. Por isso, ainda neste capítulo,

procuraremos rastrear os determinantes da expansão do protestantismo no Brasil, que influenciaram a criação e a efetivação da FFBS.

A expansão do protestantismo, na sociedade brasileira, deu-se a partir do século XIX, e sobretudo no século XX, e, dentre as atividades desenvolvidas para a efetivação desta expansão, a estratégia adotada passou pela criação de instituições educacionais. A educação escolar inicialmente favoreceu a expansão do protestantismo, sobretudo entre a elite liberal brasileira, através de uma rede de escolas fundamentalmente primárias e médias e algumas poucas superiores e universitárias.

O que se chama de protestantismo brasileiro, na realidade, são vários “protestantismos”, que se inseriram no Brasil, inicialmente como o resultado de um movimento imigratório, ocorrido no início do século XIX e depois, com a expansão missionária ocorrida na mesma época e, já no século XX, com a eclosão do pentecostalismo e o estabelecimento no Brasil de um grande número de organizações protestantes, desvinculadas das igrejas tradicionais (Mendonça, 1990: 11).

Ao contrário da Igreja Católica — que conseguiu conciliar numa vigorosa unidade, a diversidade — o protestantismo, que surgiu com a Reforma (século XVI) foi incapaz de conservar-se unido, revelando uma grande variedade de tendências e instituições. Por isso, é mais adequado falar em “protestantismos”, e, quando se trata do protestantismo brasileiro, a complexidade é ainda maior, pois o protestantismo europeu, ao emigrar para a América do Norte (origem do segmento do protestantismo brasileiro), passou por inúmeras transformações

teológicas, culturais e institucionais, que os tornaram distintos de suas origens históricas.

Pelos motivos mencionados, torna-se difícil agrupar os diferentes protestantismos no Brasil. Para este estudo, será utilizado a classificação feita por Antônio Gouvêa Mendonça (1990), por ser historicamente mais precisa para estudar, especificamente, o caso brasileiro.

Mendonça classifica os diversos ramos do protestantismo brasileiro, em três grandes grupos: protestantes de origem missionária, protestantismo de imigração e os pentecostais<sup>3</sup> (1990: 25).

O Protestantismo de Imigração foi classificado por Mendonça, da seguinte forma:

Luteranos ligados à Alemanha (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil — IECLB; alemães e seus descendentes).  
Luteranos ligados aos Estados Unidos (Sínodo de Missouri; Igreja Evangélica Luterana do Brasil — IELB; alemães e seus descendentes) (Mendonça, 1990: 17).

O grupo luterano, ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil — IECLB, foi o pioneiro na implantação do protestantismo no Brasil. Seus primeiros trabalhos ocorreram em 1823 e 1824, em Nova

---

3 As igrejas pentecostais surgiram no Brasil entre 1910 e 1911, mas tiveram uma presença discreta, somente nas décadas de 50 e 70 é que floresceram no Brasil a ponto de ser difícil hoje fazer um levantamento completo delas, por causa da efemeridade, itinerância de alguns grupos e pelo fato de muitas dessas igrejas serem verdadeiras empresas particulares e registradas em nome de um indivíduo (Mendonça, 1990: 76).

Mendonça classifica os pentecostais da seguinte forma: a) Pentecostais propriamente ditos ou clássicos, que englobam a seguintes igrejas — Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular (ou Cruzada Nacional de Evangelização, e a Igreja Evangélica “O Brasil para Cristo”. b) Pentecostais da Cura Divina que inclui a Igreja “Deus é Amor” e numerosas outras (1990: 18).

Friburgo, no Rio de Janeiro, e em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, respectivamente, iniciados pelo pastor Friederich.

Os imigrantes alemães foram localizando-se progressivamente em vários pontos do Brasil, além do interior do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e sul de Minas Gerais, onde fundaram diversos sínodos que acabaram formando a IECLB. Atualmente, estende-se do Rio Grande do Sul a Pernambuco, incluindo Mato Grosso, Rondônia e Distrito Federal.

A IECLB, além das igrejas, mantém algumas instituições educacionais, a saber: Faculdade de Teologia, em São Leopoldo; Escola Superior de Teologia (voltada para o ministério pastoral); Instituto de Educação Cristã (voltado para o ministério catequético); Instituto de Pós-Graduação (destinado ao mestrado em Teologia); Instituto de Pastoral (destinado à prática pastoral e comunitária) e o Instituto de Capacitação Teológica Especial (capacitação de colaboradores voluntários de comunidade).

A IECLB, como toda comunidade luterana no Brasil, tem sido considerada igreja de etnia (alemães e seus descendentes), que utilizava as escolas e outras sociedades culturais para preservar seu patrimônio cultural ético e espiritual. Desta forma, o luteranismo persistia entre os imigrantes e seus descendentes, não havendo campo para a obra proselitista. A abertura para a sociedade brasileira só aconteceu após a II Guerra Mundial. Dentro da mesma camada étnico-social estão os luteranos da IELB. Ressalta-se o impacto que a obra missionária representada pela IELB ganhou, fazendo prosélitos entre o contingente

de imigrantes que tendia a abandonar padrões de auto-preservação cultural (Camargo, 1973: 110).

A IELB teve seu impulso inicial no Brasil, em 1868, pelo pastor Johannes F. Brutschim, e cujo desenvolvimento deu-se em áreas do Rio Grande do Sul que não eram atendidas pelo IECLB. A IELB fundou no Brasil dois Seminários, um em Porto Alegre (1907) e recentemente, um em São Paulo<sup>4</sup>.

A população brasileira só foi diretamente afetada pela presença do protestantismo, por volta de 1850, quando começaram a chegar no Brasil os primeiros missionários protestantes, com a finalidade explícita de propagar a sua fé. Este impulso foi chamado "protestantismo missionário", que instalou no Brasil a Igreja Congregacional (1858), a Presbiteriana (1862), a Metodista (1886) a Batista (1882) e a Episcopal (1898) (Mendonça, 1990: 12). Acrescenta-se a esse grupo de igrejas, a Igreja Cristã Evangélica do Brasil (1901).

Deram início à Igreja Congregacional no Brasil o missionário escocês autônomo, Robert Reid Kalley e sua esposa Sarah Kalley, que foram pioneiros do protestantismo de missão no Brasil, iniciando o trabalho com a Igreja Evangélica Fluminense, fundada em 1858, no Rio de Janeiro.

---

4 Atualmente tanto a IECLB quanto a IELB continuam igreja de imigrantes, mas sendo evangelizadoras e proselitistas e o número de membros vem crescendo, apesar de ser sempre entre os descendentes de alemães. Analisando os dados da IECLB em 1974, a denominação possuía 750 000 membros comungantes, 1 960 comunidades, 304 pastores, 103 escolas primárias e 40 secundárias e é provável que hoje possua cerca de 1 200 000 membros. A IELB possuía em 1967, 136 203 membros comungantes, 1 062 paróquias e postos de pregação, 163 pastores, 100 escolas e 6 400 alunos e atualmente possui cerca de 200 000 membros (Mendonça, 1990: 29-30).

A denominação atual dessas igrejas é Igreja Evangélica Congregacional Cristã do Brasil que se representam nacionalmente pela União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil (UIECB)<sup>5</sup>.

Os presbiterianos surgiram no Brasil, em 1859, com o missionário norte-americano, Ashbel Green Simonton, no Rio de Janeiro, onde fundou a primeira igreja, em 1862, mas a denominação se expandiu especialmente em São Paulo.

Os presbiterianos<sup>6</sup> atuaram em duas frentes: a da "evangelização conversionista" que resultou em inúmeras congregações, espalhadas pela zona rural de São Paulo e Minas Gerais; e de educação, contribuindo com uma significativa rede educacional; em pouco ultrapassaram o ensino médio, tendo apenas uma universidade, a Universidade Mackenzie, em São Paulo. A Igreja Presbiteriana do Brasil detém praticamente toda a rede de escolas no país. As demais igrejas que dela provêm, não se dedicaram à educação e voltaram seus esforços na direção do crescimento numérico de seus membros. Dedicaram-se apenas à educação teológica, na formação de pastores. A Igreja

---

5 A UIECB possui um seminário teológico no Rio de Janeiro, mas existem outros seminários congregacionais no Brasil, isolados e ligados a outros pontos de referência.

A Igreja Evangélica Congregacional e Cristã do Brasil, possuía em 1966, 56.368 membros, 367 igrejas locais e 748 igrejas satélites. Mas a década de 70 foi de decréscimo e relativa paralisação. Crê-se que hoje os congregacionais somam cerca de 60 mil adeptos (Mendonça, 1990: 35).

6 Devido aos sucessivos cismas, os presbiterianos brasileiros constituem atualmente seis grupos diversos entre si com sensíveis diferenças de tendências, a saber: Igreja Presbiteriana do Brasil — IPB (muito conservadora); Igreja Presbiteriana Independente do Brasil — IPI (moderadamente conservadora); Igreja Presbiteriana Unida do Brasil — IPU (aberta e ecumênica); Igreja Presbiteriana Conservadora — IPC (conservadora radical); Igreja Presbiteriana Fundamentalista — IPF (conservadora radical); Igreja Presbiteriana Renovada — IPR (pentecostal) (Mendonça, 1990: 36).

A IPB possuía em 1966, 183.808 membros e 217 comunidades entre igrejas organizadas e congregações satélites. Com uma baixa taxa de crescimento de (2,6%), crê-se que atualmente esteja na casa de 220 mil membros. Na mesma época a IPI possuía 40.692 membros e 378 comunidades entre igrejas organizadas e congregações satélites com uma taxa de crescimento de 0,5% (Mendonça, 1990: 37-38).

Presbiteriana do Brasil possui dois seminários, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil possui três seminários e a Igreja Presbiteriana Conservadora e a Igreja Presbiteriana Renovada possuem um seminário cada uma. A Igreja Presbiteriana Unida do Brasil mantém em Vitória/ES, um programa de Educação Teológica (Mendonça, 1990: 36-37).

Dentre os colégios presbiterianos criados no Brasil entre 1870 e 1940 destacaram-se os seguintes: Instituto Gammon (Lavras/1869), *Mackenzie College* (São Paulo/1870), Ginásio Evangélico Agnes Erskine (Recife/1904), Instituto Ponte Nova (Wagner/1906), Colégio Quinze de Novembro (Garanhuns/1907), Instituto Cristão (Castro/1915), Colégio Evangélico do Alto Jequitibá (Presidente Soares/1932), Colégio Evangélico de Buriti (Buriti/1924), Instituto José Manoel da Conceição (Jandira/1928) e Colégio Dois de Julho (Salvador/1928) (Ramalho, 1976: 81).

Os metodistas estabeleceram-se no Brasil, em 1886, no Rio de Janeiro, com os missionários Junius E. Newman, John J. Ranson, J. W. Koger e James L. Kennedy. Inicialmente, o crescimento dos metodistas no Brasil foi lento, porque se estabeleceram em cidades onde havia a presença física da Igreja Católica. O crescimento dos metodistas deu-se quando a influência de seus colégios e crescimento das cidades abriu as portas para a burguesia em ascensão e esta burguesia preferiu o moderno sistema educacional protestante<sup>7</sup>. Os metodistas beneficiaram-se com isso porque deram prioridade à educação, abrindo colégios por

---

<sup>7</sup> O moderno sistema educacional protestante será discutido no item 1.3.2 A educação como estratégia de expansão do protestantismo.



toda parte. Os colégios metodistas que se destacaram entre 1870 e 1940, foram os seguintes: Colégio Piracicabano (Piracicaba/1881), Instituto Granbery (Juiz de Fora/1890), Colégio Americano (Porto Alegre/1890), Instituto Metodista (Ribeirão Preto/1899), Instituto Izabela Hendrix (Belo Horizonte/1904), Instituto Central do Povo (Rio de Janeiro/1906), Instituto Noroeste (Birigui/1918), Instituto Educacional (Passo Fundo/1919), Colégio Bennett (Rio de Janeiro/1921), Colégio Centenário (Santa Maria/1922), Instituto Porto Alegre (Porto Alegre/1923) (Ramalho, 1976:104). Diversos deles foram núcleos de futuros estabelecimentos de ensino superior, como a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), o Instituto Bennett no Rio de Janeiro, e o Izabela Hendrix, em Belo Horizonte.

A Igreja Metodista cresceu menos que os presbiterianos e os batistas. A razão disto pode residir em sua preocupação prioritária com a educação da elite brasileira. Os próprios metodistas dizem que, preocupados com a educação, esqueceram-se de evangelizar e por isso, a sua igreja não cresceu (Mendonça, 1990: 40).

A Igreja Metodista do Brasil não sofreu dissidências. Mas as dissidências de outros países transferiram-se para o Brasil, tais como: Igreja Metodista Livre, Igreja Holiness do Brasil e a Igreja do Nazareno<sup>8</sup>.

---

8 Dados estatísticos de 1966 revelam que a Igreja Metodista do Brasil possuía 58 118 membros comungantes distribuídos por 665 igrejas organizadas e congregações satélites, com uma taxa de crescimento anual de 1,5%. Hoje somam aproximadamente 60 mil excluindo os membros não comungantes distribuídos por 13 comunidades, com uma alta taxa de crescimento de 14%, e atualmente estima-se que estejam em torno de três mil; a Igreja Holiness compunha-se de 468 fiéis, distribuídos em 16 comunidades, com taxa de crescimento de 8%, a Igreja do Nazareno somava 1 210 comungantes em 46 comunidades, com uma taxa de crescimento surpreendentemente alta de 43,3% (Mendonça, 1990: 41-42).

Os batistas tiveram seu início no Brasil com os missionários William Bagby e Zacarias Taylor, em 1881. Fundaram a primeira igreja em 1882 na Bahia. Inicialmente, dedicaram-se à educação porém canalizaram seus recursos e esforços para a expansão de suas igrejas, cujo objetivo era evangelizar e converter as pessoas. Entretanto, criaram vários colégios pelo Brasil, e, dentre eles, destacam-se os seguintes: Colégio Americano Taylor-Egídio (Salvador/1898), Colégio Batista Brasileiro (São Paulo/1902), Colégio Americano Batista (Recife/1902), Colégio Americano Batista de Vitória (Vitória/1907), Colégio Batista do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/1908), Colégio Batista de Campos (Campos/1915), Colégio Batista Mineiro (Belo Horizonte/1918), Colégio Batista Alagoano (Maceió/1921), Instituto Industrial Batista do Piauí (Correntes/1922) (Ramalho, 1976: 94).

Os missionários episcopais Lucien L. Kinsolving e James W. Morris chegaram ao Brasil em 1898, enviados pela Sociedade Missionária Episcopal, da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos. Fixaram-se no Rio Grande do Sul, de onde se expandiram para o Rio de Janeiro em 1908, e para São Paulo e Santa Catarina, em 1920. Seu crescimento tem sido lento. Em 1929, possuíam 3.000 fiéis (Mendonça, 1990: 35).

A Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB)<sup>9</sup> foi organizada em 27 de fevereiro de 1979, é a legítima sucessora da Igreja Cristã Evangélica no

---

9 A Igreja Cristã Evangélica do Brasil é uma instituição religiosa, civil de fins não lucrativos, constituída de igrejas autônomas com sede e foro em Anápolis. (Artigo 1º do Estatuto da ICEB, 1992).

Segundo o Relatório da Presidência do ICEB, a Igreja mantém oito regiões eclesiais: a do Centro Norte, e a do Centro Oeste, a do Centro Sul, a do Planalto, a do Vale do Paraíba e a do Vale do Tocantins e a de São Paulo (Artigo 3º do Estatuto da ICEB, 1992). Engloba 107 igrejas, 21 congregações e 15 campos missionários. (Relatório da Presidência da ICEB, 1991-1994).

Brasil (ICEnB), e da Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB), cujas origens datam de 1901, fruto do trabalho consolidado pela União Evangélica Sul-Americana (UESA).

A UESA nasceu do trabalho de um grupo de comerciantes da cidade de Toronto, no Canadá, que se reuniu em 31 de março de 1895, em Concílio Missionário para evangelizar a América do Sul. Mandaram para a Argentina o primeiro missionário, o Dr. Brenner, que logo retornou para a Califórnia por motivo de saúde, e veio a falecer. Então, dois rapazes foram designados para substituí-lo, mas um deles, antes de ir para a Argentina, passou pela Inglaterra (Liverpool) e lá encontrou o Sr. Bryce Rankem, que se interessou pela obra evangelizadora sul-americana, formando primeiro um grupo, que em 1899, no Concílio de Liverpool, tornou-se independente do grupo do Canadá (Forsyth, 1969: 1).

O grupo de Liverpool denominou-se *The South American Evangelization Mission* (A Missão Evangelizadora da América do Sul). Mas a missão encontrava-se desorganizada, cada missionário agindo por conta própria. Diante disso, o Sr. Rankem decidiu mudar a sede da missão para o campo de trabalho, que era a Argentina. Indo para Buenos Aires, o Sr. Rankem passou primeiro pelo Brasil e percebeu que este país era um grande campo para a sua obra missionária. Ao chegar à Argentina, providenciou a transferência da sede da missão para São Paulo (*Id. ibid.:2*).

Em São Paulo, o Sr. Rankem encontrou dois outros missionários, Young e Glass (missionários independentes, ou seja, não estavam ligados a qualquer missão), que já haviam estabelecido uma igreja em São Paulo, em 1904, e trabalhos em Paranaguá/SC, uma congregação em Conceição do Rio Verde/MG, um trabalho em Paraíba/RJ, e uma Congregação em Catalão/GO e outra em Santa Cruz/GO, e em Cuiabá/MT (*Id. ibid: 2*).

Com a morte de Yuong, Glass convidou o Sr. Rankem para assumir a responsabilidade do trabalho de todo o campo acima citado, o que aconteceu em 1905. A partir daí, ele organizou a missão e dinamizou a Igreja de São Paulo. Nesse mesmo, ano o Sr. Rankem convidou o Sr. Morris Bernard (que tinha um salão de cultos em São Paulo), a juntar-se à missão, e este aceitou o convite (*Id. ibid.: 2*).

Em 1906, Glass fixou-se definitivamente em Goiás Velho, onde fundou uma igreja. Em 1907, chegou ao Brasil o Sr. Archibald Macintyre, que, em 1908, assumiu o trabalho religioso em Goiás. O Campo de Catalão foi desenvolvido por Morris Bernard. Em 1911, o trabalho missionário estava em plena prosperidade, principalmente no estado de Goiás. Então outros missionários colocaram-se à disposição da missão e vieram para Goiás, como Archibald Tipple, Georg Dood e outros (*Id. ibid.: 3*).

Em 1911, nasceu a União Evangélica Sul-Americana (UESA), na Conferência de Kewisc, fruto da fusão de duas missões evangélicas: *Regions Beyond Missionary Union* (RBMU), de origem canadense, e a *South American Evangelical Mission* (SAEM), de origem inglesa. Em

1913, foi incorporada à UESA, a *Help for Brazil Mission*, fundada por Sarah Kalley, em 1892. Contribuiu ainda com a UESA, a *New York Bawery Mission*, à qual esteve ligado Young, antes de vir ao Brasil (Faustino, 1985: 19-28).

Depois da Primeira Guerra Mundial, a UESA mandou para o Brasil o Dr. James Fanstone (Anápolis), Joe Wilding, as irmãs Cook e a Dra. Rettie (todos para a Ilha do Bananal). Antes da Segunda Guerra Mundial juntou-se ao trabalho da UESA o Rev. Arthur Wesley Archibald, que era da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos — IEIU, que desenvolvia um trabalho independente em São Paulo. Ao unir-se à UESA, foi para Anápolis/GO onde fundou o Instituto Bíblico Goiano (1938). No início da Segunda Guerra Mundial foram designados para Campinas/GO os missionários Forsyth, Thomson, Tipple e Johnsons (Forsyth, 1969: 3-4).

Em 1942, a ICEB uniu-se com as Igrejas Evangélicas Congregacionais, formando a União das Igrejas Evangélicas Congregacionais Cristãs do Brasil (UIECCB)<sup>10</sup>.

---

10 A UIECCB surgiu em 1942 na cidade de Santos/SP. A estrutura administrativa da UIECCB era composta pelas Convenções e pelas Juntas. As Convenções estavam divididas em duas: 1ª) CONVENÇÃO GERAL — que era autoridade legislativa e deliberativa, ou seja, eram assembléias destinadas a dar pronunciamentos sobre assuntos de interesse geral ou regional da UIECCB e das igrejas; 2ª) CONVENÇÃO REGIONAL — era uma assembléia anual de representantes de igrejas, instituições e comissões compreendidas em todo território eclesiástico do campo denominacional (Artigos 8 e 11 da Constituição da UIECCB, 1953).

As Juntas eram órgãos de responsabilidade administrativa, que exerciam jurisdição sobre os departamentos, secretarias, comissões compreendidas nos seus respectivos âmbitos administrativos. As juntas estavam divididas em duas: 1ª) JUNTA GERAL — que exercia o poder executivo e era encarregada de administrar as atividades da UIECCB. Exercia jurisdição sobre as juntas regionais dentro dos limites da Constituição da UIECCB e do seu Regimento Interno. (Artigos 14 e 15 da Constituição da UIECCB, 1953); 2ª) JUNTAS REGIONAIS — estavam divididas em duas: Junta Cristã Evangélica Congregacional do Sul que incluía as Igrejas de São Paulo, Vale do Paraíba e Rio de Janeiro, e Junta Cristã Evangélica Congregacional do Centro, que englobava as Igrejas do Estado de Goiás, basicamente, e que eram em maior número (Entrevista nº 2, abril, 1993).

A UIECCB possuía Departamentos e Organizações. Os departamentos eram órgãos autônomos no que se refere ao seu governo e administração interna, criados para cuidar de serviços especializados, tais como: a educação religiosa e teológica, do trabalho feminino, da mocidade, da

Para Mendonça, o protestantismo no Brasil não apresenta características próprias — “*O protestantismo no Brasil não se identifica por si mesmo, mas só por oposição à Igreja Católica*” (Mendonça, 1990: 203). Foi produto das missões (século XIX) que, ao chegarem no Brasil, encontraram o espaço ocupado pela religião do colonizador português — a religião católica. Teve que enfrentar uma religião já estabelecida e inserida na cultura brasileira. Daí, o anticatolicismo passou a ser uma das grandes características da pregação missionária protestante, ou seja, tentava-se desconverter cultural e religiosamente os católicos, convencendo-os de que sua religião era pagã e que os levaria ao fogo do inferno.

Os protestantes expressavam-se a este respeito de três maneiras concretas: a) fazendo do protestantismo o portador da “fé”, entendida como decisão pessoal e espontânea por Cristo, enquanto o catolicismo era a porta da “religião”, entendida como idolatria, superstição e magia; b) pondo em jogo os temas clássicos do protestantismo (autoridade exclusiva da Bíblia, justificação pela fé, mediação única de Cristo) para combater a veneração das imagens, o purgatório, o culto à Maria e outras expressões da religião católica; c) no plano sócio-cultural, apontando o catolicismo como a ideologia e estrutura religiosa de um sistema global

---

infância, de missões, de publicidade e assistência social (Artigo 27 da Constituição da UIECCB, 1953).

Eram departamentos da UIECCB: Missão Evangelizadora do Brasil e de Portugal; departamentos: de escolas dominicais, de assistência social, de imprensa e publicações, de História e Estatística e a Confederação das Uniões Auxiliadoras Femininas. (Artigo 29 da Constituição da UIECCB, 1953).

Eram organizações da UIECCB: Instituto Bíblico de Pedra, Instituto Bíblico Goiano, Seminário Cristão Congregacional do Norte e Associação Educativa Evangélica (Artigo 29 da Constituição da UIECCB, 1953).

caduco, que deveria ser substituída pelo protestantismo inspirado numa nova ordem, democrática, liberal, ilustrada e dinâmica (Galindo, 1995: 236).

A separação da Igreja Católica e o Estado, foi um dos fatores que contribuiu para a inserção do protestantismo no Brasil.

Em 1872, D. Vital, bispo de Olinda, Pernambuco, desligou da Igreja Católica várias confrarias que se negaram a expulsar afiliados ligados também à maçonaria. O bispo foi preso em 1874 e condenado a quatro anos de prisão. Com o incidente eclodiu a chamada "Questão Religiosa", emblemática do conflito entre a corrente romanizadora e anti-liberal da Igreja Católica e o Estado brasileiro, regalista e influenciado pelo liberalismo. O conflito parece ter facilitado a difusão do protestantismo, que foi recebido por setores significativos das elites brasileiras como força modernizadora e liberal (Mendonça, 1990: 61).

A questão religiosa expressou a grande luta da Igreja Católica e o mundo liberal. A disputa entre os bispos e o Imperador apresentava uma fachada doutrinária. Entretanto, o que estava em jogo era o poder dos bispos e o poder do Imperador (Mendonça, 1990: 70-71).

A Igreja passou a ser vista como força política contrária aos interesses do Estado, e não mais como fonte legitimadora do seu poder. Assiste-se aí à crise do regalismo do Império, pois a Igreja passou a resistir ao Estado, não mais se sentindo parte dele, o qual evoluiu para a idéia liberal. O Estado perde o interesse em reformar e modificar a Igreja,

passando a lutar para diminuir a sua influência e afastá-la dos negócios do Estado (Beozzo, 1986: 277).

Enfraquecida ideologicamente, e em seus apoios tradicionais, a Igreja Católica não tem condições de negociar uma posição de força no Brasil Republicano, que impõe, pelo Decreto de 7 de janeiro de 1890, a separação entre a Igreja e o Estado (Beozzo, 1986: 277).

Num dado momento, portanto, houve na história brasileira um vácuo religioso: de um lado, um Estado em busca de uma religião civil aberta para a modernidade e, de outro, uma Igreja que, à beira de perder suas prerrogativas históricas, volta-se para si mesma no intuito de reforçar-se institucionalmente, mas nos marcos do conservadorismo. No meio, um espaço aberto a quem quisesse entrar. Foi nesse espaço que o protestantismo penetrou (Mendonça, 1990: 72).

Foi, portanto, o espaço religioso não preenchido pela Igreja Católica, pelo menos ideologicamente, que foi ocupado pelo protestantismo, tendo, a seu favor, sua proposta liberal e modernizante.

Segundo Galindo, é preciso ter um conceito claro do que era o liberalismo para poder compreender o que ele representava naquele momento. O liberalismo constituía a expressão da ideologia dominante na Europa do século XIX, com relação à sociedade e à Igreja, e representava o desejo de organizar, com critérios próprios, a vida dos novos países, o que implicava separar a ética da política e da economia e acabar com a função diretiva que a sociedade até então confiara à Igreja Católica (Galindo, *op. cit.*: 228).



A modernidade seria a forma de pensar, agir e de organizar a própria vida que havia começado com o Renascimento, no século XV, e predominou na Europa do século XVIII, com o movimento Iluminista, cujo ideal era dar ao homem a oportunidade de realizar a velha promessa de redenção, renovando e divulgando a ciência e mobilizando os recursos da razão, organizando, de forma racional, as condições de trabalho na sociedade e um intercâmbio equivalente entre o homem e a natureza (*Id. ibid.*: 1995: 229).

No liberalismo, os protestantes (de origem missionária) encontraram apoio para “lutar” contra a Igreja Católica e ocupar o seu espaço. É claro que para isso conseguiram o apoio da elite liberal brasileira — maçons, republicanos, intelectuais, etc.

Para a elite liberal, a modernidade traria vantagens, porque grande parte da sociedade não estava em condições de cumprir os requisitos exigidos ou os rejeitava, pois, essa modernização se realizava como a invasão de uma cultura estranha, para a maioria da sociedade. Entretanto, acontecia com o apoio e cooperação de grupos locais (as elites liberais). É preciso que fique claro que essa elite liberal, não estava interessada na protestantização da classe. Do protestantismo, interessava-lhes a cultura e o aliado político.

### **1.3.1 A expansão regional do protestantismo: Centro-Oeste**

Analisando a distribuição e taxas de protestantes por regiões brasileiras (Tabela III), verifica-se que há uma distribuição desigual pelas

diferentes regiões, com uma maior concentração na Região Sul durante as décadas de 40 a 70, e a menor concentração na Região Nordeste no mesmo período. O Sul, como é marcado pelo protestantismo de fé luterana, sem propósitos proselitistas, é o que tem a mais elevada taxa, que, entretanto permanece praticamente invariável, no período citado. As regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste vão alcançar progressivamente taxas sempre mais expressivas, enquanto o Nordeste se arrasta em passos lentos.

**Tabela III**

**Taxas de protestantes por regiões entre 1940 e 1970**

| <b>Regiões do Brasil</b> | <b>1940</b><br>% | <b>1950</b><br>% | <b>1960</b><br>% | <b>1970</b><br>% |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>Norte</b>             | 1,21             | 1,95             | 2,99             | 4,80             |
| <b>Nordeste</b>          | 0,73             | 1,33             | 1,79             | 2,56             |
| <b>Sudeste</b>           | 2,30             | 3,26             | 4,22             | 5,48             |
| <b>Sul</b>               | 8,92             | 8,92             | 8,06             | 8,88             |
| <b>Centro-Oeste</b>      | 1,33             | 2,10             | 3,42             | 5,45             |

Fonte: (Fernandes, R. C., 1992: 27).

Pode-se afirmar que o acentuado subdesenvolvimento do Nordeste serviu à expansão do protestantismo nesta região, embora os grandes centro de romaria (Juazeiro do Padre Cícero, Canindé e Bom Jesus da Lapa), de tradição local, por outro lado, funcionaram como barreira, evitando que esse crescimento fosse marcante.

Um fator que explica a expansão do protestantismo brasileiro é o fenômeno da urbanização, associado ao protestantismo proselitista, pois, na Região Sul houve taxa de crescimento da urbanização porém não houve o crescimento da taxa do protestantismo. Na Região Centro-Oeste,

marcada por um protestantismo proselitista ou de conversão, aliado às transformações urbanísticas, em 1970 havia uma taxa de protestantes praticamente igual à da Região Sudeste. Observa-se que o rápido aumento de protestantes nas regiões Norte e Centro-Oeste são maiores que o ritmo que vem marcando o Sudeste, enquanto que no Nordeste, vê-se a estagnação. Estas constatações podem ser verificadas na tabela IV.

Tabela IV

## Taxa de urbanização e de protestantes

| Regiões      | 1950      |            | 1970     |           |
|--------------|-----------|------------|----------|-----------|
|              | taxa urb. | taxa prot. | taxa urb | taxa prot |
| Norte        | 31,5      | 2,0        | 45,2     | 4,8       |
| Nordeste     | 26,4      | 1,3        | 41,8     | 2,6       |
| Sudeste      | 47,5      | 3,3        | 72,7     | 5,5       |
| Sul          | 29,5      | 8,9        | 44,2     | 8,9       |
| Centro-Oeste | 24,4      | 2,1        | 48,0     | 5,4       |

Fonte: (Censos Demográficos de 1950 e 1970, *apud* Fernandes, 1992: 30).

Analisando a tabela abaixo, verifica-se que ao longo de trinta anos (1940 a 1970), o número de protestantes no Estado de Goiás cresceu num total de 49,2%.

Tabela V

## População de Goiás e número de protestantes, de 1940 a 1970

| Ano  | Pop. de Goiás | Nº de Protestantes |
|------|---------------|--------------------|
| 1940 | 826 414       | 9 557              |
| 1950 | 1 214 951     | 26 348             |
| 1960 | 1 917 460     | 59 012             |
| 1970 | 2 899 266     | 142 591            |

Fonte: (Censos demográficos — IBGE do período).

### 1.3.2 A educação como estratégia de expansão do protestantismo

É simplesmente impossível que a religião evangélica concorra com o catolicismo sem se munir do poder e da influência da educação. Cada sistema tem a sua ideologia e as suas vantagens. Nós, evangélicos estamos plenamente convencidos da superioridade de nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o evangelho, antes de ficar convencido da cultura evangélica.

É justamente no campo da educação que o evangelho produz seus frutos seletos e superiores, homens preparados para falar com poder a consciência nacional [Crabtree (1962), *apud* Ramalho, 1976: 69].

Segundo Mendonça, "*Coincidência ou não, o protestantismo no Brasil começa a firmar-se na década de 1870 quando os primeiros grandes colégios começam a se estabelecer*". (Mendonça, 1990; 76) Apesar desta constatação, a utilização da educação escolar como instrumento de expansão do protestantismo tem sido motivo de controvérsias, entre os protestantes. Alguns acreditam no êxito deste tipo de estratégia, outros lhe fazem grande reservas, pois a impossibilidade de recrutar professores para essas escolas, exclusivamente do meio protestante, e a neutralidade e/ou a discrição confessional que acarreta, conduz, quase que fatalmente, à diminuição do nível espiritual nesses estabelecimentos. Há, entre os batistas e os presbiterianos, um grupo que acredita no êxito da educação e outro grupo que não acredita nesse poder.

### Como observa Émile Leonard:

A educação segue a evangelização e não a evangelização à educação [...]. A pátria brasileira jamais será evangelizada pelos colégios. São excelentes auxiliares da evangelização [...]. A experiência nos ensina ainda que muitos desses colégios crescem e se enriquecem na medida em que se afastam do evangelho [...] As conversões de que se faz alarde, em nossos colégios, são, na maioria das vezes, casos hipotéticos, prematuros e problemáticos (Leonard, 1963: 185-186).

### E ainda, conforme pondera Ferreira

Contestamos que os grandes colégios tenham concorrido poderosamente para a propagação da fé ou para a preparação de um ministério evangélico, pois no Brasil não existe atualmente nenhum ministro que comprove esta declaração. Quanto aos resultados da evangelização, a experiência nos ensina que a conexão de tais estabelecimentos com as igrejas lhes tem causado profundas amarguras e tem servido até de escândalo (Ferreira, *apud* Ramalho, 1976: 72-73).

As citações acima demonstram posições de diferentes denominações evangélicas, quanto à eficácia da utilização da educação com o instrumento de difusão, da religião. A primeira refere-se a um posicionamento da denominação Batista, em uma convenção realizada em 1923. A segunda refere-se a um posicionamento de um grupo de presbiterianos (1897). Ambas denominações possuem vários colégios

espalhados pelo Brasil, e chegaram à conclusão de que a utilização da educação como instrumento de evangelização nem sempre dá resultados positivos. Argumentavam que as conversões decorrentes deste tipo de trabalho, na maioria das vezes, são problemáticas, passageiras, pois, assim como houve a conversão à religião evangélica, poderá também haver a conversão dessas mesmas pessoas a outras religiões.

Diante destes fatos, observa-se que, os missionários de diferentes denominações estão divididos, ou seja, de um lado, os que fazem reservas ao papel da educação escolar e, de outro lado, os que a consideram como a mais importante expressão da obra missionária. O reverendo Simontom, presbiteriano, disse que o meio para se plantar o Evangelho de Jesus Cristo no Brasil e assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil é o estabelecimento de escolas para os filhos de seus membros (Simontom, *apud* Ribeiro, 1981: 184).

As escolas protestantes tinham como objetivo primeiro difundir a “cultura” protestante (idéia de liberalismo econômico, democracia e direitos individuais), através de métodos educacionais modernos, atraindo a atenção da elite brasileira para escolas americanas (protestantes). A segunda intenção era formar uma elite que, se não fosse protestante, pelo menos tivesse sido influenciada pelos valores e princípios da cultura protestante. A tática, portanto, era a de influenciar fortemente na preparação de líderes e, através deles, atuar eficazmente na sociedade. Esses líderes, mesmo que pessoalmente não fossem convertidos ao protestantismo, receberiam a influência evangélica em suas vidas, e mais tarde, quando estivessem ocupando cargo de

importância no país, poderiam divulgar, compreender e facilitar a expansão do protestantismo e suas idéias. A terceira intenção era evangelizar as famílias que tinham seus filhos nas escolas protestantes. O trabalho dos mestres não se limitava às salas de aula — visitavam as famílias dos alunos, levando-lhes a “literatura evangélica”, como forma de envolvê-las nas atividades da escola e da Igreja. A criação dos internatos favoreceu o contato cotidiano entre professores e alunos. Fazia parte das atividades dos internatos a freqüência aos cultos da Igreja local e à escola dominical. Muitos alunos e familiares acabavam tornando-se protestantes. Outra intenção das escolas protestantes, na maioria dos casos, era funcionar como pré-seminário. Os “vocacionados” ao pastorado eram enviados para internatos, onde estariam isolados do mundo, servindo à causa do Senhor, através do estudo e do trabalho, e, sobretudo, sendo controlados e avaliados constantemente, quanto ao seu caráter e crescimento espiritual (Mendonça, 1990: 104-106).

As idéias liberais, que chegam ao Brasil, enfatizam a necessidade de busca do caminho do progresso, a fim de sair da estagnação colonial, a exemplo do extraordinário avanço em todos os sentidos das nações protestantes e vão formar, no Brasil do começo do século XIX, uma mentalidade bastante favorável à penetração do protestantismo. A questão religiosa abriu espaço ideológico para a aceitação e estabelecimento definitivo do protestantismo. Não se trata por parte das elites, de aceitar uma “nova religião”, mas de receber e injetar na sociedade brasileira o “sangue novo do liberalismo e do progressismo”. Daí terem as elites privilegiado as escolas protestantes,

que se estabeleceram em relativa profusão, a partir de 1870 (Mendonça, 1990: 78-79).

O segmento liberal da sociedade brasileira, desejava uma educação que substituísse o sistema escolástico jesuítico. Para que o Brasil entrasse no esquema das nações mais avançadas, era necessário tomar, o quanto antes, o caminho da educação pragmática, voltada mais para a ciência e a técnica (Mendonça, 1990: 74).

O sistema educacional, que os missionários norte-americanos trouxeram obteve grande êxito junto à elite brasileira. Esta, em grande parte liberal, como já foi mencionando, não estava interessada na religião protestante, mas na educação que os missionários ofereciam. Os colégios protestantes constituíam boa alternativa, pois sem descuidar do aspecto humanístico, ofereciam aos alunos mais instrução científica, técnica e educação física que a oferecida pela educação vigente no país, tanto em quantidade, quanto em qualidade. Os protestantes preocupavam-se em estabelecer instituições de ensino eficientes, bem organizadas, com modernas instalações e que fossem altamente consideradas pelas pessoas importantes da comunidade. Daí o grande sucesso da educação protestante, desde o início de 1870 (Mendonça, 1990: 74).

O “sucesso” inicial alcançado pelos colégios protestantes explica-se por diversos fatores. Um deles passa pela estrutura sócio-econômica do Brasil, que recebendo influência mais direta do capitalismo mais moderno, o norte-americano, acarreta um surto modernizador em alguns setores da sociedade. Atraídos pelos padrões culturais norte-americanos,



esses setores viam , na educação, um veículo para a transmissão dessa cultura. E os colégios protestantes pretendiam ser instrumento para esse transplante cultural (Mendonça, 1990: 137).

Vejamos, então, em que os colégios protestantes diferiam dos existentes na sociedade brasileira, para serem considerados veículos de modernidade e progresso.

As escolas brasileiras, em geral, marcadas por uma concepção pedagógica tradicional não incentivavam os estudantes a uma participação ativa e crítica nas aulas e não discutiam as proposições apresentadas pelo professor. O trabalho pedagógico era essencialmente memorizador, com as lições apresentada de forma monótona, sem dar valor aos aspectos de assimilação e elaboração, por parte dos alunos. Dava-se ênfase às línguas, literatura, filosofia, história, e o ensino das ciências naturais restringia-se ao estudo livresco, sem trabalho de campo, cultivando-se o “enciclopedismo”. Havia um número excessivo de matérias oferecidas ao mesmo tempo, sem o devido relacionamento entre si (Ramalho, 1976: 79).

Seguindo orientação pedagógica diferente, as escolas protestantes utilizavam o método intuitivo, estudo silencioso. O ensino das ciências naturais era feito com aulas práticas e teóricas, com o uso de laboratório e experimento. E ainda, a educação física era parte obrigatória do currículo.

Quanto à capacitação dos professores, nas escolas vigentes no Brasil, qualquer pessoa portadora de algum diploma e que estivesse disponível poderia ser professor. A capacitação para a docência

secundária era rara. É interessante observar que, antes de 1930, não havia no Brasil escolas superiores para a formação deste tipo de profissional. Entretanto, nas escolas protestantes, de maneira geral, havia a preocupação quanto à capacitação profissional do professor. Chamberlain, um dos criadores da Escola Americana, discorre sobre a necessidade urgente de formar professores, mostrando a grande preocupação com a capacitação do docente:

O problema mais difícil de se resolver na administração de um colégio não é o alcance de grande número de alunos, nem a escolha dos melhores compêndios, nem a aquisição de edifícios adequados, nem tão pouco a formação de um curso lógico e atrativo, mas sim obter e conservar um corpo magistral que se dedique com amor ao ensino. A importância e proficiência duma escola estão na razão direta do valor pessoal do professor [...] Nada valerão as escolas sem bons mestres [...] Os mais belos programas e providentes instruções se inutilizam e tomam-se ineficazes; os mais engenhosos métodos se desnaturam e viçosas esperanças se esvaem, se o mestre não for o que cumpre ser (Chamberlain, *apud* Ribeiro, 1981: 241).

A co-educação não era comum nas escolas brasileiras, mas as escolas protestantes, em 1870, já eram mistas. Além disso, instituíram-se nessas escolas a liberdade social, religiosa e política.

fervia em São Paulo a oposição ao regime monárquico, e à escravidão; filhas de republicanos, de emancipadores e até

positivistas sofriam vaias nas escolas, e seus pais ouvindo falar na escolinha da Sra. Chamberlain, começaram a pedir-lhe para que recebesse suas filhas também [...] Receberam as filhas dos revolucionários políticos, dos reformadores sociais, e dos hereges filosóficos [...] meninos também sofriam discriminações nas escolas, e Mary Ann desejava recebê-los, juntamente com as meninas [...] em começo de 1871[...] inaugura o ensino misto, co-educacional (Ribeiro, 1981: 224-227).

As escolas protestantes adotavam métodos pedagógicos e programação de ensino de acordo com o modelo norte-americano — *Elementary School, Secondary School*, abrangendo a *Junior High School* e a *Senior High School* e a *School, Preparatory Course of College* e a *Scientific School*.

À luz deste contexto é que vão atuar as escolas protestantes; daí, seu êxito e expansão na sociedade brasileira. Os colégios protestantes foram surgindo à medida que havia pessoal capacitado, recursos econômicos, condições de ordem político-estrutural, possibilidades para a implantação e expansão das novas idéias de que os missionários e a nova organização religiosa eram portadores.

O protestantismo de origem missionária foi o que mais se dedicou à educação no Brasil, destinada à elite liberal brasileira. Por isso, criou uma rede de escolas predominantemente de nível primário e médio e algumas poucas de nível superior e universitárias, espalhadas por quase todos os estados brasileiros.

Poucos colégios protestantes deram origem a escolas superiores. Este foi o caso do Colégio Couto Magalhães, em Anápolis, que gestou as condições necessárias para a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”. A análise destes fatos será a tarefa do segundo capítulo deste trabalho.

## Capítulo II

### **A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO PROTESTANTISMO EM ANÁPOLIS**

A finalidade deste capítulo é buscar fundamentos explicativos para a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (FFBS), entendendo-a como uma instituição escolar que se inseriu no processo de expansão do ensino superior na sociedade brasileira, a partir da década de 30, seguindo a lógica da organização capitalista e a difusão do protestantismo.

No âmbito dessa preocupação, fez-se necessário um estudo das condições históricas da sociedade anapolina, no que se refere aos parâmetros das transformações econômicas, políticas e sociais durante o período, sobretudo de 1930 a 1961. Esta incursão pela história da cidade assume pertinência, à medida que fornece condições para compreensão da forma como o protestantismo se difundiu em Anápolis, onde um grupo de missionários protestantes presbiterianos e congregacionais realizaram seus propósitos religiosos. Dentre eles, encontra-se a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

Para efeito analíticos, a história da cidade de Anápolis, de acordo com o momento histórico que interessa a este estudo, pode ser dividido

em dois períodos. No primeiro, entre 1910 a 1935, quando se iniciou uma agricultura comercial em Anápolis, ocorreu o incremento populacional, e a chegada das primeiras famílias protestantes na cidade de Anápolis, período em que o grupo de missionários protestantes criou algumas de suas unidades de ensino, o Colégio Couto Magalhães, a Escola de Enfermeiras Florence Nigthingale e o Instituto Bíblico Goiano. O segundo período, que vai de 1935 a 1961, que teve como elemento principal para o desenvolvimento econômico da cidade, a chegada da Estrada de Ferro Goiás, que transformou Anápolis no principal centro comercial da região e, período em que houve também um crescimento significativo do número de protestantes na cidade e a criação da FFBS, em 1961.

Pelo que as indicações históricas demonstram, há uma articulação entre o crescimento urbano de Anápolis e a criação de escolas confessionais protestantes. Dentre as escolas criadas pelo grupo de missionários protestantes em Anápolis, destaca-se o Colégio Couto Magalhães (CCM) criado em 1932, que foi encampado pela Associação Educativa Evangélica (AEE), em 1947 que criou a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” (FFBS). Nestes termos, a criação da FFBS exige que se analise a criação do CCM e da AEE. Assim, a difusão do protestantismo na cidade de Anápolis, em articulação com a expansão em nível nacional, será objeto de estudo neste capítulo. Procuraremos pontuar as relações entre a difusão do protestantismo e as instituições educacionais criadas em Anápolis, nesse período.

## 2.1 A cidade de Anápolis: fatores históricos

As condições sócio-econômicas do Estado de Goiás começaram a alterar-se nas primeiras décadas do século XX, no desdobramento das transformações que aconteceram na sociedade brasileira. Tais mudanças inseriram Goiás na lógica do capitalismo dependente.

A expansão das relações capitalistas no Centro Sul do país elevou o preço das terras e levou à concentração fundiária.

Pressionados pelas tensões sociais criada com a expropriação de antigos posseiros e fazendeiros pela marcha do café pela elevação do preço da terra, paulistas e mineiros, depois de ocuparem o Norte de Minas e o Triângulo Mineiro penetraram no território goiano à procura de terras para a agropecuária, a preço acessível, sendo esta migração o resultado lógico do alargamento da fronteira agrícola rumo ao interior do País (Borges, 1982: 53-54).

Para que a economia regional se integrasse definitivamente à economia de mercado, era imprescindível a implantação de uma infraestrutura de transporte que ligasse Goiás ao Centro-Sul. A via de transporte implantada foi a estrada de ferro.

A ferrovia significou a modernização da economia goiana, intensificando o povoamento de Goiás. As cidades servidas pela estrada de ferro foram as mais influenciadas pelo capitalismo e tiveram grande surto desenvolvimentista.

Anápolis<sup>11</sup> foi uma dessas cidades. Transformou-se em ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás, adquirindo uma posição privilegiada.

Onde se estabelecia [a estrada de ferro] enquanto ponto terminal, a localidade se desenvolvia e tomava-se o centro das atividades econômicas e o elo de ligação com as cidades não servidas diretamente por ela. Quando nova estação era concluída, o antigo ponto terminal entrava em declínio (Freitas, 1995: 43).

A Estrada de Ferro Goiás foi o principal elemento de integração de Anápolis à economia nacional. Dinamizou, urbanizou e modernizou a vida da “pacata” cidade. Estimulou o comércio, revelando uma nova composição social, com o surgimento de novos agrupamentos ligados às atividades comerciais e industriais; atraiu grandes contingentes populacionais, que exigiram melhoramentos urbanísticos, e também uma educação mais diversificada. Vejamos, na tabela VI, o crescimento da população de Anápolis entre 1872 e 1970.

---

<sup>11</sup> O povoado que deu origem à cidade de Anápolis recebeu vários nomes até a sua elevação à categoria de cidade: em 1871, Capela de Santana das Antas; em 1873, Freguesia de Santana das Antas; em 1884, Freguesia de Santana dos Campos Ricos; em 1886, volta ao nome de Freguesia de Santana das Antas; em 1887, a Freguesia é elevada à condição de Vila de Santana das Antas; e, por fim, no dia 31 de julho de 1907, a vila foi elevada à condição de cidade com o nome de Anápolis (Polonai, 1995: 74-75; grifos meus).



**Tabela VI**

**Crescimento da população de  
Anápolis entre 1872 e 1970**

| <b>ANO</b>  | <b>POPULAÇÃO</b> |
|-------------|------------------|
| <b>1872</b> | <b>3 000</b>     |
| <b>1900</b> | <b>6 296</b>     |
| <b>1910</b> | <b>8 476</b>     |
| <b>1920</b> | <b>16 037</b>    |
| <b>1935</b> | <b>33 375</b>    |
| <b>1940</b> | <b>39 148</b>    |
| <b>1950</b> | <b>50 338</b>    |
| <b>1960</b> | <b>68 732</b>    |
| <b>1970</b> | <b>105 121</b>   |

Fonte: (Censos Demográficos — IBGE do período).

Anápolis tornou-se um polo atrativo. Como ponto terminal da estrada de ferro, situada na área fértil do Mato Grosso Goiano, atraía grande contingente populacional de outros estados, como Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Maranhão, Piauí e de outras cidades goianas. Os mecanismos de atração foram diversos, inclusive propagandas sobre Anápolis e sobre o Estado de Goiás em jornais de outros Estados brasileiros

Em 1925 o Governo da Intendência Municipal de Anápolis aprovou uma lei, que determinava a verba de 2.000\$000 (Cr\$ 2.000,00 antigos) para custear a propaganda pela imprensa, das riquezas e produções do município do Estado, com o objetivo de promover desenvolvimento local. Os veículos dessa campanha foram: jornais do Estado, do Triângulo Mineiro (França, 1973: 642).

Com a chegada da Estrada de Ferro Goiás em Anápolis, em 1935, o comércio, que já vinha se destacando como principal gerador de riquezas do município, passa a ser o mais dinâmico e com um crescimento significativo de casas comerciais, o que levou a União Síria, que se dedicava ao comércio, à criação em 1936, da Associação Comercial de Anápolis, para representar os interesses comerciais anapolinos.

A vitalidade crescente de Anápolis deu-lhe, portanto, de 1935 a 1950, uma posição destacada no quadro geral do Estado, em consequência de sua posição numa fronteira agrícola em avanço, desempenhando a função de centro intermediário da articulação que se processava entre a economia agro-pastoril goiana a economia urbano-industrial do Brasil de Sudeste (França, 1973: 660).

O crescimento econômico acabou por gerar um excedente de capital que levou à criação de dois bancos locais, a saber: Banco Comercial do Estado de Goiás (fundado em 1942, por Sócrates M. Diniz, ligado ao grupo Pina) e o Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro (fundado em 1944). Em 1949, a cidade já contava com cinco agências bancárias.

Além das atividades comerciais e bancárias já citadas, Anápolis ainda oferecia serviços médico-hospitalares, educacionais e de imprensa. Desta forma, a cidade, em 1950, passou a ter uma área de influência

regional que englobava 32 municípios goianos<sup>12</sup>, o que equivalia a 36% da área total do Estado de Goiás.

A prestação de serviços médico-hospitalares foi a que mais se estendeu no âmbito estadual. O Hospital Evangélico Goiano (HEG), fundado em 1927, e a Escola de Enfermagem Florence Nightingale, fundada em 1933, ambos pelo Dr. James Fanstone, contribuíram para o aperfeiçoamento do serviço do Hospital, ocasionando posteriormente a ampliação das suas instalações, diante do aumento da demanda. Pessoas de várias localidades de Goiás e estados vizinhos, vinham para Anápolis à procura de tratamento médico, no HEG.

A expansão urbana estimulou a fundação de outros hospitais e a instalação de consultórios médicos, dentários, etc., como mostra a tabela VII.

<sup>12</sup> Os municípios da área de prestação de serviços da cidade de Anápolis em 1950 eram: Anicuns; Bela Vista; Cachoeira de Goiás; Corumbá de Goiás com o distrito de Abadiânia; Cristianópolis com o distrito de Santa Cruz de Goiás; Firminópolis; Goiás com os distritos de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Itapuranga e Rubiataba; Inhumas; Itaberaí; Itapaci com o distrito de Pilar; Itauçu; Jaraguá com os distritos de: Goianésia, São Francisco de Goiás, Uruana e Rialma; Leopoldo de Bulhões; Luziânia; Nazário; Nerópolis; Niquelândia; Orizona; Palmeiras de Goiás; Peixe; Piracanjuba; Pirenópolis; Goiânia; Petrolina de Goiás; Porangatu; Porto Nacional com o distrito de Pium; Silvânia; Trindade; Uruaçu com o distrito de Amaro Leite; Veadeiros com o distrito de Cavalcante; Vianópolis (França, 1973: 660-661).

Segundo França, para estabelecer os limites da região atingida pelos influxos urbanos de Anápolis em 1950 fez o levantamento da seguinte forma: 1<sup>o</sup>) os municípios de onde procediam os doentes que buscavam assistência médico-hospitalar na cidade, nos arquivos do Hospital Evangélico Goiano entre 1934 a 1950, utilizando fichas individuais; 2<sup>o</sup>) através de entrevistas com quatro antigos comerciantes atacadistas, assinalando na relação por cada um separadamente a procedência dos freguêses do comércio anapolino; 3<sup>o</sup>) Levantamento no Jornal O ANÁPOLIS das cidades que faziam publicações oficiais e anúncios.

No arquivo do internato do Educandário Couto Magalhães, a procedência dos alunos, que foi mais um meio para confirmação dos municípios da área regional que recebia influência de Anápolis através de prestação de serviços (*Id. ibid.*: 661).

**Tabela VII**

**Recursos médico-hospitalares em Anápolis em  
1935, 1942, 1949**

| <b>Modalidade</b>             | <b>1935</b> | <b>1942</b> | <b>1949</b> |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Hospital</b>               | 1           | 2           | 3           |
| <b>Farmácia</b>               | 5           | 6           | 7           |
| <b>Laboratório de Análise</b> | -           | 1           | 1           |
| <b>Escola de Enfermagem</b>   | 1           | 1           | 1           |
| <b>Posto de Puericultura</b>  | -           | -           | 1           |
| <b>Posto de Saúde</b>         | -           | -           | 1           |
| <b>Médicos</b>                | 8           | 10          | 15          |
| <b>Dentistas</b>              | 4           | 5           | 8           |

Fonte: (França, M. S. A formação histórica de Anápolis e a sua área de influência regional, 1974).

O serviço da imprensa anapolina era utilizado por cidades vizinhas para a publicações de anúncios, uma vez que a cidade contava com uma estação radiofônica. Havia os jornais “Correio de Anápolis”, órgão oficial da municipalidade, criado em 1929, “A Voz do Sul”, jornal literário, criado em 1930 e “O Anápolis”, criado em 1931, que circulou até 1971.

Um outro setor em que Anápolis prestava serviços e atraía pessoas de outras cidades, e até de outros estados, era o serviço educacional.

Pelo recenseamento de 1950, Anápolis possuía oitenta unidades escolares de ensino primário fundamental comum; nove de alfabetização de adultos; uma de ensino superior (Escola de Enfermeiras Florence Nightingale), uma de ensino especializado (Instituto Bíblico Goiano, para formação protestante de ministros do evangelho); onze de ensino médio, sendo seis ginásios (dois com segundo ciclo); três cursos normais; um curso comercial e cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI (que funcionava com matrícula bastante elevada) (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, s.d.: 34).

Comparando os dados do recenseamento de 1950, acima citados, com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1955, 1956 e 1957 (Tabela VIII), é possível perceber alterações referentes aos cursos de ensino superior, que passa de um para dois, isso porque o curso de Teologia do Instituto Bíblico Goiano elevou-se à categoria de curso superior. Quanto ao nível médio, mais dois cursos secundários ginasiais foram criados em 1956.

**Tabela VIII**

Curso superior e cursos médios, e número de alunos inicialmente matriculados em Anápolis em 1955, 1956 e 1957.

|             | 1955      |                   | 1956   |                   | 1957   |                   |
|-------------|-----------|-------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|
| TIPO ENSINO | DE cursos | matrícula inicial | cursos | matrícula inicial | cursos | matrícula inicial |
| Superior    | 2         | 100               | 2      | 94                | 2      | 117               |
| Secundário  | 6         | 1 142             | 8      | 1 347             | 8      | 1 497             |
| Industrial  | 1         | 190               | 1      | 87                | 1      | 94                |
| Comercial   | 1         | 136               | 1      | 123               | 1      | 135               |
| Normal      | 2         | 60                | 2      | 72                | 3      | 71                |

Fonte: (Censos Demográficos — IBGE do período).

Os dados estatísticos demonstram que, em 1957, Anápolis possuía 13 escolas de nível médio, com um total de 1 797 alunos matriculados, enquanto no curso superior havia apenas 117 alunos matriculados. Somente 6,5% dos alunos dos cursos médio eram absorvidos pelos cursos superiores existentes na cidade, mostrando a necessidade de uma maior diversificação do ensino superior.

Na década de 50, Anápolis tem reduzida parcialmente a sua hegemonia no comércio regional, por vários motivos: 1) crise no setor

energético, pois, com o dinamismo econômico, houve em Anápolis o racionamento de energia<sup>13</sup>; 2) concorrência com a Capital Estadual e, posteriormente, com a Capital Federal; 3) a crise no setor de transporte, o mais grave dos problemas, pois, com o aumento da produção agrícola e o crescimento populacional, a estrada de ferro não conseguiu transportar toda a carga necessária para atender às necessidades das pessoas, e o problema se agrava com o atraso dos vagões em até 120 dias, causando prejuízos aos comerciantes, além da deterioração dos produtos estocados (Polonial, 1995: 125-126).

Apesar de todos esses problemas no transporte, a economia do município continuou a crescer. Ainda na década de 50, Anápolis atraía um grande contingente populacional, uma vez que a cidade serviu de apoio à construção da Capital Federal, pois sendo o ponto terminal da estrada de ferro, por ela passavam os materiais e a maioria das pessoas que construiriam Brasília.

No final da década de 50, desenvolvia-se na cidade uma política voltada para a industrialização. Em 1958, fundou-se a Associação Industrial de Anápolis, com o objetivo de reunir os empresários do setor para desenvolver a industrialização da cidade. Os frutos dessa Associação vieram nos anos 70, quando se instalou o Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA), em 1976.

---

<sup>13</sup> Apesar de várias tentativas para resolver o problema da crise energética com a construção de algumas usinas (em 1924, foi construída uma usina próxima ao centro da cidade; em 1933, foi construído uma usina no ribeirão Piancó; em 1940, no córrego Anicuns; em 1951, no rio Corumbá — Usina Isidoro), os racionamentos eram constantes.

Em 1956, o Governo Estadual constituiu a CELG, que no mesmo ano encampou a Empresa Força e Luz de Anápolis (constituída em 1931). Mesmo assim continuava o racionamento de energia, e a deficiência no sistema de iluminação pública. Em 1959, grande parte dos problemas foram resolvidos com a energia vinda de Cachoeira Dourada (Freitas, 1995: 116-119).

## **2.2 Os fundamentos dos protestantismo em Anápolis: a saúde e a educação**

A difusão do protestantismo em Anápolis insere-se no processo de expansão do protestantismo na sociedade brasileira. A chegada dos protestantes, em Anápolis, coincide com o período de inserção da cidade à economia de mercado.

No período entre 1910 e 1935, Anápolis experimentou grande surto desenvolvimentista e o maior crescimento populacional de sua história. Juntamente com esse surto desenvolvimentista e esse crescimento populacional chegaram as primeiras famílias protestantes na cidade, provenientes das denominações do protestantismo de origem missionária, ou seja, presbiterianos e congregacionais<sup>14</sup>.

Nos anos 20, era pequeno o número de evangélicos residentes em Anápolis. Existiam apenas quatro ou cinco famílias, a saber: a família de Getúlio de Melo (da Igreja Presbiteriana de Araguari/MG), a família de Jeremias Esteves de Azevedo (da Igreja Presbiteriana Independente de Descoberto, município de Luziânia/GO), Arinesto de Oliveira Pinto e sua esposa; Jarbas Jaime e sua esposa (Presbiterianos) e ainda Rosalina Ana de Jesus. Esse grupo de evangélicos formou uma congregação, em Anápolis, mas pertencia à Igreja de Bonfim (atual Silvânia) (Lôbo, 1980:1). Essas famílias reuniam-se em suas casas, para realizarem seus cultos, já que eram em número muito pequeno e não havia igreja

---

<sup>14</sup> As diferenciações foram feitas no capítulo 1, item: 1.3 A expansão do protestantismo no Brasil e a questão educacional.

protestante na cidade . Anápolis, que fora fundada sob os auspícios de Nossa Senhora de Santana, abrigava uma população inteiramente católica (Ferreira, 1979: 123-124).

Em 1924, mudou-se para Anápolis, Carlos Pereira de Magalhães, filho de Eduardo C. P. de Magalhães, fundador da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. No ano seguinte, mudou-se para a cidade o casal James e Dayse Fanstone (Congregacionais da Igreja Cristã Evangélica), que fundaram a primeira Igreja Protestante de Anápolis.

O capitalismo trouxe a estrada de ferro, e por ela chegou grande parte dos protestantes. Em Anápolis, só a possibilidade de a Estrada de Ferro Goiás prolongar-se até a cidade, já atraía as pessoas, inclusive os protestantes, pois a ferrovia significaria para a cidade o desenvolvimento. Foi assim que o Dr. James Fanstone acabou se fixando em Anápolis.

Em 1924, em São Paulo, James Fanstone decidiu-se a montar uma clínica no longínquo Estado de Goiás, onde, ao mesmo tempo propagaria o Evangelho de Cristo [...]

Um missionário canadense chamado [...] Mervin Grants, falou-lhe sobre uma cidade muito pequena ainda, chamada Anápolis. Nessa cidade, falou-lhe o missionário, chegaria infalivelmente, a Estrada de Ferro. Além disso lá vivem muitos fazendeiros [...] que vão à cidade comprar sal, querosene [...] e outros produtos. Afirmou-lhe o missionário ser Anápolis uma cidade de futuro. [...]

Em fevereiro de 1925 mudou-se para cá (Ferreira, 1979: 125).



O Dr. James Fanstone era filho de um missionário que atuava no norte do Brasil. A convivência contínua com missionários levou-o, desde a infância a querer tornar-se um médico-missionário para atuar no território brasileiro. Para atingir este fim, estudou medicina em Londres, passando a residir na 49, Highbury Park, que era uma hospedaria providenciada pela Associação de Missionários Médicos, para ajudar os próprios estudantes de medicina a se tornarem médicos-missionários.

Ao se formar em medicina, o Dr. James Fanstone foi enviado de Hassocks, pela União Evangélica Sul-Americana (UESA), com o propósito de ir para o Estado de Goiás, "*numa grande área do coração do Brasil [...] onde não existia Hospitais e cirurgias*" (Fanstone, 1972: 60; tradução minha).

No Brasil, o Dr. James Fanstone visitou o seu campo de atuação — Estado de Goiás — acompanhando um missionário e um secretário da União Evangélica da América do Norte. Visitaram Catalão, uma estação chamada Paraíso e uma outra, São Patrício. Entretanto, Fanstone já estava decidido em ir para Anápolis, como mostra o seu próprio relato:

Chegando no Brasil, nós estávamos todos num jogo certo [...] nós fomos para Anápolis que nós escolhemos como o lugar mais estratégico no mapa de Goiás [...]  
[...] mas, eu perguntei a mim mesmo, se não existia cirurgia nesta cidade que estava em crescimento? [...] eu estava empolgado com o desejo de construir um hospital e começar cirurgias naquela vasta área do coração do Brasil, um tipo de Grã-Bretanha povoada com meio milhão de almas, onde

nenhuma simples cirurgia de apêndice podia ser feita [...]  
(Fanstone, 1972: 61; tradução minha).

Outro missionário atraído pela estrada de ferro em Anápolis, foi o Rev. Arthur Wesley Archibald. Vejamos o seu relato, nas palavras do Dr. Olímpio Ferreira Sobrinho:

Um dia, olhando o mapa do Brasil, descobriu que no fim da linha de uma estrada de ferro estava a cidade de Anápolis, [...] passou por Araguari e, nos primeiros anos da década de 30, aqui chegou encontrando um campo extraordinário para sua gigantesca missão. Encontrou também o Dr. James Fanstone que recentemente inaugurara o Hospital Evangélico Goiano [...] encontrou também um [...] advogado paulista [...] voltado para a obra evangélica e que havia fundado o “Colégio Couto Magalhães” [...] Seu nome era Carlos Pereira Magalhães [...] Foi assim que o Rev. Arthur Wesley Archibald [...] resolveu fundar aqui um instituto bíblico onde se pudesse preparar pastores evangelistas [...] (Jornal da Associação Educativa Evangélica, abr./mar 1995: 2-3).

O Instituto Bíblico Goiano seria *“um suporte valioso para a propagação do Evangelho nesta região do Brasil Central que se mostrava particularmente promissora”* (Cruz, 1898: 1).

O trabalho de difusão do protestantismo em Anápolis, nos anos 20, foi feito pelo médico-missionário James Fanstone, que ao se instalar na cidade, com sua esposa, realizavam cultos nas noites de domingo, em sua própria casa. Depois, alugaram uma pequena sala para um trabalho

mais regular de proclamação do Evangelho. Mais tarde, alugaram uma casa maior que possuía na parte da frente, uma sala equipada para loja. Desceram então as prateleiras e as transformaram em bancos, tornando a sala um amplo salão de cultos. Posteriormente, adquiriram um barracão que foi convertido numa Igreja Primitiva. A congregação cresceu e Fanstone convidou o Rev. Antônio Campos para vir de São Paulo e assumir as responsabilidades pastorais, já que ele dirigia o hospital e ficaria sobrecarregado com ambas atividades (Borges, 1975: 109).

Curiosamente um das maiores igrejas de Anápolis, surgiu de um ideal do hospital, desde seu início, de tratar ou operar todos os missionários, pastores e evangelistas, com as famílias, inteiramente grátis [...]

É bíblico reconhecer os instrumentos de Deus (Ex. I Cor. 3: 6).

No caso dos crescimento fenomenal da igreja de Anápolis, indubitavelmente a maior influência particular, em especial, nos primeiros anos foi a do Hospital Evangélico (Borges, 1975: 111; 113).

Nos primeiros tempos, o Hospital Evangélico Goiano foi o grande meio de propagação e atração de protestantes para Anápolis. O Dr. Fanstone conta como acontecia o trabalho de evangelização feito no hospital em seu livro *Missionary Adventure in Brazil*:

estávamos mudando para o primeiro pavilhão de nosso novo hospital. Colocamos na parede que dividia as enfermarias masculina e feminina uma porta para servir de púlpito para os

cultos devocionais cada manhã. A porta era aberta e o pregador subia em uma pequena plataforma de onde podia ser visto pelos ocupantes de todos os leitos de ambas as enfermarias. Como o Rev. Nicola Aversari (sucessor do Rev. Campos) conseguiu pregar um sermãozinho novo a cada manhã, por muitos anos, é um mistério. Mas foi o que aconteceu e houve numerosas conversões de entre os pacientes e seus acompanhantes (Fanstone, *apud* Borges, 1975: 110).

**Muitas vezes, o próprio Dr. Fanstone proferia o culto matinal no hospital, que era realizado impreterivelmente todos os dias, sem interrupção, como ele mesmo conta em seu livro:**

Aquele culto matinal tem continuado sem interrupção daqueles dias até hoje. Agora é retransmitido por alto-falantes da sala de aulas das enfermeiras (onde elas cantam em coro e se preparam para a jornada diária de trabalho), para todo o Hospital, o que significa dizer, para os ocupantes de 150 leitos e seus acompanhantes [...] Quatro pastores, dois estudantes de Medicina e um membro da Diretoria conduzem os 15 minutos de culto cada dia da semana. Quando um o outro falha, eu estou pronto para uma de "minhas mensagens matinais". (Isto significa que eu tenho pregado, em média, uma e meia vez por semana!) (Fanstone, *apud* Borges, 1975: 110).

**O Hospital Evangélico Goiano, além de atrair pessoas protestantes de outras localidades, ainda fazia conversões entre os seus pacientes e acompanhantes.**

Entre os primeiros convertidos através do rev. Nicola [...], estavam o velho Sardinha e sua filha. O idoso Inácio Sardinha veio tratar a sua arteriosclerose e precário estado de saúde. Ele foi colocado no leito próximo ao púlpito das enfermarias. Sua filha lhe fazia companhia. Assim eles ouviram a mensagem cristã por várias semanas e o resultado foi que ambos deram seus corações ao Senhor Jesus. Ela voltou para contar tudo aos seus irmãos e primos que possuíam uma série de fazendas três léguas distantes da cidade. Ela lhes disse que deviam deixar seus hábitos de andar armados e embriagados e deviam tomar-se seguidores de Cristo. [...] O resultado do testemunho desses dois novos crentes foi que todos se tomaram cristãos e construíram sua própria igreja cuja balisa inaugural eu tive o privilégio de colocar (Fanstone, *apud* Borges, 1975: 110).

Na década de 30, outro meio utilizado pelo grupo protestante para difusão de sua concepção religiosa na cidade, foi a criação das primeiras escolas evangélicas em Anápolis — Colégio Couto Magalhães/1932, Escola de Enfermeiras Florence Nigthingale/1933 e o Instituto Bíblico Goiano/1938 — com o objetivo primeiro de educar os filhos dos protestantes residentes em Anápolis, e, posteriormente, filhos de protestantes residentes em outras cidades que não possuíam escolas evangélicas. O Dr. Fanstone chegou a receber em sua casa 12 crianças que vieram de outras cidades, e também algumas professoras que vieram de São Paulo, para estudar e lecionar respectivamente, no CCM que também recebia crianças não-evangélicas.

A escola era utilizada ainda como meio de difusão da concepção religiosa, que crescia em número na cidade, muitas vezes, nem tanto pela conversão de pessoas, mas pela vinda de famílias protestantes de outras localidades goianas, e até de outros Estados, que escolhiam Anápolis para educar seus filhos nas escolas protestantes ali existentes. A cidade, por possuir um grupo significativo de protestantes, tinha igrejas evangélicas e ainda oferecia os serviços de um Hospital, de cunho evangélico, com tratamento gratuito para os protestantes.

Em 1940, Anápolis contava com as seguintes denominações evangélicas: pentecostais, congregacionistas, batistas, cristãos e presbiterianos (Borges, 1975: 114).

As igrejas protestantes, em Anápolis, organizavam-se da seguinte forma: cada denominação principal tinha uma igreja central e uma, duas ou três congregações localizadas mais nos subúrbios e áreas rurais. A maioria dessas congregações tinha templos próprios e estavam se tornando autônomas, com seu próprio pastor. Geralmente, os ministros eram homens ordenados, embora variando em graus, o preparo teológico (Borges, 1975: 113). Existia na cidade o Instituto Bíblico Goiano para formar ministros para o evangelho. Isso significa que não possuíam pastores leigos ou totalmente leigos, e os ministros, uma vez tendo adquirido certo conhecimento teológico, estavam preparados para melhor desenvolver a sua missão, inclusive a da expansão da religião.

No período entre 1959, 1960 e 1962 Anápolis já contava com nove denominações protestantes, como demonstra a tabela IX:

Tabela IX

Igrejas Protestantes, em Anápolis e número de membros entre 1959, 1960 e 1961

| Denominações                          | 1959<br>nº membros | 1960<br>nº membros | 1961<br>nº membros |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Adventista do 7º Dia                  | 119                | 124                | 156                |
| Assembléia de Deus                    | 1 589              | 1 857              | 1 330              |
| Metodista do Brasil                   | 80                 | 84                 | 86                 |
| Presbiteriana                         | 45                 | 477                | 503                |
| Presb. Independente                   | 280                | 310                | 310                |
| Primeira Igreja Batista               | 381                | 392                | 311                |
| Primeira Ig. Batista Missionária (*)  | 48                 | ---                | ---                |
| Cristã Evangélica                     | 278                | 276                | 310                |
| Igreja do Evangelho Quadrangular (**) | ----               | 264                | 335                |

Fonte: (IBGE: Estatística do culto Protestante do Brasil, Rio de Janeiro, 1961 e 1965).

(\*) Não aparece nas estatísticas dos anos de 1960 e 1961.

(\*\*) Não aparece nas estatísticas do ano de 1959.

Analisando os dados da tabela acima, verifica-se que cresceu mais em número de membros a Igreja do Evangelho Quadrangular, seguida da Presbiteriana e, a que menos cresceu foi a Metodista do Brasil.

Os recenseamentos de 1940, 1950, 1960 e 1970 dizem-nos bastante do crescimento dos protestantes em Anápolis como demonstra a tabela abaixo:

Tabela X

Número de protestantes em Goiás, e número e proporção de protestantes e católicos em Anápolis entre 1940 e 1970

| ANO  | Protestantes em Goiás<br>N | Protestantes em Anápolis<br>N | Protestantes em Anápolis<br>% | Católicos em Anápolis<br>N | Católicos em Anápolis<br>% |
|------|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 1940 | 9 557                      | 784                           | 2,0                           | 37 031                     | 94,5                       |
| 1950 | 26 384                     | 1 831                         | 3,6                           | 45 797                     | 90,9                       |
| 1960 | 59 012                     | -                             | -                             | -                          | -                          |
| 1970 | 142 591                    | 10 535                        | 10,0                          | 86 830                     | 82,6                       |

Fonte: (Censos Demográficos — IBGE do período)

De 1940 a 1970, o número de protestantes em Anápolis teve um crescimento de 1 343,75%, passando de 2,0% para 10% da população anapolina, enquanto os católicos, de 94,5% caíram para 82,6% da população anapolina no mesmo período, tendo portanto uma queda de 11,9%. Entretanto, a cidade ainda caracterizava-se como hegemonicamente católica.

Anápolis, em 1940, possuía 8,2% dos protestantes do Estado de Goiás. Em relação ao país, em 1940, Anápolis possuía 0,07% e, em 1970, cresceu para 0,21%.

A Revista *South America*, de outubro de 1971, apresentou um artigo intitulado "Colheita abundante em Anápolis", onde o Rev. R. G. Grant chama Anápolis de "*esta surpreendente mini-cidade do Brasil*", pois surpreendeu-se com a extraordinária atividade dos missionários jubilados e com o fenomenal crescimento das Igrejas Evangélicas (Borges, 1975: 111-112).

Grant disse:

Realmente não sei o que mais me impressionou, se a extraordinária atividade de missionários jubilados ou o fenomenal crescimento das igrejas Evangélicas! De um lado, a provocar a admiração, estavam cinco veteranos, quatro deles em seus 80s. O Rev. Archibald Tipple, por exemplo, estava distribuindo os últimos de sua cota anual de 5.000 Bíblias, Novo Testamento, Evangelhos e Porções Bíblicas, sem mencionar muitos milhares de folhetos. O Dr. Fanstone, além de sempre muito ocupado em sua oficina, exerce as funções de consultor e é sempre procurado para fazer



palestras especiais sobre assunto de bebidas e sexo. A comparativamente jovem Dra. Rettie Wilding continua seu ministério da hospitalidade e de testemunhar em alguma das classes mais altas da cidade.

Por outro lado, o formidável exército de igrejas evangélicas dando testemunho para o extraordinário crescimento da igreja [...] (Grant, *apud* Borges, 1975: 112).

Não há dúvida de que a inserção de Anápolis à economia de mercado tenha contribuído, sobremaneira, para a expansão do protestantismo na cidade. Anápolis prometia ser uma cidade de grande futuro; a possibilidade do prolongamento da Estrada de Ferro Goiás até a cidade era a garantia de um futuro “próspero”. Portanto, se Anápolis prometia ser uma cidade de grande prosperidade, seria ali o local ideal para um missionário desenvolver o seu trabalho de difusão do protestantismo.

O desenvolvimento econômico e urbanístico da cidade apresentava a possibilidade “de um futuro próspero”, o que atraía os protestantes. Por outro lado, a elite política de Anápolis<sup>15</sup> aspirando à modernidade e ao progresso, via, na cultura e valores protestantes, o suporte para a

---

<sup>15</sup> Segundo Mosca e Pareto (*apud* Bottomore, 1974), as elites são grupos de pessoas que exercem diretamente o poder político ou que estão em condições de influir sobre o seu exercício. Reconhecem que “*elite governante*” ou “*classe política*” compõem-se de grupos distintos que ocupam cargos do comando político ou podem influir diretamente nas decisões políticas.

Bottomore (1974), distingue na “*classe política*” um grupo menor, a “*elite política*” que compreende os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. Inclui membros do governo e da alta administração, chefes militares, e em alguns casos famílias influentes de uma aristocracia e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos. Pode abranger “*contra-elites*”, que compreende chefes de partidos políticos que estão fora do governo e representantes de novos interesses sociais de classes, bem como grupos de homens de negócios e intelectuais ativos politicamente (p. 16).

Em Anápolis, no período de 1930 a 1961, a elite política está representada de um lado pela família Pina, que exercia o poder político apoiado pelos proprietários rurais. De outro lado, há um grupo liderado pelo Dr. Jonas Duarte, que não tinha na “terra a sua fonte de riqueza e poder”.

realização desses anseios. Estes fatores contribuíram para a aceitação do protestantismo em Anápolis.

O Dr. James Fanstone era a prova disto. Relacionou-se facilmente com a elite local, e está no elenco dos mais importantes homens que por Anápolis passaram, e ajudaram a construir a história da cidade. É reconhecido e homenageado pela elite anapolina de várias formas. Dentre elas poderia ser citada a Lei Municipal nº 48, de 17 de junho de 1959, que mudou o nome da Praça João Pessoa para Praça James Fanstone, em 1959. Foi também homenageado por autoridades estaduais, por exemplo, em 1957, quando a Assembléia Estadual concedeu ao Dr. Fanstone o título honorífico de "Cidadão Goiano". Vários outros títulos e homenagens foram concedidos ao Dr. Fanstone em Anápolis ao longo de seus 97 anos de vida.

O trabalho de médico, cirurgião e missionário realizado pelo Dr. Fanstone foi fundamental para projetar o protestantismo, em Anápolis. Se a elite anapolina não se converteu ao protestantismo, pelo menos aprendeu a respeitar a presença protestante em seu meio. O Dr. Fanstone tornou-se um homem admirado e respeitado pela sociedade anapolina e membro da elite local, pois conseguiu enriquecer-se, tornando-se um exemplo de um médico e um protestante bem sucedido.

## **2.3 Atividades educacionais: do Colégio Couto Magalhães à Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”**

A criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” é fruto das condições históricas anteriormente relatadas, e, principalmente, do desejo de um grupo de missionários de criar uma universidade protestante em Anápolis.

A FFBS não foi a primeira unidade de ensino criada em Anápolis por esse grupo de evangélicos. Como já foi mencionado existiam na cidade três outras unidades criadas e mantidas por eles — o Colégio Couto Magalhães, (cuja entidade mantenedora era a Associação Educativa Evangélica); a Escola de Enfermeiras Florence Nigthingale<sup>16</sup>, anexa ao Hospital Evangélico Goiano; e o Instituto Bíblico Goiano.

Entretanto, a FFBS estava ligada diretamente ao CCM, pois seria mantida pela AEE, a mesma entidade mantenedora do Colégio. Foi a partir da infra-estrutura existente no CCM que se criou a FFBS. Por isso, para compreender a história da FFBS é necessário compreender a história do CCM e da AEE.

---

<sup>16</sup> A Escola de Enfermeiras Florence Nigthingale, anexa ao Hospital Evangélico Goiano, foi criada em 1933, pelo Dr. James Fanstone, que, sentia a falta de auxiliares técnicos para o auxiliarem no seu hospital, como também para preencher a lacuna que se fez sentir em relação à profissão de enfermeiras em todo território nacional, e em especial no Estado de Goiás. (Regimento Interno da Escola de Enfermeiras Florence Nigthingale, 1933: 3). A Escola foi reconhecida pelo Estado de Goiás com a Lei nº 179, de 14 de julho de 1937 e equiparada pelo governo federal pelo Decreto nº 24 199, de 15 de novembro de 1947. A Escola de Enfermeiras mantinha dois cursos: um curso superior de Enfermagem e um curso de Auxiliar de Enfermagem.

### 2.3.1 O Colégio Couto Magalhães

O grupo protestante radicado em Anápolis, ligado a AEE, acreditava na educação como instrumento de evangelização. A prova disto foi a criação de unidades de ensino de diferentes graus e formações.

Os princípios religiosos que os protestantes queriam introduzir eram incompatíveis com o analfabetismo, pois, os protestantes deveriam, pelo menos, ser capazes de ler a Bíblia e alguma literatura religiosa. Por isso, o trabalho do professor era logo solicitado quando um grupo de pessoas se convertia, principalmente nas zonas rurais, onde não havia escola e os pais eram analfabetos. Daí, ser comum entre os protestantes a prática de manter uma escola ao lado da igreja, onde houvesse um grupo de convertidos. Essas escolas eram mantidas pelos pais de alunos e, em alguns casos, com fundos das missões. A *Brazil Mission*, da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos (IUEIU), por exemplo, durante muito tempo teve em seus orçamentos, verbas destinadas às escolas.

Era objeto de preocupação dos missionários presbiterianos, quando iniciaram suas atividades no Brasil, a instalação de escolas. Algumas começaram simples e humildes, outras de forma planejada e cuidadosa. Muitas expandiram-se e tornaram-se instituições importantes e respeitadas, introduzindo novos elementos pedagógicos e influenciando a comunidade na qual estavam inseridos (Ramalho, 1976: 81).

Como o grupo de missionários protestantes, em Anápolis, era formado basicamente por presbiterianos (Dr. Carlos P. de Magalhães, e o

Dr. James Fanstone), explica-se a larga utilização da educação como meio de propagação do protestantismo.

Com o Colégio Couto Magalhães não foi diferente, pois, o seu criador era presbiteriano. O CCM iniciou suas atividades como uma escola simples e humilde, e depois cresceu, e em pouco tempo tornou-se uma das instituições educacionais mais respeitada, pela sociedade anapolina.

Em fevereiro do ano de 1932, criou-se o Colégio Couto Magalhães (CCM), na residência do Dr. Carlos Pereira de Magalhães (Silva, 1962: 17). A escola nasceu junto a um trabalho religioso, mas não junto a uma igreja, já que a congregação presbiteriana em Anápolis só foi organizada em 1947. Entretanto, teve como objetivo atender a uma população convertida ao protestantismo, uma vez que Anápolis já comportava um grupo significativo de protestantes. À medida que a escola foi crescendo e ganhando prestígio, passou a receber os filhos dos não protestantes.

Ao ato de instalação do CCM, estiveram presentes figuras de destaque dentre os protestantes, tais como o Dr. Carlos Pereira de Magalhães (idealizador da obra), Da. Gertrudes Pereira de Magalhães e Alice Pereira de Magalhães (esposa e filha do Dr. Carlos, respectivamente), que seriam professores da escola, D. Grace Waddel, Dr. James Fanstone e esposa D. Dayse Fanstone, Sr. Eliel Martins e o Dr. Kenette Waddell, que presidiu à solenidade (Silva, 1962: 18).

O colégio teve como modelo a Escola Americana de São Paulo<sup>17</sup>, onde o Dr. Carlos havia estudado e sua filha era professora, e seu pai, o reverendo Eduardo C. P. de Magalhães, havia sido professor.

No ano de 1934, o Dr. Carlos resolveu voltar para São Paulo e passou a direção do colégio ao Dr. James Fanstone. Sob a direção de Fanstone, a escola ganhou sede própria, custeada com fundos da herança que D. Dayse havia recebido de sua mãe. Nesta mesma época, o casal Fanstone construiu a sua casa, que, na ocasião, serviu de internato para doze crianças sob os cuidados da Dra. Rettie Wilding. E ainda, hospedaram as professoras vindas de São Paulo. Contando a escola com sede própria, o Dr. Fanstone conseguiu, do governo do Estado, a autorização para o funcionamento da Escola Normal Regional (entre 1934 e 1939) (Silva, 1962: 19-20).

James Fanstone, alegando estar sobregarregado com a direção do Colégio e do Hospital Evangélico Goiano (HEG), resolveu passar a direção da escola a uma outra pessoa que pudesse se dedicar exclusivamente a esta tarefa. Foi então que o professor Antônio de Oliveira Brasil assumiu a direção do Colégio Couto Magalhães.

---

<sup>17</sup> A Escola Americana de São Paulo foi fundada em 1870, pelo missionário presbiteriano George Whitehill Chamberlain e sua esposa, Mary A. Chamberlain.

A escola utilizava o método intuitivo, estudo silencioso, co-educação. O programa de ensino desenvolvido baseava-se em compêndios próprios, moldados nos métodos americanos tais como: Gramática, de Júlio Ribeiro, Aritmética de Júlio Trajano, Gramática de Eduardo Pereira de Magalhães e outros.

A escola ministrava educação religiosa nos moldes dos mais sagrados princípios da moral cristã e protestante, e dentro deste conceito, ficava excluído todo elemento de propaganda religiosa na escola e limitou a sua função às questões de moralidade ética, baseando no ensino de Cristo, sendo a escola aberta a todos as religiões; e ainda declarava-se isenta de preconceitos políticos, recebendo em seu seio os filhos de republicanos e abolicionistas.

O Colégio tinha um programa de ensino que incluía Curso Primário, ginásio afim de organizar um perfeito *Preparatory Course for College* e uma *Scientific School* (Ramalho, 1976: 82-83).

O professor Brasil veio de Minas Gerais, onde já havia tido larga experiência como diretor do Internato do Ginásio Paraisense. Em Anápolis, assumiu a direção da escola primária (1939), de propriedade do Dr. James Fanstone, e fundou o curso ginásial (1941), de sua propriedade, nas dependências do Colégio Couto Magalhães, ao qual deu o nome de Ginásio Couto Magalhães, para não haver confusão, já que ambas unidades, apesar de proprietários diferentes, possuíam o mesmo diretor (professor Brasil) e funcionavam nas mesmas dependências (Entrevista nº 1, abril, 1993).

No ano de 1946, o CCM passou por uma crise financeira. Crise essa que assolava não só a escola, mas o mundo de um modo geral e também o Brasil, em função da Segunda Guerra Mundial. E o professor Antônio Brasil, diretor-proprietário do CCM, estando doente e cansado, concluiu que o melhor a fazer era passar o colégio para “frente” (Entrevista nº 1, abril, 1993).

Em carta datada de 5 de agosto de 1946<sup>18</sup>, enviada ao Reverendo A. W. Archibald nos Estados Unidos, o professor Brasil propunha a venda de seu estabelecimento de ensino. Não obtendo resposta, reuniu-se com o Dr. James Fanstone, Da. Dayse Fanstone, Nicola Aversari, Severino Araújo e outros, para discutir o destino que seria dado ao CCM. Em tal reunião, decidiu-se enviar nova carta ao Reverendo A. W. Archibald, o que foi feito em 15 de outubro de 1946<sup>19</sup>, dizendo que estava disposto a passar o ginásio a “profanos”, caso nenhuma pessoa ou entidade protestante se interessasse pelo colégio. Informou ainda que a maçonaria

---

<sup>18</sup> Anexo II.

<sup>19</sup> Anexo III.

estava interessada em fazer com que o governo encampasse o ginásio, com o aproveitamento de todo o pessoal que militava no estabelecimento de ensino.

Diante destes fatos, o reverendo Archibald efetuou a compra, e realizou o que ele havia tentado em 1932 e não tinha conseguido — comprar o CCM e fundar a Associação Educativa Evangélica.

A “escolha” da pessoa do Rev. A. W. Archibald<sup>20</sup> para a venda do CCM, não se deu aleatoriamente, pois, em 1932, quando o Colégio foi fundado, o Rev. Archibald interessou-se pela escola. Queria comprá-la, mas não obteve apoio da Igreja Metodista de São Paulo, da qual era presidente para efetuar a compra, e nem os fundadores do CCM se interessaram em vender o Colégio.

Em 1932, o Rev. Archibald já havia organizado o projeto da AEE, como a entidade que seria a mantenedora do CCM. Mas, só conseguiu realizar este objetivo em 1947.

Com a criação da AEE, uma nova etapa inicia-se na vida do CCM, que, a partir de então, passa a existir subordinado à Associação, e em 1948, tem como proprietário e diretor o Reverendo A. W. Archibald. No entanto, o Colégio continuou funcionando nos prédios de propriedade do Dr. Fanstone até 1951, quando foi transferido para uma nova sede, na

---

<sup>20</sup> Arthur Wesley Archibald era missionário norte-americano que desenvolveu no Brasil várias atividades no campo religioso e no campo educacional. As suas atividades no campo educacional datam desde 1929, quando lecionou inglês no curso ginásial do Instituto Mackenzie. No período entre 1930/1931 foi diretor da Escola Americana do Instituto Mackenzie. Em 1938, fundou o Instituto Bíblico Goiano, em Anápolis, do qual foi professor de várias disciplinas e presidente, de 1938 a 1959. Em 1947 adquiriu o CCM e fundou a AEE, da qual foi presidente em vários mandatos sucessivos. Foi também secretário executivo do AEE, de 1947 a 1959 e diretor do CCM; fundador, vice-diretor e professor da FFBS. de 1950 a 1964, foi secretário executivo da *Brazil Mission* da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos. Missão que destinava verbas para a manutenção das obras desenvolvidas pela AEE (Biografia do Rev. A. W. Archibald *In: Histórico do Colégio Couto Magalhães*).



Vila Santa Isabel. Transferiram-se os cursos normal e ginásial, o primário continuou nas antigas dependências.

No final da década de 50, sob a direção do reverendo Richard Edward Senn, o CCM foi reformado, recebendo novas instalações: dois prédios de sala de aula e um prédio central, destinado à administração.

No Jornal "O Anápolis", do dia 21 de abril de 1961, Moacyr Junqueira, em sua coluna "A cidade ... Sua Vida... Suas coisas", fez uma "homenagem" ao Rev. R. E. Senn, enaltecendo-o pelo trabalho realizado no CCM e sobre as novas instalações do Colégio, pois, segundo ele, antes o Colégio era um internato pobre, tendo o estudante pouco ou nenhum conforto. E o Colégio era uma formação de prédios esparsos e rudemente construídos.

Esse homem, eles o chamam de reverendo Richard Senn. Eu o chamaria apenas de o louco. Porque somente um louco, investir-se-ia numa luta igual [...]

Eu duvidei [...] Ora, uma missão religiosa, por mais privilegiada que fosse, não conseguiria vencer os interesses esquerdos, os interesses governistas, e os interesses político-financeiros. Mas o louco conseguiu.

[...] visitei o Colégio desse "Americano louco" [...] me deparei com instalações moderníssimas e extraordinariamente caprichadas do CCM (O Anápolis, 21 abr. 1961, p. 3).

O Colégio Couto Magalhães ofereceu as condições básicas para a instalação e funcionamento da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão", na década de 60, pois as novas instalações construídas para o CCM

atendiam às exigências estabelecidas pela inspeção federal para a instalação de uma Faculdade de Filosofia.

O Colégio Couto Magalhães forneceu, ainda, grande parte dos seus professores para formar o corpo docente da Faculdade e também incluiu, como parte de seus orçamentos para o ano de 1962, provisão necessária para a manutenção da FFBS.

### 2.3.2 A Associação Educativa Evangélica

O Rev. A W. Archibald criou a Associação Educativa Evangélica (AEE) em 1947, em caráter interdenominacional. Daí, seus membros fundadores pertencerem a diferentes denominações<sup>21</sup>.

A AEE organizou-se como uma sociedade civil, sem fins econômicos, com sede em Anápolis/GO (Artigo 1º), cuja finalidade era a de fundar e manter escolas rurais e urbanas de todas as categorias: primárias, secundárias, normais, técnicas, comerciais, teológicas e universitárias (Artigo 2º) (cf. Estatuto da AEE, 1947: 5).

Partindo dessas diretrizes, a AEE fundou diversas escolas de primeiro e segundo graus, em várias cidades do Estado de Goiás, tais como: Colégio Couto Magalhães, em Anápolis; o Ginásio Álvaro de Mello, em Ceres; o Educandário Nilzo Risso, o Normal Regional e o Sítio de

---

<sup>21</sup> Os membros fundadores da AEE foram os seguintes: Antônio de Oliveira Brasil — Igreja Presbiteriana Independente; Archibald Tipple — UESA; Arthur Wesley Archibald — IEIU; Dayse Fanstone — Igreja Presbiteriana Independente UESA; James Fanstone — UESA; Newton Wiederhecker — Igreja Metodista; Nicola Aversari — Igreja Presbiteriana Independente; Severino Araújo — Igreja Batista; William Banister Forsyth — Igreja Congregacional (Estatuto da AEE, 1947).

Orientação Agrícola, em Cristianópolis, e a Escola Luiz Fernandes Braga Jr., em Itapaci (Artigo 32. Estatuto da AEE, 1959).

Em janeiro de 1960, o presidente da AEE, o Rev. Pedro Pereira Lima, em reunião da Assembléia Geral, apresentou como assunto principal a ser estudado naquela Assembléia “a criação de uma Faculdade de Filosofia pela AEE”. Justificou a decisão da criação desta unidade de ensino pela entidade da seguinte forma:

o assunto foi cauteloso e meticulosamente estudado sob vários aspectos:

I) considerando o grande surto de progresso porque passava o nosso Estado em face da transferência da capital da República para o Planalto Central;

II) não há no Estado qualquer faculdade senão em Goiânia, a UCG;

IV) a AEE mantém em Anápolis um colégio padrão funcionando os cursos: primário, ginásial, científico, normal e 2º ciclo;

V) o CCM beneficia individualmente a Igreja da Região, a coletividade geral do Estado, e Estados circunvizinhos, perante os quais é alto o conceito;

VI) situação geográfica — estamos instalados numa junção de estradas que ligam o país a Brasília, distante 66 km de Goiânia e 135 km de Brasília, ocupamos no Estado destacada posição de maior centro industrial e econômico;

VII) dispõe o CCM de instalações que permitem o funcionamento da Faculdade de Filosofia de acordo com a inspeção federal;

IX) dispõe a AEE de corpo docente para o funcionamento imediato da Faculdade da AEE (Ata da Assembléia Geral da AEE, 24 jan. 1960).

A proposta de criação da Faculdade de Filosofia foi estudada pela Assembléia da AEE. Em fevereiro, decidiu-se criar a instituição. No mês de maio, houve um encontro dos membros da AEE com o Deputado Federal/MG, Paulo Freire, membro da Sub-Comissão de Educação da Câmara, para estudar as questões inerentes à criação da Faculdade de Filosofia, tais como: despesas, corpo docente, regimento interno, avaliação dos bens da AEE, etc.

O Deputado Paulo Freire orientou a AEE como deveria ser o requerimento de solicitação, autorização e funcionamento da Faculdade. E ainda prontificou-se a :

Distribuir de sua cota de verbas filantrópicas a quantia de 100.000,00 (cem mil cruzeiros) para uso da AEE, onde achar mais necessário; e dar seu amparo pessoal na entrada do requerimento pró-faculdade e acompanhar o mesmo para conseguir o despacho favorável (Ata da Assembléia Geral da AEE, 11 maio 1960).

A AEE estabeleceu que a sua mais nova unidade de ensino denominar-se-ia de Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão". No mês de setembro, a Faculdade foi instalada, e a sua diretoria e Conselho Técnico Administrativo empossados pela AEE.

Segundo os Estatutos, as Escrituras Sagradas seriam as únicas e suficientes “regra de fé” e prática da AEE. A Associação adotaria como fiel interpretação das Sagradas Escrituras os 28 Artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo (Artigo 3, Estatuto da AEE, 1959), que caracterizaram a doutrina e tradição pedagógica da AEE, difundida pelas suas instituições educacionais.

De acordo com essas diretrizes, nas escolas mantidas pela sociedade haveria orientação “*francamente Cristã Evangélica*”, sem contudo forçar a consciência de qualquer aluno. “*Em todas as instituições mantidas pela AEE realizar-se-ão cultos religiosos diários, para proporcionar a todos oportunidade de sincera adoração a Deus.* (Artigos 4 e 5, Estatuto da AEE, 1959). Pois, é obrigação dos membros de uma igreja ou associação de crentes “*reunirem-se para fazer orações e dar louvores a Deus, estudar as Sua palavras, celebrarem os ritos ordenados por eles*” (Artigo 20, Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo).

Desta forma, as escolas mantidas pela AEE teriam por funções tornarem-se instrumentos de divulgação da doutrina religiosa, preconizada pela Associação.

A difusão da doutrina religiosa da AEE, nas suas escolas de primeiro e segundo graus, era coordenada pelo “Serviço de Orientação Religiosa”, que estava sob a responsabilidade de uma pessoa devidamente qualificada, o orientador religioso, que era designado pelo diretor do colégio, que por sua vez era aprovado e subordinado à AEE.

O orientador religioso tinha como função: assistir o educando e orientá-lo nos valores da fé cristã e da ética religiosa; a formação cristã dos alunos através das aulas de cultos religiosos que o orientador educacional coordenaria, orientaria e supervisionaria; organizar no Colégio palestras, debates, estudos e seminários relativos à promoção dos valores evangélicos; coordenar e executar atividades de cultura espiritual a professores, alunos e funcionários (Artigo 39, Regimento Interno do Colégio Couto Magalhães, 1963).

As aulas de ensino religioso integravam o currículo pleno e eram de frequência obrigatória (Artigo 50, Regimento Interno do CCM, 1963).

### **2.3.3 A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”**

A criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” insere-se no processo de expansão do ensino superior no Brasil, cujos efeitos se fizeram sentir em Goiás. Essa tendência expansionista deu-se via interiorização, concentrando-se em cidades política e economicamente mais desenvolvidas e populosas, como foi o caso de Anápolis.

Como mencionamos anteriormente, a cidade de Anápolis experimentou um surto desenvolvimentista, com o maior crescimento populacional de sua história, no período entre 1910 e 1935, quando a estrada de ferro chegou à cidade. A estrada de ferro dinamizou a economia anapolina, aumentando as atividades comerciais, e melhorou a cidade urbanisticamente, tornando-a um pólo atrativo.

Com o desenvolvimento econômico e populacional, a cidade necessitava de uma maior diversificação do ensino superior, que até então se resumia na formação de enfermeiras. Não havia em Anápolis qualquer instituição de ensino superior que qualificasse professores para as escolas de nível médio e a cidade ressentia-se de uma mão-de-obra melhor preparada para esse nível de ensino. A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” atenderia parte dessas exigências, pois tinha entre suas finalidades a de *“preparar candidatos ao exercício das profissões e do magistério secundário e normal”* (Artigo 1º, Regimento Interno da FFBS/1960).

A AEE, em reunião plenária, deu plenos “poderes” ao Reverendo Richard Edward Senn (diretor do Colégio Couto Magalhães), para organizar o processo para autorização e funcionamento da Faculdade, que seria encaminhado ao MEC.

Rinalva Cassiano Silva (Diretora do curso Normal do CCM), assim se expressou sobre a organização do processo de autorização e funcionamento da FFBS.

Durante todo o primeiro semestre, trabalhamos ao lado da direção do Educandário, preparando o processo para a autorização do MEC. Em julho de 1960 entregávamos ao Ministério toda a documentação necessária. O preparo foi penoso, trabalhamos dias e dias sem cessar, para que tudo estivesse pronto no tempo certo (Silva *et alii*, 1962: 83).

No dia 27 de julho de 1960, o Presidente da AEE, em exercício, o Rev. Pedro Pereira de Lima, deu encaminhamento legal, requerendo junto ao MEC e ao Ministério da Educação autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, que seria anexa ao Colégio Couto Magalhães. Pediu-se autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia, História e Letras Anglo-Germânicas, nos termos do Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1936, modificado pelo Decreto-Lei nº 2 076, de 8 de maio de 1940, que regulamentava a criação de faculdades.

A opção pelos cursos de Pedagogia, História, Geografia e Letras Anglo-Germânicas, justificava-se por questões básicas: primeiro, a faculdade utilizaria para o seu funcionamento as instalações do CCM, e estas estavam melhor preparadas para atender às exigências dos cursos acima citados, pois possuía salas especialmente equipadas para aulas de História, Geografia, Laboratório de Línguas Vivas, e outros; segundo, o corpo docente da FFBS seria formado basicamente pelos professores do CCM, e estes em grande parte, possuíam habilitações nas áreas mencionadas.

A FFBS foi a mais expressiva obra “criada pelo CCM” como relata Silva:

O ponto culminante da vida do Educandário Couto Magalhães foi atingido com a fundação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão.

Já de muito o Educandário estudava a possibilidade de abertura de uma escola de nível superior. A idéia por diversas



vêzes foi avivada nos corações dos dirigentes e outras vêzes estêve para morrer. Finalmente em fevereiro de 1960, a Associação Educativa Evangélica resolveu criar a sonhada Faculdade (Silva *et alii* 1962: 83).

**Gestada nas “entranhas” do Colégio Couto Magalhães, a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” carregaria também em seu nome as marcas do seu progenitor, pois**

o nome Bernardo Sayão estaria louvando a memória de um brasileiro dos dias modernos que mais concretizou os ideais do General Couto de Magalhães, o qual originou o lema *Marcha para o Oeste*, da qual marcha este educandário é uma expressão viva e dinâmica (Ata da Assembléia Geral da AEE, 30 de maio de 1960).

Nas décadas de 40 e 50, Bernardo Sayão constituiu-se em figura expressiva do Planalto Central, criador de Ceres/GO, da Estrada Belém-Brasília, *“foi um herói estradeiro, que sacudiu o atraso do passado, do abandono de uma região inteira, deslocando o presente com o futuro, numa só ligação, numa só via de progresso e comunicação”*, Bernardo Sayão foi *“o espírito da fronteira, do desbravamento estradeiro, da abertura de caminhos [...] o eterno espírito pioneiro”* (Dantas, 1977: 19-20). Esperava-se que a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” nascesse com o espírito desse bandeirante, de quem trazia o nome, pois *“liderando os seus operários do saber, seguirá as trilhas idealísticas daquele que é o seu patrono”* (Jornal do Ensino, abr. 1961: 5;).

A FFBS, na concepção de seus fundadores, deveria ser inovadora, pioneira, e garantir a posição de vanguarda na sociedade anapolina; seria a instituição que naquele momento se adequava ao desenvolvimento que estava ocorrendo em Anápolis.

Considerava-se a FFBS inovadora, por ser a primeira unidade de ensino destinada à formação de professores para o magistério secundário e especialistas em educação em Anápolis e a primeira do gênero, de cunho religioso protestante, na Região Centro-Oeste.

Pretendia-se acompanhar o desenvolvimento que estava ocorrendo no país e especificamente em Anápolis, em consequência da construção e transferência da Capital Federal para a Região Centro-Oeste.

A AEE [...] resolveu fundar uma Faculdade de Filosofia em cooperação com o grande desenvolvimento que ora experimenta o interior do Brasil, desenvolvimento este resultante da criação da Nova Capital. (Processo de Autorização e Funcionamento da FFBS, 1960 , v. 1).

No mês de agosto, o Dr. Walter Clemente, Inspetor do Ensino Superior fez a vistoria oficial nas dependências do Colégio Couto Magalhães, onde seria instalada a Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão", considerando-as excelentes. No dia 23 de setembro de 1960, a Faculdade foi instalada.

Entretanto, a autorização oficial deu-se em 2 de fevereiro de 1961, quando foi assinado o decreto que autorizou o funcionamento da instituição.

O Decreto-Lei nº 50.301, de 27/02/61, concedeu autorização para o funcionamento dos cursos [...]

Artigo Único — É concedida a autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia, História e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão mantida pela Associação Educativa Evangélica. Brasília, 27 de fevereiro de 1961, assinado por Jânio Quadros e Brígido Tinoco (Ata nº 5, do Conselho Técnico Administrativo da FFBS, 8 de maio de 1961).

O diário “O Anápolis”, o jornal da cidade, noticiou em primeira página a realização da aula inaugural da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”:

HOJE, AULA INAUGURAL DA FACULDADE

Será levada a efeito logo mais às 20 horas no salão nobre do Colégio Couto Magalhães, a aula inaugural da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, devendo comparecer à mesma **as mais destacadas figuras representativas desta cidade.**

À oportunidade, os dirigentes da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão deverão **homenagear vários homens que colaboraram na grande luta encetada em favor da criação daquela escola** (O Anápolis, 4 abr. 1961, p. 1; grifos meus)

Como foi previsto no calendário<sup>22</sup>, a aula inaugural aconteceu no dia 4 de abril, às vinte horas no Salão Nobre Richard Edward Senn<sup>23</sup>. E

<sup>22</sup> O Ofício nº 931, de 4 de março de 1961, da Divisão do Ensino Superior do MEC, estabeleceu o calendário a vigorar no ano de 1961: “I- Publicação do edital (6 a 11 de março), II- Inscrições (13

as mais destacadas figuras representativas de Anápolis foram homenageadas, como noticiara “O Anápolis”.

A solenidade iniciou-se, após a composição da mesa, com as palavras da Diretora da Escola Normal do Couto Magalhães, Rinalva Cassiano Silva, que fez um retrospecto dos trabalhos em prol da organização da Faculdade de Filosofia, que segundo, ela era “o grande sonho, o sonho de todos os anapolinos”.

Sonho e realidade, deve ser a primeira frase de um simples histórico. Por que sonho? Sonho, responderemos, porque a Faculdade de Filosofia viveu seus dias de sonho, como qualquer outro empreendimento tem sua fase de sonho, de planejamento, antes da realização total. A Associação Educativa Evangélica sonhou muito e por muito tempo. Mas da mesma forma que os empreendimentos passam da fase de sonhos e chegam à realização, a Faculdade chegou à realidade. Deixou de ser um mero sonho para “viver” (Jornal do Ensino, abr. 1961, p.1).

O Rev. Richard E. Senn, diretor da Faculdade apresentou aos presentes os primeiros alunos da instituição e em seguida, o orador, Dr.

---

a 18 de março), III- Provas (20 a 28 de março), IV- Matrículas (até 03 de abril), V- Aula inaugural (04 de abril), V- Não haverá 2º concurso de habilitação” (Ata nº 5 do Conselho Técnico Administrativo da FFBS, 8 março de 1961).

<sup>23</sup> Estiveram presente à aula inaugural e compuseram a mesa: Richard Edward Senn — Diretor da FFBS; Dr. Hélio Lopes de Oliveira — Presidente de honra; Cleanto Rodrigues Siqueira — representante do MEC; Ver. Manoel S. P. Filho — UIECCB; Dr. Colemar Natal — Reitor da UFG; Dr. Miguel C. M. Filho — Inspetor Seccional; Maria L. Resende — Confederação Evangélica do Brasil; Dr. Paulo Freire — Deputado Federal/MG; Dr. Plínio A Gonzaga Jaime — Deputado Estadual/GO; José B. Júnior — Pres. da Câmara Municipal de Anápolis; Léa Sayão — filha de Bernardo Sayão; Rinalva Cassiano Silva — Diretora da Escola Normal do CCM; Rev. Arthur Wesley Archibald — membro fundador da AEE; secretário de atas da AEE, vice-diretor e professor da FFBS (Jornal do Ensino, abr. 1961, p. 1).

Cleanto Rodrigues de Siqueira (representante do MEC), que, em seu discurso define o papel da nova instituição:

As Faculdades se classificam em dois grupos: as dos grandes centros educacionais que se evidenciam pela especialização de mestres, terreno ainda não muito explorado no Brasil: as do interior pátrio, que devem dar ao professor secundário uma formação educacional mais generalizada, tomando mais objetivo o ensino no Curso Ginásial.

[...] uma Faculdade em tudo difere dos demais Cursos. O primário, o Ginásio, o Científico ou o Normal tem uma metodologia preestabelecida [...] Porém uma Faculdade nunca deve ser igual a outra. [...] O que valoriza uma Faculdade são as suas características próprias. O que lhe é peculiar lhe dá evidência [...]

Deve, esta Faculdade, formar seus professores, de acordo com as necessidades psicológicas do aluno, do seu meio e das suas condições de vida [...]

Assim como o Dr. Bernardo Sayão foi um desbravador e um pioneiro, assim seja esta Faculdade uma desbravadora dos caminhos da cultura superior e uma pioneira das inteligências bem-formadas em Goiás (Jornal do Ensino, abril 1961, p. 1 e 6).

Através desse discurso, observa-se que a FFBS, ao ser criada, estava predestinada a ser uma instituição de formação de professores para o magistério secundário, e que a pesquisa científica não seria objeto de preocupação da Faculdade. O que a tornava diferente das demais era o fato de ser uma instituição de cunho religioso protestante, cujo

pioneirismo consistia no fato da FFBS ser a primeira instituição ensino superior em Anápolis, e a primeira Faculdade de Filosofia protestante de Goiás. Entretanto, a FFBS foi criada no momento em que nas grandes universidades do país discutia-se a desagregação das unidades de ensino das Faculdades de Filosofia, transformando-as em Institutos de Ciências, e o curso de Pedagogia, em Faculdade de Educação. Essas unidades de ensino haviam falhado em suas finalidades e não efetivaram os objetivos proclamados, principalmente os referentes à realização de pesquisas, nos vários domínios da cultura.

A FFBS seria mais uma Faculdade de Filosofia no país a caracterizar-se pela ausência da pesquisa científica, apesar de proclamar entre as suas finalidades:

Realizar pesquisas no vários domínios da cultura que constituem objeto de seu ensino, proporcionando aos seus alunos o conhecimento das respectivas fontes do saber e acostumando-os ao exercício do trabalho científico e no intuito de promover o progresso das respectivas ciências (Artigo 1º do Regimento Interno da FFBS, 1960).

De qualquer forma, a FFBS torna-se uma instituição preocupada em assegurar uma formação sistemática e especializada do professor para o magistério do ensino secundário em Anápolis.

A FFBS, criada com o intuito de oferecer ensino gratuito, sobretudo para o estudantes protestantes necessitava sobremaneira de verbas, convertidas em bolsas de estudo, para que pudesse ser mantida. No

primeiro ano de funcionamento teve dificuldades nesse sentido, pois, contou com poucos alunos, e destes, boa parte eram protestantes que estudavam gratuitamente. Desta forma, a FFBS não teria verbas suficientes para a sua manutenção. Por isso, a AEE solicitou da IEIU uma verba para custear, a FFBS, em 1961, no valor de Cr\$ 1.080.000,00 e mais Cr\$ 306.000,00 para a biblioteca especializada da Faculdade. (Ata da Assembléia Geral da AEE, 5 de julho 1960). Mas, em abril de 1961, o Rev. A. W. Archibald, representante da *Brazil Mission*, da IEIU, comunicou que, pela segunda vez, fora indeferido o pedido de verbas para a manutenção da FFBS (Ata do Conselho Técnico Administrativo da AEE, 2 de maio de 1961).

Diante das circunstâncias, o Rev. Senn<sup>24</sup> conseguiu autorização da AEE para solicitar, a quem de direito, subvenção a ser compensada com bolsas de estudo. Assim, recorreu à Prefeitura Municipal de Anápolis.

No dia 20 de abril de 1961, "O Anápolis" trouxe uma matéria informando que a Prefeitura Municipal de Anápolis, pagaria bolsas de estudo para a Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão".

atendendo convite formulado pelo Rev. Richard Senn, diretor da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, o prefeito Jonas Duarte, acompanhado do Sr. Aquiles de Pina, vereador José Batista Jr., presidente da Câmara Municipal, Dr. James Fanstone e edil Olímpio Ferreira Sobrinho, além da reportagem de O Anápolis, visitou as instalações do Colégio

---

<sup>24</sup> Richard Edward Senn, missionário norte-americano da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos. Ingressou no CCM em 1953 como chefe de disciplina, uma espécie de auxiliar do Diretor (A. W. Archibald). Em 1957, o Rev. Senn assumiu a direção do CCM. em 1959 iniciou a construção das novas instalações do CCM, e também fundador da FFBS, diretor e professor da Faculdade de 1961, até início da década de 70 (Silva *et alii* 1962).

Couto Magalhães, onde funciona aquela escola de nível superior ( *O Anápolis*, 10 abr. 1961, p. 3).

As autoridades convidadas para conhecerem as instalações da recém inaugurada Faculdade de Filosofia, admiraram-se pela beleza e grandeza da obra. “*O Anápolis*”, assim se expressou: *“Realmente, a Obra plantada na rodovia Anápolis-Corumbá é impressionante, constituindo-se no mais moderno e bem montado estabelecimento educacional do Brasil Central [...] estão orçadas em mais de 100 milhões de cruzeiros (O Anápolis, 20 abr. 1961, p. 3).*

Mas, o objetivo do Rev. Senn, com esta visita, era impressionar o poder público municipal, para conseguir, junto à Prefeitura Municipal de Anápolis, verbas para bolsas de estudo necessárias à manutenção da FFBS.

Sobre esta visita e a reunião realizada “*O Anápolis*”, assim noticiou:

À oportunidade, o Rev. Richard Senn fez uma explanação da atual situação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, notadamente no tocante às bolsas que permitiram o funcionamento da mesma no corrente ano.

Disse o diretor da Faculdade que o Governador Mauro Borges Teixeira se pontificou a pagar a importância de 1 milhão e meio de cruzeiros relativos às bolsas de estudo este ano, caso essa importância pudesse ser debitada ao Município, no seu crédito para com o Estado.

O prefeito Jonas Duarte concordou plenamente com a medida, concedendo ao governo Estadual o direito de pagar referida



importância, debitando-a à Prefeitura municipal de Anápolis (O Anápolis, 20 abr. 1961, p. 3).

O Rev. Senn, posteriormente, expediu uma nota de agradecimento às autoridades municipais, pelas bolsas de estudo concedidas à Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

A Diretoria da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” agradece os abaixo relacionados que hipotecaram o seu apoio e cooperação, afim de que os **Estudantes Universitários Anapolinos possam estudar gratuitamente.**

Esperamos que esta Faculdade seja digna da confiança em nós depositada pelos Anapolinos, nesta hora que iniciamos esta nova etapa.

Sr. Mauro Borges Teixeira — Governador; Sr. Peixoto da Silveira — Secretário da Educação e Cultura; Sr. Jonas Ferreira Duarte — Prefeito; Sr. José Batista Jr. — Presidente da Câmara Municipal; Deputado Haroldo Duarte; Deputado Luiz Fernando; Deputado José Elias Isaac; Lions Club de Anápolis; Associação Comercial de Anápolis; Dr. Anapolino de Faria; Sr. Waldemar Borges de Almeida; Sr. Érides Guimarães — Secretário do Trabalho; Sr. Achilles de Pina; Dr. Olímpio Ferreira Sobrinho; União Independentes dos Estudantes Anapolinos; Deputado Plínio A Gonzaga Jaime; Sr. Eurípedes Gomes de Melo. (**Jornal do Ensino**, abr.1961, p. 6; grifos meus).

O prefeito Jonas Duarte parece ter se impressionado com o “clima” de pioneirismo, modernidade e progresso que a Faculdade de Filosofia

“Bernardo Sayão” “irradiava” naquele momento. Acreditando na importância que esta unidade de ensino representava para o desenvolvimento cultural da cidade, é que apoiou e cooperou com a AEE.

A Lei nº 237, de 19 de maio de 1961 autorizou o chefe do Executivo Municipal a assinar convênio com o Estado de Goiás, para o pagamento das bolsas de estudo da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

Para resolver a questão das verbas destinadas à FFBS, a AEE ao fazer o orçamento geral para 1962, tomou a decisão de *“solicitar da Divisão da Missão Mundial a ampliação das verbas costumeiras [...] para fazer face as despesas previstas para a FFBS”* (Ata da Assembléia Geral da AEE, 13 junho 1961) e, em relação ao Colégio Couto Magalhães, *“incluiu em seu orçamento provisão para a FFBS, sendo que outras fontes poderão falhar”* (Ata do Conselho Técnico Administrativo da AEE, 16 nov. 1961).

## **CAPÍTULO III**

### **A FACULDADE DE FILOSOFIA “BERNARDO SAYÃO” — DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E ADMINISTRATIVA AO PAPEL DE INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO PROTESTANTISMO**

A finalidade deste capítulo é analisar a FFBS no ato de sua criação, observando dois aspectos básicos: a) a organização didática e administrativa da FFBS; b) o papel da FFBS como instrumento de difusão do protestantismo em Anápolis.

Na análise didática e administrativa, a preocupação é examinar sob que aspectos a FFBS estruturou-se, de acordo com as exigências da legislação federal. Interessa-nos saber, sobretudo, qual o modelo institucional adotado pela FFBS, além de detectar aspectos que marcaram o caráter do ensino religioso, veiculado pela instituição.

Para examinar se a FFBS serviu como instrumento de difusão do protestantismo, tomou-se por base a doutrina e tradição pedagógicas preconizadas pela AEE, e desenvolvidas por certas disciplinas que faziam parte da grade curricular.

### **3.1 A organização didática e administrativa da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”**

A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” organizou-se segundo os parâmetros da Lei nº 19 851/31, bem como do Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, modificado pelo Decreto-Lei nº 2 076, de 8 de maio de 1940. Teve como modelo, para a sua organização didática, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

A Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, reorganizou a Universidade do Brasil, que passou a ser constituída por 15 escolas ou faculdades, recebendo a denominação de nacionais. Dentre elas, está a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, modelo padrão a ser seguido pelas demais escolas superiores deste tipo, criadas no país.

Segundo Fávero, o caráter nacional da Universidade do Brasil revelava-se em quatro aspectos, a) a Universidade do Brasil “deveria ser um padrão”, e todas as outras universidades seriam do mesmo tipo, mantendo as diferenças regionais. O padrão seria determinado pelo fato de as outras universidades seguirem as linhas fundamentais de sua estrutura, instalação, administração, funcionamento, e os institutos de ensino deveriam oferecer todas as variantes de cursos discriminados e definidos pela Lei Federal; b) a Universidade do Brasil deveria ser um centro de pesquisa científica de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda a sorte, a fim de tornar-se o mais alto centro de expansão de nossa cultura

intelectual; c) a Universidade deveria ser freqüentada por estudantes de todo o país; d) a Universidade do Brasil seria o lugar onde deveriam ser guardadas as tradições, firmando os princípios e diretrizes que assegurassem à nação brasileira a continuidade, o progresso, o equilíbrio e a liberdade (Fávero, 1980: 95).

Mas, o Decreto-Lei nº 421, 11 de maio de 1938, afirma em seu artigo primeiro, que era livre a abertura de escolas superiores no país, tanto pelos poderes públicos, quanto por particulares. Entretanto, era necessário a autorização do Governo Central para que um curso superior pudesse entrar em funcionamento. O pedido de autorização era dirigido ao Ministro da Educação e Saúde, que após ouvir o Conselho Nacional de Educação (CNE), submetia-o ao parecer do Presidente da República (Artigo 3º, Decreto-Lei nº 421/1938) (Fávero, 1980: 106). Essa autorização não era definitiva, pois após, dois anos de funcionamento, a instituição deveria requerer junto ao Ministério da Educação e Saúde, o reconhecimento da instituição e dos seus respectivos cursos. Seria verificado, então, se o curso superior havia sido organizado segundo as especificações dos Decretos-Leis números 421/1938 e 421/1940, que regulamentavam a criação de Faculdades; e, ainda do Decreto-Lei nº 2 076/1940.

As exigências do Decreto-Lei nº 2 076/1940 eram as seguintes: a) capacidade financeira da entidade para manter satisfatoriamente o funcionamento do curso, no que se refere a edifícios e instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico do ensino a ser ministrado; b) aparelhamento administrativo regular; c) obediência às

exigências mínimas fixadas pela legislação federal, quanto à organização administrativa e didática; d) capacidade moral e técnica do corpo docente que atuasse no curso; e) fixação do limite de matrícula para cada série do curso, levando em consideração a capacidade das instalações; f) condições culturais necessárias ao bom funcionamento do curso; g) real necessidade do curso, sob o ponto de vista profissional, ou manifesta utilidade de natureza cultural (Fávero, 1980: 106-107).

A Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” organizou-se, segundo a legislação citada, e procedeu da forma referida para pedir a autorização para o seu funcionamento. Para tanto, organizou um processo a ser durante todo o primeiro semestre de 1960, encaminhado ao MEC no mês de junho. No mês de agosto, a instituição recebeu a visita do inspetor de ensino superior, para uma vistoria oficial, a fim de verificar se as exigências da legislação vigente estavam sendo cumpridas, segundo constavam no processo remetido ao MEC. No dia 27 de fevereiro de 1961, o Decreto-Lei nº 50 301, concedeu a autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia, História, Geografia e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

Ao analisar as exigências feitas pelos Decretos-Leis, já citados, referentes à organização de Faculdades observa-se que a FFBS as cumpriu integralmente.

Quanto à capacidade financeira da entidade para manter os cursos satisfatoriamente em funcionamento, no que se refere a edifícios e instalações apropriadas do ponto de vista pedagógico do ensino a ser ministrado, era suficiente que a entidade mantenedora apresentasse um

grande patrimônio, independente da entidade ter capacidade financeira para manter o ensino de nível superior.

Para a AEE não foi difícil cumprir este dispositivo, pois, no capítulo VIII, do seu Estatuto de 1959, constavam no seu patrimônio as seguintes instituições incorporadas: a) Colégio Couto Magalhães — Anápolis/GO<sup>25</sup>; b) Ginásio Álvaro de Melo — Ceres/GO; c) Educandário Nilza Risso — Cristianópolis/GO; d) Escola Luiz Fernandes Braga Filho — Itapaci/GO; e) Livraria Evangélica — Anápolis/GO; f) Normal Regional — Cristianópolis/GO; g) Sítio de Orientação Agrícola — Cristianópolis/GO (Estatuto da AEE, 1959).

A FFBS utilizaria para o seu funcionamento as dependências do CCM. O Colégio funcionaria no período matutino e vespertino e a Faculdade, no período noturno. Houve críticas ao fato de se utilizarem prédios ocupados por escolas de primeiro e segundo graus, para o funcionamento de escolas de nível superior, acreditando ser isto inadequado. Entretanto, o MEC não fez qualquer objeção quanto a isto. As instalações do CCM<sup>26</sup>, onde funcionaria a FFBS, foram consideradas excelentes pelo inspetor de ensino superior, em sua vistoria oficial.

<sup>25</sup> Em Anápolis, onde funcionaria a FFBS, a AEE possuía inúmeras propriedades, tais como:

- a) terreno com uma área de 78 581 metros quadrados;
- b) dois prédios de salas de aula e um prédio central destinado à administração das instituições educacionais;
- c) dois prédios onde estão localizados os internatos masculinos e femininos;
- d) cômodo para: lavanderia, refeitório e dependências;
- e) três casas: duas para professores e uma para o diretor;
- f) instalação de água e poços semi-artesianos;
- g) uma área de treze alqueires goianos à margem da BR-14, com diversas benfeitorias;
- h) um ônibus marca Mercedes Benz, para 36 passageiros;
- i) móveis, utensílios, laboratórios, etc (Processo de Autorização e Funcionamento da FFBS, 1960, v. 1).

<sup>26</sup> As instalações do CCM estavam assim compostas: Prédio Central destinado à administração possuindo salas da reitoria, diretoria, diretoria dos internatos, secretaria, gabinete dentário, gabinetes sanitários, sala da Congregação, biblioteca com capacidade para 30 000 volumes, salão nobre com capacidade para 750 pessoas sentadas, com um palco e câmara para projeções.

No processo de pedido de autorização para o funcionamento da Faculdade, este fato estava justificado da seguinte forma:

A localidade onde os cursos serão instalados possuem todas as condições [...] necessárias ao seu regular funcionamento. Todos os prédios de administração e de aula foram construídos nos últimos dois anos, sendo moderníssimos e construídos especificamente para fins didáticos. Todos os prédios seguem os mais modernos conselhos técnicos não só do país, mas também de orientação norte-americana (Processo de Autorização e Funcionamento da FFBS, 1960, v. 2).

Quanto ao corpo docente, será feita uma caracterização de diversos aspectos, a fim de verificar a capacidade técnica do corpo docente, segundo o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, a concepção religiosa e a preparação dos professores.

---

Dois prédios para sala de aula. O primeiro prédio foi denominado "Dayse Fanstone", com uma área de 990 metros quadrados, com onze salas de aula, com capacidade para 40 e 50 alunos em cada. As salas eram equipadas com carteiras, um *bureau* para professor, dois quadros negros, na parede da frente e lateral, respectivamente, quadros trabalhados em cortiça, para avisos ou cartazes.

Dessas onze salas, cinco, ainda possuíam, nos cantos, pequenos laboratórios, com balcão formando ângulo no canto da parede, e ainda pias e armários do tipo estante, com gavetas individuais.

O prédio "Dayse Fanstone" tinha capacidade para 510 alunos. E ainda possuía dois sanitários para alunos, dois para professores, quatro bebedouros, um corredor de 232 metros quadrados, ficando as salas de um lado e de outro, e um alpendre na entrada.

O segundo prédio denominado "Arthur Wesley Archibald", era adaptado para ministração de aulas do segundo ciclo e formação de professores. Possuía quatro salas especiais devidamente equipadas para História, Geografia, História Natural, Desenho e Línguas Vivas; Laboratório de Química e Física, respectivamente, equipados para aulas teóricas e práticas; Laboratório Especial para professores e alunos. Estes laboratórios eram destinado aos professores e aos alunos mais adiantados, sob orientação dos professores. Possuía ainda o departamento de trabalhos manuais e a sala de economia doméstica dividida em duas seções, uma de corte e costura e outra de culinária. Semelhante ao primeiro prédio, possuía também dois sanitários para professores e dois para alunos, e um alpendre na entrada (Processo de Autorização e Funcionamento da FFBS, 1960, v. 1).



O Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1950, explicitou da seguinte forma o que entendia por capacidade técnica:

A capacidade técnica não se demonstrará pela simples posse de diploma expedido por curso superior onde se ministre o ensino da disciplina, mas há de ser comprovada, segundo cada caso, em espécie, por um ou mais destes meios: trabalhos publicados sobre a especialidade, que este conselho apreciará; exercício técnico-profissional, no qual a especialidade tenha direta aplicação, cursos de pós-graduação e de especialização ou aperfeiçoamento, na disciplina ou parte essencial da disciplina, ou de disciplina que tenha direta afinidade com a especialidade que o candidato pretenda ensinar; exercício anterior do magistério da disciplina, com eficiência, em outro curso superior autorizado ou reconhecido, ou em outro instituto com mandato universitário (*apud* Fávero, 1980: 109).

A respeito de capacidade técnica do corpo docente<sup>27</sup>, constatou-se que:

a) todos os professores haviam realizado trabalhos sobre a sua especialidade, mas somente dois destes professores haviam publicado alguns de seus trabalhos;

b) apenas 46,15% dos professores possuíam algum curso de especialização ou aperfeiçoamento. Destes, apenas 15,38%<sup>28</sup>, eram especializados na disciplina que iria lecionar na FFBS;

<sup>27</sup> Ver Anexo IV; Anexo V; Anexo VI e Anexo VII.

<sup>28</sup> Neste último dado (15,38%), não está incluído o professor Edésio José de Oliveira, pois, não foi possível identificar no currículo do referido professor, se o curso de aperfeiçoamento por ele feito estava diretamente ligado à disciplina que ele lecionaria na FFBS.

c) todos os professores lecionavam ou já haviam lecionado disciplinas dentro de sua especialidade, em nível de primeiro e segundo graus;

d) somente 23% dos professores já haviam lecionado em curso superior (A. W. Archibald, e Ralph Wilbert Wilde); os demais só em escolas de primeiros e segundo graus;

e) 30,76% dos professores eram graduados em História e Geografia; 23% em Direito; 15, 38% em Letras, Pedagogia, Filosofia e Teologia e 7,6% em Matemática e Ciências Domésticas;

Quanto à concepção religiosa e preparação teológica dos professores constatou-se que<sup>29</sup>:

a) eram protestantes: Rinalva Cassiano Silva, Hospício Alves da Silva, Ernst Heeger (ex-sacerdote católico, convertido ao protestantismo), Irene Mary Wade, Arthur Wesley Archibald, Richard Edward Senn, Ralph Wilbert Wilde, José da Cunha Bastos Júnior e Edésio José de Oliveira;

b) eram missionários: Irene Mary Wade, Arthur Wesley Archibald, Richard Edward Senn e Ralph Wilbert Wilde;

c) possuíam algum curso teológico: Hospício Alves da Silva, Ernst Heeger, Irene Mary Wade, Arthur Wesley Archibald, Richard Edward Senn e Ralph Wilbert Wilde.

A caracterização acima demonstra que 69,2% dos professores eram protestantes; 30,7% eram missionários e 46,1% dos professores possuíam algum curso de formação teológica, denotando uma composição hegemonicamente protestante e, conseqüentemente

---

<sup>29</sup> Ver Anexo.

preparada, para difundir os princípios religiosos protestantes, entre os alunos da FFBS.

Quanto à fixação do limite de matrícula, constituía atribuição do Conselho Técnico Administrativo, que fixava o número de alunos a serem matriculados em cada série dos cursos. Este dispositivo foi fixado pelo artigo 30, alínea VI, da Lei nº 19 851/1931 e mantido pelo Decreto nº 23 546, de 5 de dezembro de 1933 e pelo Decreto nº 23 546, de 22 de maio de 1934. E ainda, pelo Decreto-Lei nº 421/1938, que exige como condição para autorização de funcionamento de novos cursos superiores (Artigo 4º, alínea c) e para seu reconhecimento (Artigo 9º), que se fixe o limite de matrícula para cada série do curso, tendo em vista a capacidade das instalações.

O Conselho Técnico Administrativo da FFBS decidiu que o número de matrícula por série, em cada curso, seria de quarenta. (Ata nº 1, do Conselho Técnico Administrativo da FFBS, 23 de setembro de 1960).

Quanto às reais necessidades do curso, sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural, a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” teve como justificativa, para a sua criação, os seguintes fatores:

a) Anápolis, com uma população de 50.000 habitantes, não possuía qualquer faculdade;

b) havia na cidade e no interior do estado, grande deficiência de professores devido à falta de uma Faculdade de Filosofia onde pudessem estudar;

c) a FFBS seria a Faculdade mais próxima do Distrito Federal, sendo útil para a formação de professores dessa região;

d) o desenvolvimento notado na região Centro-Oeste exigiria cada vez mais, um grande número de professores formados em Faculdades de Filosofia;

e) a entidade mantenedora da Faculdade, de ordem evangélica, representaria os alunos evangélicos numa grande região que incluem, além de Goiás, o Triângulo Mineiro e os estados do Maranhão e Mato Grosso. Esses alunos não tinham faculdade orientada por seu credo religioso, onde pudessem estudar (Processo de Autorização e Funcionamento da FFBS/1960, v. 1).

Existindo poucas instituições de ensino superior protestantes no Brasil, a FFBS seria uma oportunidade a mais para muitos evangélicos das regiões citadas freqüentarem um curso de nível superior, em uma instituição protestante.

Ponderando sobre as justificativas da AEE, quanto à criação da FFBS, perguntamos: o que significava para a AEE a criação de uma unidade de ensino superior, no caso, uma Faculdade de Filosofia?

Para um entrevistado, a criação de uma unidade de ensino superior para a AEE:

representava um avanço no seu desenvolvimento [...] Além de elevar [...] o padrão da cultura da cidade, do Estado e do Brasil [...] Em 1961 a inauguração da capital absorveu o professorado titulado para Brasília ao ponto da rede de ensino ficar contando

somente com dois professores de inglês para um colégio de dois mil alunos.

A AEE então viu a oportunidade de servir a comunidade [...]. Mostrou estar certa, pois decorrido 35 anos [...] a Faculdade de Filosofia continua viva (Entrevista nº 3, dezembro, 1996).

**Outra entrevistada, quando interpelada a esse respeito, reafirmou o depoimento do anterior e, conseqüentemente, as justificativas da AEE, ao fazer as seguintes afirmações:**

A criação de uma escola de nível superior em 1961 pela AEE significou aproveitar um momento oportuno de expansão do ensino superior pela demanda do ensino secundário. Era oportuno na época a criação de escola de terceiro grau. Basta verificar o contexto dos anos 60 no Brasil [...] É necessário lembrar que na época havia um incentivo à formação de quadros para o magistério e é possível que a AEE identificou essa necessidade (Entrevista nº 4, dezembro, 1996).

**A análise dos depoimentos indicou que o momento histórico era oportuno para a criação de escolas de nível superior, e que a cidade de Anápolis ressentia-se de professores qualificados, formados em uma Faculdade de Filosofia. Esses aspectos, aliados ao fato da AEE possuir um Colégio aparelhado para a criação de uma unidade de ensino desta natureza, foi fator decisivo pela opção por uma Faculdade de Filosofia. Entretanto, a procura pelos cursos da FFBS era muito limitada. O primeiro vestibular aprovou apenas dezenove candidatos — oito para o**

curso de Letras Anglo-Germânicas, oito para o curso de Pedagogia e três para o curso de História. Não houve inscrito ao vestibular para o curso de Geografia, não só em 1961, mas também nos anos subseqüentes, até 1966. Verificou-se que, dos dezenove alunos que entraram em 1961, apenas nove terminaram os cursos, pelo menos na FFBS. Não houve formando no curso de História. Houve cinco formandos no curso de Letras e quatro no curso de Pedagogia.

Quanto aos alunos que entraram na FFBS entre 1961 e 1964, de um total de 76 alunos (29 em Pedagogia, 35 em Letras e 12 em História), apenas 38 se formaram (17 em Pedagogia, 18 em Letras e apenas 3 em História).

**Tabela XI**

**Alunos ingressos na FFBS no período de 1961/1964 e formados no período de 1964/1970**

| <b>Curso</b>     | <b>Nº alunos ingressos</b> | <b>%</b> | <b>Nº alunos formados</b> | <b>%</b> |
|------------------|----------------------------|----------|---------------------------|----------|
| <b>Pedagogia</b> | 29                         | 100,0    | 17                        | 58,62    |
| <b>Letras</b>    | 35                         | 100,0    | 18                        | 51,42    |
| <b>História</b>  | 12                         | 100,0    | 03                        | 25,00    |
| <b>Total</b>     | 76                         | 100,0    | 38                        | 50,00    |

Fonte: [Livros de matrículas da FFBS — Curso de Pedagogia (1961 a 1983), Curso de Letras (1961 a 1987), Curso de História (1968 a 1972); Livro de Registro de Diplomas da FFBS (1968 a 1972)].

Observou-se que o curso de Letras foi o que teve o maior número de alunos matriculados, num total de 46,05% dos alunos da Faculdade, seguido do curso de Pedagogia, com 38,15% da matrículas, enquanto o curso de História possuía apenas 15,78%. O curso de Pedagogia foi o que teve maior número de formandos. De 1961 a 1964, houve um

aumento de 42,2% no número de matrículas. No entanto ainda era irrisória a procura pelos cursos.

Como explicar a criação da FFBS frente a esta realidade? Tal fato leva-nos a refletir sobre a “real necessidade” da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” na sociedade anapolina.

Em que pesem as condições dadas pelo crescimento populacional de Anápolis, a fundação de Brasília, a demanda de professores qualificados, os fatores que deram maior impulso à criação da Faculdade de Filosofia se relacionam muito mais aos interesses de afirmação da vertente religiosa protestante do que estas determinações de natureza objetiva. A criação da FFBS constituiu-se na única possibilidade da AEE criar a primeira escola de nível superior em Anápolis, colocando-se na posição de vanguarda, no que se refere ao ensino superior numa cidade hegemonicamente católica.

Quanto às exigências mínimas fixadas pela legislação federal no que diz respeito à organização didática e administrativa, a FFBS inspirou-se no modelo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, para organizar-se didaticamente.

A Faculdade Nacional de Filosofia compreendia quatro seções fundamentais, a saber: a) Seção de Filosofia constituía-se de um curso de Filosofia. b) Seção de Ciências compreendia seis cursos: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais. c) Seção de Letras compreendia os curso de Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Letras Clássicas. d) Seção de Pedagogia constituída pelo curso de Pedagogia. Havia uma Seção Especial de Didática,

desenvolvida em um ano. Os demais cursos tinham duração de três anos. O Decreto-Lei nº 1 190/1939 estabeleceu o chamado “esquema 3+1”, ou seja, ao final do terceiro ano de qualquer um dos cursos acima citados, o aluno recebia o título de bacharel e com mais um ano de estudo, através do curso de didática, obtinha o grau de licenciado para a docência no magistério secundário. Com o Decreto-Lei nº 9 092/1946, o “esquema 3+1” foi substituído por um curso de quatro anos, passando a conceder diploma de licenciado ou bacharel, após quatro anos de estudo.

A FFBS organizou-se em quatro seções, conforme modelo adotado, e pediu autorização para o funcionamento de apenas quatro cursos — História, Geografia, Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. Estes foram organizados em cursos de quatro anos de duração<sup>30</sup>. A FFBS ainda contou com um curso de Introdução à Filosofia, Doutrina e Moral Evangélica, de freqüência obrigatória a todos os alunos matriculados em qualquer curso ministrado pela Faculdade. O curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica era desenvolvido em quatro anos, através das seguintes disciplinas — Introdução à Filosofia, Apologética, Doutrina e Liturgia, Moral e Direito Público da Igreja, Didática Especial de Religião<sup>31</sup>.

Este curso compreendia 23,47% do total da carga horária do curso de História; 12,7% do curso de Pedagogia e 16,8% do curso de Letras.

Nos primeiros anos de funcionamento da FFBS, o curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica foi ministrado pelo professor Heeger que realizou toda a sua formação acadêmica em

---

<sup>30</sup> Ver Anexo.

<sup>31</sup> *Id. ibid.*



Seminários Católicos, onde chegou a ordenar-se Sacerdote, convertendo-se depois ao protestantismo. Sua formação foi baseada na *Ratio Studiorum* (plano de estudo dos jesuítas compreendendo curso de Humanidades, Filosofia e Teologia.) A *Ratio Studiorum* previa a unidade do método, da matéria e do professor. A unidade determinava que o mesmo professor acompanhasse um grupo de alunos de cada matéria do início ao fim, seguindo o mesmo método de ensino. Assim o professor Heeger lecionava todas essas disciplinas mencionadas, em todos os cursos<sup>32</sup>.

A análise da organização administrativa da FFBS é relevante à medida que explica o caráter religioso da instituição, demonstrando que os cargos administrativos, com maior poder deliberativo nas questões didático-administrativos, foram preenchidos exclusivamente por protestantes indicados e empossados pela AEE. O requisito principal para a ocupação desses cargos era o fato de esses membros estarem em plena sintonia com a sua Igreja.

A organização administrativa da FFBS deu-se de acordo com o Decreto-Lei nº 19 851, 11 de abril de 1931, e era composta de Congregação, Conselho Técnico Administrativo, Direção e Vice-Direção.

A Congregação era o órgão superior da direção didática e pedagógica da Faculdade e deveria ser constituída pelos professores catedráticos<sup>33</sup>, interinos, livres docentes em exercício catedrático, um

---

<sup>32</sup> Chama-nos a atenção o fato da direção da FFBS ter designado um ex-sacerdote católico, com uma formação teológica jesuíta, para ministrar o curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, já que se pretendia com esse curso difundir entre os alunos os ensinamentos cristãos evangélicos.

<sup>33</sup> A escolha do professor catedrático dava-se mediante concurso de títulos e provas, baseando-se na apreciação do mérito científico, na capacidade didática e nos predicados morais do candidato. (Artigo 92 parágrafo único). O concurso de provas constava de: prova escrita (versando sobre

representante dos docentes livres eleito em seus pares em sessão presidida pelo Diretor, para um período de três anos (Artigo 67 do Regimento Interno da FFBS/1960). Reunia-se ordinariamente três vezes ao ano ( março, setembro e dezembro), e, extraordinariamente, quando necessário (Artigo 71 do Regimento Interno da FFBS/ 1960).

A Congregação<sup>34</sup> deliberava sobre todas questões relativas a provimento de cargos de magistério e sobre questões de ordem didática e pedagógica, tais como aprovar os programas dos cursos, por exemplo.

O Conselho Técnico Administrativo (CTA) era o órgão deliberativo da Faculdade constituído por seis professores catedráticos em exercício, sendo três eleitos pela Congregação e três escolhidos livremente pela AEE, renovando-se um terço anualmente (Artigo 82 — Regimento Interno da FFBS/1960).

O Conselho Técnico Administrativo<sup>35</sup> reunia-se ordinariamente uma vez por mês, e suas reuniões eram presididas pelo Diretor da Faculdade, Presidente nato do Conselho e com direito apenas a voto de qualidade (Artigo 83 do Regimento Interno da FFBS/1960).

---

assunto incluído em um ponto constante de lista de dez a vinte pontos, formulados pela comissão examinadora, sobre a matéria constante do programa de ensino da cadeira — Artigo 100); defesa de tese (o tema de dissertação da tese era de livre escolha do candidato e pertinente à disciplina da cadeira em concurso — Artigo 99); prova didática (realizada perante a Congregação, constava de uma dissertação sobre ponto sorteado com 24 horas de antecedência, de lista de dez a vinte pontos — Artigo 102); prova prática, quando assim a cadeira exigia. (Regimento Interno da FFBS/1960).

<sup>34</sup> Compunham a Congregação: José da Cunha Bastos Júnior, Laudelina Carvalho de Araújo Batista, Rinalva Cassiano Silva, Maria de Souza França, Hospirio Alves da Silva, Ernst Heeger, Irene Mary Wade, Arthur Wesley Archibald, Richard Edward Senn, Ralph Wilbert Wilde, Edésio José de Oliveira, Sebastiana Rochael Machado Pimenta e Martha Rochael França (Ata de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Congregação da FFBS).

<sup>35</sup> Eram membros do primeiro Conselho Técnico Administrativo da FFBS: Ralph Wilbert Wilde, Rinalva Cassiano Silva, Ernst Heeger, Hospirio Alves da Silva, Arthur Wesley Archibald, Edésio José de Oliveira e Richard Edward Senn (presidente do CTA) (Ata de Reuniões do CTA da FFBS).

Cabia ao Conselho, dentre outras atribuições: organizar o Regimento Interno da Faculdade; propor alterações na organização administrativa ou didática; rever os programas de ensino; autorizar a realização de concursos previsto no regimento; designar o docente que substituiria o professor catedrático; auxiliar o Diretor na fiscalização do ensino teórico e prático, a fim de verificar se os programas foram executados; fixar anualmente o número de alunos a serem admitidos nos cursos, dentro do limite máximo permitido pelo CNE (Artigo 83 do Regimento Interno da FFBS/1961).

A direção era o órgão executivo que coordenava e fiscalizava todas as atividades da Faculdade. O Diretor era nomeado pelo Presidente da AEE, dentre os professores catedráticos, para um período de três anos, podendo ser reconduzido ao cargo uma ou mais vezes (Artigo 86 do Regimento Interno da FFBS/1960).

O Diretor representava a Faculdade em quaisquer atos públicos; assinava com os secretários os diplomas expedidos pela Faculdade e conferia grau, apresentando anualmente à AEE relatórios dos trabalhos da Faculdade; executava as decisões da Congregação; nomeava docentes livres<sup>36</sup>; aplicava penalidades e fazia cumprir as disposições do Regimento Interno da FFBS, etc. (Artigo 87 do Regimento Interno da FFBS/1960).

O Vice-Diretor era escolhido livremente pela AEE, dentre os professores catedráticos (Artigo 90). Tinha como função substituir o

---

<sup>36</sup> O título de livre docente era obtido por meio de habilitação, devendo o candidato satisfazer, em tudo às exigências relativas ao concurso para professor catedrático. Não sendo doutor, bastaria provar haver concluído o curso profissional, pelo menos três anos antes. A docência livre poderia ser obtida em mais de uma cadeira. (Artigo 117 Regimento Interno da FFBS/1960).

Diretor em seus impedimentos (Artigo 87, § 2º do Regimento Interno da FFBS/1960).

A entidade mantenedora atuava diretamente na nomeação e escolha dos membros que compunham a administração da Faculdade; escolhia três dos seis membros do CTA, o Diretor e o Vice-Diretor.

O CTA, em sua totalidade, e era composto de elementos protestantes, sendo que 57,14% possuíam algum curso de formação teológica, e destes, 50% eram missionários. Estes dados são significativos se considerarmos que o CTA concentrava o maior poder deliberativo nas questões didático-administrativas da Faculdade. Na Congregação, o número de membros protestantes era de 69,2%; destes, 46,1% possuíam formação teológica e 30,7% eram missionários. E o Diretor e o Vice-Diretor eram missionários da Igreja Evangélica dos Irmãos Unidos, missão cooperante da UIECB, à qual a AEE estava filiada, em 1961.

### **3.2 O papel da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” como instrumento de difusão do protestantismo**

Para examinar a relação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” com o protestantismo em Anápolis, analisou-se documentos oficiais da AEE e da FFBS, verificando aspectos que indicavam o papel da Faculdade, como instrumento de difusão do protestantismo.

Nos documentos examinados, aparece de forma explícita a fundamentação cristã, como base dos princípios educacionais da FFBS.

Estes forneciam os fundamentos da doutrina e tradição pedagógicas da AEE.

A doutrina e tradição pedagógicas da AEE baseiam-se nas Escrituras Sagradas que *"são as únicas e suficientes regras de fé e prática da Associação Educativa Evangélica"*, e *"adotam como fiel interpretação das Escrituras Sagradas os 28 artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo"* (Artigo 2º, parágrafo único, Estatuto da AEE, 1959).

A AEE tem como pressuposto que todas as informações a respeito de Deus e de Suas obras acham-se contidas nas Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento, que possuem a única regra perfeita para a sua crença sobre o Criador e preceitos infalíveis para todo o seu procedimento nesta vida (Artigo 2º, Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo).

*"As Escrituras Sagradas foram escritas por homens santos, inspirados por Deus, de maneira que as palavras que escreveram são as palavras de Deus [...] e devem ser lidas por todos os homens"* (Artigo 3º). É obrigação de uma associação de crentes *"reunirem-se para fazer orações e dar louvores a Deus, estudar Suas palavras"* (Artigo 20, Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo). Por isso, em todas as instituições mantidas pela AEE *"realizar-se-ão cultos religiosos diários [...], para proporcionar a todos oportunidade de sincera adoração a Deus"*. (Artigo 5º, Estatuto da AEE, 1959). Pois, um determinado local onde um grupo de crentes ou congregados se reunam regularmente fora

da igreja será ponto de pregação. (Artigo 11, Regimento Interno das Igrejas Cristãs Evangélicas, 1953).

Baseando-se nesta concepção, nas escolas mantidas pela AEE deveria haver uma orientação Cristã Evangélica e os princípios protestantes seriam difundidos de diversas formas (Artigo 4º, Estatuto da AEE, 1959).

Com a preocupação de atrair elementos da sociedade, considerados de prestígio, para a concepção religiosa protestante, procurava-se adquirir entre estes a respeitabilidade, através do testemunho de professores e diretores, como “exemplo vivo” de moral cristã protestante e de firmeza de caráter, segundo a qual “os protestantes são identificados pelo que não são ou o que não fazem: eles não fumam, não bebem, não dançam, não têm vida sexual extra matrimonial e não se vestem de acordo com a moda” (Mendonça, 1990: 205).

Buscava-se transmitir a “moral evangélica”, através de regras de conduta a ser seguida pelo alunos da FFBS, protestantes ou não-protestantes. Tais regras pautavam-se por rígidas formulações doutrinárias e rigorosa disciplina moral, sob um severo controle do comportamento dos alunos, através da aplicação de penalidades e punições para os que desrespeitassem essas regras.

Serão aplicadas as penas do art. 160, [...] alínea a: advertência, repreensão, suspensão, afastamento temporário, destituição [...] conforme a gravidade da falta, nos casos de: prática e atos incompatíveis com a dignidade e decoro da vida

acadêmica ou com a moral evangélica como, fumo bebidas alcoólicas e vestidos indecorosos (Artigo 170 do Regimento Interno da FFBS/1960).

A esse respeito, uma entrevistada afirma o seguinte: *“Lembro-me que a Moral Evangélica proibia o uso de cigarros, e calça comprida para as mulheres”* (Entrevista nº 5, dezembro, 1996).

A difusão dos princípios religiosos protestantes dava-se, sobretudo, através do curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, obrigatória a todos os alunos matriculados em qualquer curso ministrado pela Faculdade.

A Faculdade manterá um curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica de frequência obrigatória, para todos os alunos regularmente matriculados nos cursos [...] podendo porém, a Diretoria conceder dispensa em casos especiais.

O candidato, aprovado no concurso de habilitação requererá a sua matrícula na primeira série do respectivo curso [...], bem como de matrícula no curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica (Artigos 19 e 35 do Regimento Interno da FFBS/1960).

O curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica era ministrado, nos primeiros anos de funcionamento da FFBS, pelo professor Heeger. Como se mencionou anteriormente o referido professor que ministrava o bloco de disciplinas especificamente voltada para o

ensino da doutrina protestante, caracterizava-se por ser um católico recém-convertido ao protestantismo e que, além de possuir uma capacitação em termos de formação filosófica e teológica nos limites da doutrina cristã, tinha como traço distintivo ser um “exemplo vivo” de um católico que fez opção para o protestantismo.

**A esse respeito, uma entrevistada fez a seguinte observação:**

As disciplinas [...] tiveram caráter bem mais filosófico e ético do que religioso [...] Visto por esse ângulo não foi difícil saber porque o professor Ernst Heeger [era professor da disciplina]. Ele representava a cultura filosófica que o programa exigia. [...] Estava em jogo naquele momento a competência . Com certeza naquela hora ele era mais competente que um missionário protestante, suponho eu (Entrevista nº 4, dezembro, 1996).

**O mesmo questionamento foi feito a um outro entrevistado, que deu-nos a seguinte resposta:**

Quanto ao aproveitamento do professor Ernst Heeger, ajuda o argumento de que estamos tratando mais de Cristianismo do que separatismo protestante, [outros] professores [...] de formação católica tiveram o seu valor cultural e capacidade pedagógica aproveitados [...] pela AEE.

Como não se queria descer a detalhes denominacionais um homem de formação teológica ultramontana, não é incompatível com o esboço infraestrutural teísta formado nos princípios da moral judeu-cristã emanador da palavra da Bíblia.



Ademais o professor Ernst Heeger era sem sombra de dúvida a maior expressão da Filosofia da época, exarada numa linguagem segura do vernáculo, o que é perfeitamente compreensível no contexto ecumênico de João XXIII (Entrevista nº 3, dezembro, 1996).

Analizando o conteúdo das entrevistas acima citadas verificou-se que o discurso ecumênico, ocultava todo o processo de “sedução” ao protestantismo e era a forma estratégica utilizada para dissimular a imposição dos princípios religiosos protestantes, veiculados pela AEE.

O professor Ernst Heeger não representava de forma alguma o “espírito” do ecumenismo, mas o contrário, o fato de ter sido um sacerdote católico que se converteu ao protestantismo, poderia significar o “abandono aos erros da Igreja Católica” por ter encontrado no protestantismo o “caminho da verdade” ou o “caminho da verdadeira salvação”. Por isso, não havia na FFBS, naquele momento, ninguém melhor e mais competente do que o professor Heeger para questionar a teologia “apologético-dogmática” da Igreja Católica, que explicava as controvérsias entre católicos e protestantes, desde a reforma religiosa no século XVI. Ninguém melhor do que ele para ministrar o curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica e abrir caminhos, conseguir simpatizantes e lançar os fundamentos da doutrina religiosa preconizada pela AEE entre os não-protestantes, como também entre os protestantes de outras denominações, que adotavam outros parâmetros para a interpretação das Escrituras Sagradas.

A AEE declarava que nas escolas por ela mantida *“haverá (ia) orientação francamente Cristã Evangélica, sem contudo forçar a consciência de qualquer aluno”*. (Artigo 4º, Estatuto da AEE, 1959). E que sua grande preocupação era a *“difusão da civilização cristã”* (Artigo 1º, Regimento Interno da FFBS/1969).

Observa-se que, nos documentos da AEE, há um proselitismo declarado, explícito, pois ao afirmar que as escolas mantidas pela AEE, sem exceção, deveriam manter uma orientação religiosa francamente “cristã evangélica”, estava-se dizendo que a orientação religiosa seria a especificamente denominacional das Igreja Cristãs Evangélicas, e isto seria reafirmado pelo Regimento Interno da FFBS, como pode ser observado no texto abaixo:

Finalidades da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão:

a) **dar a seus alunos sólida cultura superior, filosófica, científica e literária nos moldes dos respectivos programas oficiais segundo a doutrina e tradição pedagógica da Associação Educativa Evangélica** (Artigo 1º do Regimento Interno da FFBS/1960; grifos meus).

Entretanto, observamos que há a preocupação em se manter um discurso ecumênico, pois

A AEE ao que me consta, nunca teve por objetivo criar escola superior para difundir o protestantismo por ela professado. Até porque para fazê-lo seria mais fácil usar o Colégio Couto Magalhães. Aí sem dúvida teria uma clientela adolescente e

jovem onde o proselitismo poderia acontecer (Entrevista nº 4, dezembro, 1996).

O que pode ser observado pelo depoimento, é que as pessoas mais envolvidas tiveram a “intenção” de negar o proselitismo, por parte da AEE na FFBS, contrariando desta forma o Estatuto da AEE (1959) e aspectos do próprio Regimento Interno da Faculdade, como o acima citado, na tentativa de “ocultar” o proselitismo que acontecia na Faculdade.

O entrevistado, apesar de expressar claramente que a preocupação era a difusão do cristianismo e não do protestantismo, deixa transparecer a presença dos ideais proselitismo do religioso, quando faz as seguintes afirmações:

Como diz o épico dos Lusíadas: “foram a Fé e o Império dilatado”, no caso o Império — a AEE, o objetivo primórdio é educar. A Fé era o cristianismo e não o protestantismo, mas está claro que os evangélicos fazem a apologia da fé em sua própria linguagem.

Uma das grandes coisas do progresso científico é a sua disputa de terreno com a religião e o objetivo da AEE é fazer a fé correr paralelamente com o saber em sentido de cooperação (Entrevista nº 3, dezembro, 1996).

O curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica foi organizado estrategicamente para “preparar o terreno” para a difusão do protestantismo. O curso foi desenvolvido durante quatro anos, em séries

diferentes, conforme os cursos a que se destinavam e compreendia as seguintes disciplinas<sup>37</sup> :

a) Apologética — esta disciplina pretendia dar ao aluno uma informação geral sobre as correntes filosóficas anti-cristãs (agnosticismo, ateísmo, materialismo, etc.), religiões não-cristãs e religiões cristãs; tinha como objetivos: *“conhecer as correntes anti-cristãs e as religiões não-cristãs; contribuir para um melhor conhecimento das religiões cristãs; consolidar a própria convicção religiosa; despertar o senso ecumênico”* ( Heeger, Ernst. Plano de Curso — Introdução à Filosofia e Apologética; grifos meus).

b) Doutrina e Liturgia — buscava mostrar ao aluno a importância e o papel da religião no mundo de hoje.

c) Moral e Direito Público da Igreja — tinha o objetivo de levar os alunos a *“conhecer os princípios universais que regem a retidão dos atos; estudar a lei que orienta o homem para o seu fim último; formar a personalidade do educando”* ou seja, formar acima de tudo, uma consciência moral e cristã nos futuros educadores. (Heeger, Ernst. Plano de Curso — Moral e Direito Público da Igreja);

d) Didática Especial de Religião — pretendia: *“despertar nos futuros mestres o interesse pela formação religiosa dos educandos; mostrar os métodos e técnicas indispensáveis para a instrução e formação religiosa dos educandos”* (Heeger, Ernst. Plano de Curso — Didática Especial de Religião).

---

<sup>37</sup> Ver Anexo IX.

e) Introdução à Filosofia que, além de conteúdos relativos à Lógica englobava aspectos relativos à religião.

O depoimento de uma aluna, que frequentou as aulas de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, informa sobre o seu alcance ou sua influência.

Particularmente, por ter nascido numa família católica, causou-me algum questionamento sobre os dogmas da Igreja [...].  
Passei a refletir sobre eles (Entrevista nº 5, dezembro, 1996).

A concepção religiosa preconizada pela AEE reforçava a dos alunos protestantes, como se pode verificar no depoimento que se segue:

Ingressei na Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, aos 19 anos. Minha concepção religiosa já estava consolidada por ter nascido num lar evangélico e ter recebido ao longo de toda a minha formação, princípios e doutrinas bíblicas. De sorte que os conteúdos ministrados nessas disciplinas nenhuma influência exerceram no sentido de consolidar minhas concepções. Elas já eram sólidas (Entrevista nº 6, dezembro, 1996).

Analisando o depoimento, observa-se que o objetivo de “despertar o senso ecumênico” permanecia em nível do discurso, havendo sim o interesse de disseminação de princípios religiosos protestantes.

**A Salvação do Cristão estava ligada à adesão ao protestantismo.** De forma bem discreta, era a intenção do conteúdo ministrado [...] Lembro-me que a Moral Evangélica proibia o uso de cigarros, e calça comprida para as mulheres (Entrevista nº 5, dezembro, 1996; grifos meus).

Indagados sobre a metodologia utilizada pelo professor Heeger, para ministrar o conteúdo dessas disciplinas do Curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, os depoimentos foram claros e concordantes, de que era uma metodologia onde a criatividade, a crítica, o espírito investigador nunca fizeram parte, existindo apenas a memorização mecânica do conteúdo narrado, que jamais eram questionados pelos alunos, já que esse conhecimento do professor era a “expressão da verdade”. Desta forma, os princípios do “cristianismo” transmitidos pelo professor Heeger não teriam a oportunidade de serem questionados pelos alunos, mesmo que não concordasse com eles ou ferissem seus princípios religiosos, como pode ser verificado no depoimento abaixo:

Pela formação acadêmica nos moldes franciscanos, o conteúdo de tais disciplinas, foram desenvolvidos no puro tradicionalismo da época. As aulas eram expositivas. Não foram adotados livros para que houvesse fontes diversas sobre os conteúdos.

O aluno era um espectador diante da “verdade do mestre” (Entrevista nº 5, dezembro, 1996).

Os conteúdos eram dados dentro das tendência tradicionalista, aulas expositivas, onde só o professor falava. Os alunos se limitavam a ouvir e anotar. Não eram adotados livros. O conteúdo era memorizado e reproduzido nas provas. Alguns trabalhos de pesquisa eram realizados e entravam no processo de avaliação. Não havia diálogos, nem trabalhos em grupos, debates etc. (Entrevista nº 6, dezembro, 1996).

A religião protestante era considerada pela AEE como uma das bases para a educação integral. Por isso, a educação religiosa não poderia ser desprezada, e a formação de professor cristão (protestante) em cada aluno da FFBS era de fundamental importância para a difusão e perpetuação desse ideário.

O curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica não era o único meio de se difundirem os princípios religiosos protestantes preconizados pela AEE. Esporadicamente, durante o ano letivo, aconteciam cultos de frequência obrigatória, por parte dos alunos:

havia no salão um culto de Ação de Graças no início ou no final do ano letivo, cuja presença era controlada por ser contada como aula dada. Contudo muitos alunos fugiam, sem maiores conseqüências (Entrevista nº 6, dezembro, 1996).

O depoimento revela que a instituição estabelecia a obrigatoriedade dos alunos participarem de suas atividades religiosas, que não eram atividades pedagógicas, mas computadas como tal. A expressão "*muitos alunos fugiam, sem maiores conseqüências*" demonstra que, apesar da

faculdade impor a participação dos alunos aos cultos por ela proferidos, a partir de intimidações, no sentido de que a não participação acarretaria em faltas nas disciplinas daquele dia, efetivamente não havia punições aos que não participassem dos cultos.

A Faculdade esperava que os seus alunos egressos continuassem cultivando o “espírito cristão evangélico”, adquirido ou consolidado na FFBS em suas vidas e entre as pessoas de sua convivência, independente de ser o aluno evangélico ou não. Pretendia continuar mantendo contato com os ex-alunos, através da “Associação dos Antigos Alunos”, como forma de não deixar morrer o “fogo do espírito evangélico”.

Destina-se a Associação dos Antigos alunos da Faculdade de Filosofia a realizar além de outros objetivos colimados nos seus estatutos, o seguinte: 1) manter entre eles união cordial; 2) promover-lhes os interesses profissionais e o progresso científico e técnico; 3) estreitar suas relações com a Faculdade; 4) **orientá-los para que cuidem de difundir em sua vida o espírito evangélico, adquirido na Faculdade** (Artigo 137 do Regimento Interno da FFBS/1960; grifos meus).

Esperava-se que os alunos cuidassem de difundir o “espírito evangélico adquirido na Faculdade”, confirmando mais uma vez a questão que permeia o presente trabalho: a relação que a criação da FFBS tem com o projeto de difusão do protestantismo em Anápolis



## CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi o de examinar a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, em sua relação com a difusão do protestantismo, em Anápolis. Para tanto, procurou-se partir de certas questões norteadoras deste estudo. Qual o papel das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade Brasileira? Em que condições históricas o processo de criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” foi gestado? Quais as condições históricas que permitiram a expansão do protestantismo em Anápolis e motivaram um grupo de evangélicos a escolher a cidade, para a concretização de seus propósitos religiosos? Que fatores contribuíram para a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, na cidade de Anápolis? Como a referida instituição educacional atuou como instrumento de difusão do protestantismo, em Anápolis?

A realização do presente trabalho, ancorado nessas questões, permitiu explicar o processo de criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, enquanto fenômeno inserido num contexto histórico, marcado pela expansão do capitalismo na sociedade brasileira; a inserção e expansão do protestantismo no Brasil, em Goiás e na cidade

de Anápolis; a inserção de Anápolis à economia de mercado, bem como a expansão do ensino superior brasileiro, marcadamente no processo de expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que atingiram o Estado de Goiás e Anápolis.

A criação e expansão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, no período compreendido entre 1903 e 1961, coincidiu com a penetração, expansão e consolidação do capitalismo industrial monopolista no Brasil, que dinamizou vários setores da sociedade brasileira, ocasionando grandes transformações nos campos econômico, político, social e educacional.

Das transformações ocorridas no âmbito da educação, no início do Governo Vargas, ressaltamos a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que nasceram com duplo objetivo: realizar pesquisas nos vários domínios da cultura e preparar professores para o magistério secundário e normal. No entanto, esses objetivos ficaram apenas no papel, levando-se a crer que as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras transformaram-se em instituições destinadas à formação de professores do ensino secundário e normal, à medida que falharam em sua finalidade precípua de oferecer à Universidade o "caráter proeminentemente universitário". Entretanto, procurou transformar as Faculdades de Filosofia voltadas para o ensino superior, tradicionalmente profissionalizante, em uma instituição destinada à pesquisa científica e os altos estudos dos domínios das ciências e letras, introduzindo os estudos pedagógicos na Universidade e, assegurando pela primeira vez no Brasil,

uma formação sistemática e especializada do professor da escola secundária e normal.

A política nacional-desenvolvimentista, sobretudo a partir dos anos 50, trouxe impulsos para a dinamização do ensino superior que se expandiu através de instituições de ensino superior isoladas, majoritariamente, em instituições privadas. Foi neste contexto que as Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se expandiram pelo Brasil e atingiram o Estado de Goiás, concentrando-se em cidades política e economicamente mais desenvolvidas e populosas, como foi o caso de Anápolis.

Dentre as várias instituições de ensino superior, criadas em várias cidades do Estado de Goiás, nas décadas de 50 e 60, somente as criadas em Goiânia e Anápolis foram efetivadas, e destas, destacamos a Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão", que foi objeto deste estudo.

Para entender a criação da FFBS, foi necessário, então, buscar as determinações estruturais da sociedade brasileira, da sociedade goiana e anapolina, bem como examinar aspectos da expansão do protestantismo, dado que a FFBS tem, como traço distintivo, pertencer a essa filiação religiosa. Constituída nesses moldes, a FFBS legitimou-se por transmitir e veicular as concepções e valores que são inerentes à vertente religiosa que a fundamenta.

A expansão do protestantismo, no Brasil, ocorreu a partir do século XIX, sobretudo no século XX, e expandiu-se por todas as regiões do país. A população brasileira foi diretamente afetada pela presença do protestantismo, por volta de 1850, quando começaram a chegar no Brasil

os primeiros missionários protestantes, com a finalidade explícita de propagar a sua doutrina religiosa. Este impulso foi chamado de "protestantismo missionário", ou seja, a chegada no Brasil das denominações protestantes (metodistas, congregacionais, batistas, presbiterianas), quase todas provenientes dos esforços de missionários norte-americanos.

O protestantismo concentrou-se na Região Sul, seguida pelas Regiões Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Na região Centro-Oeste, verificou-se um crescimento de 3,3% entre as décadas de 40 a 70, que se explica pelo fato de a região ser marcada por um protestantismo proselitista, aliado às transformações sociais, econômicas e urbanísticas do país. Observou-se que as regiões brasileiras, com crescimento econômico e urbanístico significativo nas décadas de 50 a 70, tiveram também crescimento significativo no número de protestantes.

Goiás que, nas primeiras décadas do século XX se inseriu na lógica do capitalismo dependente, integrou-se definitivamente à economia de mercado, através da implantação da estrada de ferro que ligou Goiás ao Centro-Sul, e que ocasionou a modernização de sua economia, a intensificação do seu povoamento e acabou por gerar um crescimento urbanístico.

As cidades servidas pela estrada de ferro foram as mais influenciadas pelo capitalismo e tiveram grande surto desenvolvimentista. Anápolis foi uma dessas cidades e transformou-se em ponto terminal da Estrada de Ferro Goiás, elemento principal de integração de Anápolis à economia nacional, que dinamizou, modernizou e urbanizou a vida da

cidade, atraiu grandes contingentes populacionais, e, dentre estes, as famílias protestantes que, em Anápolis, estrategicamente, difundiram o protestantismo.

Os protestantes utilizaram-se de diversos meios para difundir sua religião no Brasil. Neste trabalho, destaca-se o papel das instituições educacionais — no caso, a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” — como instrumento de difusão do protestantismo.

Por volta de 1850, estabeleceram-se os primeiros colégios protestantes no Brasil que tinham por objetivos: difundir a “cultura” protestante, através de métodos educacionais modernos; formar uma elite que, se não fosse protestante, pelo menos tivesse sido influenciada pelos valores e princípios da cultura protestante; propagar sua religião entre as famílias que tinham filhos nas escolas protestantes.

Os colégios protestantes diferiam-se dos colégios existentes na sociedade brasileira, e eram considerados veículos de modernidade e progresso, por utilizar métodos pedagógicos e programação de ensino, de acordo com o modelo norte-americano. Desta forma, expandiram-se por todo o território brasileiro.

Os protestantes de origem missionária foram os que mais se dedicaram ao ensino regular no Brasil, legando-nos uma rede de escolas de nível primário, médio e algumas poucas de nível superior e universitário.

O grupo protestante radicado em Anápolis, proveniente do protestantismo de origem missionária, dedicou-se ao ensino religioso com a criação do Instituto Bíblico Goiano, e ao ensino regular, com a criação

da Escola de Enfermeiras Florence Nightingale e às instituições de nível primário, médio e superior, mantidas pela Associação Educativa Evangélica.

Das escolas de primeiro e segundo graus mantidas pela Associação Educativa Evangélica, destaca-se o Colégio Couto Magalhães, por ter criado a infra-estrutura básica que possibilitou a instalação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”.

Com a criação da Associação Educativa Evangélica, em 1947, para ser a entidade mantenedora do Colégio Couto Magalhães, a primeira reformou as instalações do segundo. As novas instalações do Colégio Couto Magalhães forneceu as condições básicas para a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”. A Associação criou primeiramente uma Faculdade de Filosofia, com os cursos de História, Pedagogia, Geografia e Letras Anglo-Germânicas, porque a faculdade utilizaria para o seu funcionamento as dependências do Colégio Couto Magalhães, e estas estavam melhor equipadas para atender às exigências dos cursos citados, e também pelo fato de o corpo docente da Faculdade ter sido formado basicamente pelos professores do Colégio Couto Magalhães, e esses, em grande parte, possuíam habilitações nas áreas já mencionadas.

No que se refere ao corpo discente, verificou-se que nos primeiros anos de funcionamento da FFBS, os alunos eram em número limitado, havia pouca procura pelos cursos ministrados pela Faculdade, o que levou a concluir que, mais do que uma “real necessidade” a criação da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, tenha sido a “única”

possibilidade da AEE, para realizar o “sonho” de criação da primeira instituição de nível superior de Anápolis, e acima de tudo uma instituição evangélica, numa cidade hegemonicamente católica.

Na tentativa de homenagear aquele que concretizou os ideais do General Couto de Magalhães é que a AEE deu à sua primeira unidade de ensino superior o nome de Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, uma vez que o nome de Bernardo Sayão significava “o espírito da fronteira, do desbravamento do pioneirismo”. Esperava-se que a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” fosse inovadora e pioneira na sociedade anapolina, que fosse a instituição que, naquele momento, se adequasse ao desenvolvimento que estava ocorrendo em Anápolis e no Brasil. Entretanto, a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” não se traduziu em pioneirismo pedagógico, inovações técnicas inerentes às instituições educacionais protestantes no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, quando as escolas protestantes foram recebidas como símbolos de vanguarda, do progresso e da modernidade. Na realidade goiana, em nível do discurso ou das intenções, a FFBS tinha a pretensão de constituir-se em fator de pioneirismo e renovação. Todavia não se efetivaram os objetivos proclamados, principalmente no que se refere à realização de pesquisas nos vários domínios da cultura, tornando-se apenas uma agência formadora de professores para o magistério secundário e normal.

Organizada segundo os parâmetros da legislação federal que regulamentava a organização e funcionamento de escolas superiores no Brasil, a Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, diferiu-se das demais

Faculdades de Filosofia, no sentido de ser uma instituição de cunho religioso protestante, que difundia a doutrina religiosa, preconizada pela entidade mantenedora paralelamente à formação de professores para o magistério secundário e normal.

A fundamentação cristã era a base da doutrina e tradição da AEE, que tinha nas Escrituras Sagradas seus referenciais de padrão de conduta. A AEE adotava como fiel interpretação das Sagradas Escrituras, os 28 artigos da Breve Exposição das Doutrinas Fundamentais do Cristianismo.

Acreditava a AEE que as Escrituras Sagradas foram escritas por homens santos, inspirados por Deus, de maneira que as palavras escritas são palavras de Deus e devem ser lidas por todos os homens. Acreditava, ainda, ser obrigação de uma associação de crentes reunir-se para fazer orações, dar "louvores a Deus" e estudar as Suas palavras. Por isso, nas instituições mantidas pela Associação Educativa Evangélica, seriam realizados cultos para reproduzir a fé religiosa. Constituía "obrigação" de grupo de crentes e congregados, quando participavam de encontros em locais determinados, fora do templo, realizar sua "pregação" de forma sistemática.

Na lógica dessas diretrizes, nas escolas mantidas pela AEE, haveria orientação "francamente cristã evangélica", que era a base dos princípios educacionais; por isso, na Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" havia práticas que difundiam o protestantismo.

Preocupados em atrair elementos da sociedade, considerados de prestígio para receber a concepção religiosa protestante, procurava-se



adquirir entre estes, a respeitabilidade. Pelo testemunho de professores e diretores, como “exemplos vivos” da moral cristã protestante e de firmeza de caráter, transmitia-se a “moral evangélica”, por meio de regras de conduta pautadas por rigorosas formulações doutrinárias e disciplina moral, que deveriam ser seguidas pelos alunos da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, protestantes ou não-protestantes. A FFBS exercia um rígido controle do comportamento dos alunos, pela aplicação de penalidades a quem desrespeitasse essas regras no interior de suas dependências não era permitido fumar, ingerir bebidas alcoólicas e usar roupas indecorosas.

Além da imposição da “moral evangélica” aos alunos da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão”, realizavam-se cultos nas dependências da Faculdade; havia a Associação de Antigos Alunos, que tinha por objetivo manter os “ex-alunos” em contato “permanente” com a instituição, para que o aluno não deixasse morrer o “fogo do espírito evangélico”, adquirido na Faculdade. A FFBS contava com um corpo docente hegemonicamente protestante, onde 30% eram missionários, 46% possuíam algum curso de formação teológica, o que significava que tinham preparação para difundir os princípios religiosos protestantes. O Conselho Técnico Administrativo que tinha o maior poder deliberativo nas questões didático-administrativo da Faculdade era, em sua totalidade, composto por elementos protestantes, dos quais 50% eram missionários.

No que se refere ao papel da Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” como instrumento de difusão do protestantismo, além dos aspectos já citados, o presente estudo concentrou-se, sobretudo, no

curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, por reconhecer neste o principal meio de difusão da doutrina religiosa preconizada pela Associação Educativa Evangélica, e ainda por ser o curso realizado de forma sistemática, ou seja, obrigatório a todos os alunos matriculados em qualquer curso oferecido pela Faculdade. Desenvolvido em 4 (quatro) anos, havia sido designado especificamente um professor para ministrar este curso.

Apesar do discurso ecumênico em torno do curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica, verificou-se que este discurso era uma forma de ocultar o processo de “sedução” ao protestantismo e que o referido curso foi o caminho principal de difusão dos fundamentos da doutrina religiosa da AEE.

O curso de Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica organizou-se, estrategicamente, para difundir o protestantismo, à medida que o conteúdo ministrado levava a questionar, por exemplo, a teologia “dogmático-apologética” da Igreja Católica; transmitia ensinamentos que “induzia” a inferir que a “Salvação do Cristão” estava ligada à adesão ao protestantismo; o desenvolvimento do curso transcorria de forma que o conteúdo narrado era memorizado, mecanicamente, pelos alunos que jamais o questionavam. O conhecimento transmitido pelo professor era considerado a “expressão da verdade”, mesmo que o aluno não concordasse com ele ou considerasse que o conteúdo feria seus princípios religiosos.

Observou-se que a religião protestante era considerada, pela AEE, uma das bases para a educação integral. Por isso a educação religiosa

não era desprezada, e a formação do professor cristão (protestante) em cada aluno da FFBS, era de fundamental importância para a difusão e perpetuação desse ideário, confirmando mais uma vez a questão que permeou o trabalho: a criação da FFBS como instrumento de difusão do protestantismo, em Anápolis.

O que a investigação procura demonstrar é que a instituição educacional estudada teve uma função específica no interior da sociedade anapolina na década de 60: constituiu-se em um meio utilizado por um grupo de missionários protestantes para difundir a sua doutrina religiosa. Evidentemente, que este agrupamento na sua forma de instituir-se, tinha na Faculdade de Filosofia “Bernardo Sayão” um espaço privilegiado para fazer prevalecer seus interesses relacionados com o discurso de modernidade, apropriado a uma cidade que se urbanizava ou se expandia, e que era portadora de certa influência regional.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ABREU, Jayme. Aspectos da expansão do ensino superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 43 (97): 8-13, jan./mar., 1965.**

**BALDINO, J. M. Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, FE/UFG, 1991. [Dissertação de mestrado]**

**BARBOSA, L. L. Síntese histórica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Revista da Faculdade de Direito da UFG. Goiânia, 7 (12): 123-125. 1983.**

**BEOZZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo, Difel, 1986. t. 3, v. 4, l. 2. p. 271-341.**

**BORGES, Barsanulfo Gomides. O despertar dos dormentes. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1982. [Dissertação de mestrado]**

**BORGES, Humberto Crispim. História de Anápolis. Goiânia, Cerne, 1975.**

**CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. Católicos, protestantes e espíritas. Petrópolis, Vozes, 1973.**

- CAMPOS, F. *Exposição de Motivos. In: FÁVERO, M. L. A. Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- CAMPOS, Paulo de Almeida. *A Faculdade de Educação na atual estrutura universitária brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, 53 (118): 323-352, abr./jun., 1970.
- CUNHA, L. A. *Universidade temporã. 2. ed.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- CRUZ, Francelino Antônio. *Um vaso de bênçãos.* [s.n.t.], 1989. [mimeo]
- DANTAS, Paulo. *Sayão: adeus ao oeste.* São Paulo, Edições Populares, 1977.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Goiás. v. 36.
- FANSTONE, James. *Missionary adventure in Brazil.* Sussex/England, 1972.
- FAUSTINO, Esli Pereira. *Igreja Cristã Evangélica do Brasil: missões e missionários pioneiros.* Goiânia, Cerne, 1985.
- FÁVERO, M. L. A. *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Formação de profissionais e especialistas nas Faculdades de Filosofia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Rio de Janeiro, 37 (85): 227-233, 1962.
- FERNANDES, Rubens César. *Censo Institucional CIN. Primeiros comentários.* Rio de Janeiro, ISER, 1992.

**FERREIRA, Haydée Jayme. Anápolis, sua vida, seu povo. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1979.**

**FORSYTH, William Banister. Igreja Cristã Evangélica do Brasil. [s. n. t.], 1969. [mimeo]**

**FRANÇA, Maria de Sousa. A formação histórica de Anápolis e sua área de influência regional. Anais do VII Simpósio Nacional ANPUH. Belo Horizonte, 2-8 set. 1973. [Separata]**

**FREITAS, Revalino Antônio. Anápolis: passado e presente. Anápolis, Voga, 1995.**

**GALINDO, Florêncio. O fenômeno das seitas fundamentalistas. Petrópolis. Vozes, 1995.**

**HAGUETTE, Tereza M. F. Paradigmas e antinomias da pesquisa empírica. Revista da Educação Brasileira. Brasília, 16 (32): 49-62, 1. sem., 1994.**

**IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.**

**LAUWERYS, J. Instalação e desenvolvimento das Faculdades de Educação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 51 (114): 305-339, abr./jun., 1969.**

**LEONARD, Emile G. O protestantismo brasileiro. São Paulo, Aste, 1963.**

**LOBO, Sílvio Araújo. Histórico da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Anápolis. [s. n. t.], 1980. [mimeo.]**

- MARTINS, C. B. Ensino pago: um retrato sem retoques. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1988.**
- MELO NETO, T. A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás de 1960 a 1980. Goiânia, UFG, 1987. [Dissertação de mestrado]**
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa e VELASQUES FILHO, Prócoro. Introdução ao Protestantismo no Brasil. São Paulo, Loyola, 1990.**
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. 3. ed. São Paulo, Difel, 1985, t. 3, v. 2, p. 290-291.**
- NEPOMUCENO, M. A. A ilusão pedagógica: 1930/1945. Estado sociedade e educação em Goiás. Goiânia, UFG, 1991. [Dissertação de mestrado].**
- OLIVEIRA, M. C. Questão agrária em Goiás: governo Mauro Borges (1961-1964). Goiânia, UFG, 1987. [Dissertação de Mestrado]**
- POLONIAL, J. M. A Estrada de Ferro Goiás e o processo de urbanização de Anápolis — 1910-1935. Goiânia, UFG, 1995. [Dissertação de Mestrado]**
- RAMALHO, Jether Pereira. Prática educativa e sociedade: um estudo de Sociologia da Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.**
- RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do Protestantismo no Brasil. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981.**

**RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: organização escolar. 5. ed. Moraes, São Paulo, 1984.**

**SILVA, Rinalva Cassiano et. alii. Educandário Couto Magalhães: 30 anos na vanguarda educacional. São Paulo, Edigraf, 1962.**

**SUCUPIRA, N. Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 51 (114): 260-276, abr./jun., 1969.**

**SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo, Difel, 1986, t. 3, v. 4, l. 11, p. 107-207,**

**TRIGUEIRO, D. Expansão do ensino superior. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 48 (108): 209-234, out./dez., 1967.**

### **Documentos, Arquivos, Jornais, Decretos-Leis**

**ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL DA AEE de 1947 a 1966.**

**ATAS DE REUNIÕES E EXTRAORDINÁRIAS DA CONGREGÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA BERNARDO SAYÃO, de 1960 a 1980.**

**ATAS DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA AEE, 1947 a 1966.**

**ATAS DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA FACULDADE DE FILOSOFIA BERNARDO SAYÃO, DE 1960 a 1993.**

**BIOGRAFIA DO REV. A. W. ARCHIBALD IN: HISTÓRICO DO COLÉGIO COUTO MAGALHÃES.**

**BREVE EXPOSIÇÃO DAS DOUTRINAS FUNDAMENTAIS DO CRISTIANISMO.**



**CONSTITUIÇÃO E REGIMENTO INTERNO DA UNIÃO DAS IGREJAS  
EVANGÉLICAS CONGREGACIONAIS E CRISTÃS DO BRASIL,  
1953.**

**ESTATUTO DA ICEB, 1992.**

**ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA DE 1947 e  
1959.**

**HISTÓRICOS DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA.**

**HISTÓRICOS DO COLÉGIO COUTO MAGALHÃES.**

**HISTÓRICOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA "BERNARDO SAYÃO".**

**JORNAL DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA. Anápolis,  
fev./mar./1995.**

**JORNAL DO ENSINO — ÓRGÃO OFICIAL DO EDUCANDÁRIO COUTO  
MAGALHÃES. Anápolis, v. 1, n. 1, abril/1961.**

**O ANÁPOLIS. Anápolis, 4 abr. 1961; 20 abr. 1961; 21 abr. 1961.**

**LIVRO DE MATÍCULAS/FFBS. Anápolis, Curso de Pedagogia de 1961 a  
1983.**

**LIVRO DE MATRÍCULAS/FFBS,. Anápolis, Curso de História de 1961 a  
1979.**

**LIVRO DE MATRÍCULAS/FFBS. Anápolis, Curso de Letras de 1961 a  
1987.**

**LIVRO DE REGISTRO DE DIPLOMAS/FFBS, 1968-1972. Anápolis.**

**PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FFBS.  
Anápolis, v.1 e 2, 1960.**

**REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE ENFERMEIRAS "FLORENCE  
NIGHTINGALE". Anápolis, 1933.**

**REGIMENTO INTERNO DA FACULDADE DE FILOSOFIA BERNARDO  
SAYÃO. Anápolis, 1960.**

**REGIMENTO INTERNO DA ICEB. 1992.**

**REGIMENTO INTERNO DO CCM. 1963.**

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA IGREJA EVANGÉLICA DO BRASIL  
ICEB, IX CONCÍLIO NACIONAL. 1995.**

## ANEXO I

### ENTREVISTAS

Entrevista nº 1, abril, 1993 — Antônio de Oliveira Brasil, ex-proprietário do Colégio Couto Magalhães.

Entrevista nº 2, abril, 1993 — Esli Pereira Faustino, professor da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" e do Seminário Teológico Cristão Evangélico.

Entrevista nº 3, dezembro, 1996 — Pedro Pereira Lima, ex-presidente da Associação Evangélica Educativa.

Entrevista nº 4, dezembro, 1996 — Rinalva Cassiano Silva, professora fundadora da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" .

Entrevista nº 5, dezembro, 1996 — Maria Geralda Teixeira, aluna da primeira turma da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" .

Entrevista nº 6, dezembro, 1996 — Sônia Cassiano Silva, aluna da primeira turma da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" .

## ANEXO II

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO REV. ARCHIBALD, nos EEUU, em 5 de agosto de 1946 (transcrição).

Proposta de venda do Ginásio Couto Magalhães:

1. O nome — Ginásio Couto Magalhães, com os cursos: primário, admissão, normal, ginásial e comercial, todos em funcionamento, regularizados perante a lei: móveis, biblioteca didática, material de laboratório, material de educação física etc., por Cr\$ 100.000,00 — ficando o uso do prédio dependendo de conseguir gratuidade, como tem acontecido até agora, com o Dr. James Fanstone ou, caso contrário, um aluguel que ele estipulara e que não poderá ser superior a Cr\$ 12.000,00 anuais.

2. Entretanto, a parte acima e mais um terreno na chácara, no local para o futuro prédio, com uma área não superior a 4.500 metros quadrados, por Cr\$ 100.000,00 — desde que faça uma encomenda de tijolos no valor mínimo de Cr\$ 50.000,00 pelo preço corrente da praça.

3. As instalações do internato, acabadas de construir, constantes de um armazém de 200 metros quadrados livres, com duas cintas de concreto; uma casa residencial, com todo conforto, acabada de construir; uma casa de morada/pequena, de meio tijolo, sem forro e sem instalações, de cinco cômodos; um barracão para cozinha, refeitório, despensa, imunizador, rouparia, vestiário, banheiro, oficina de consertos, estudo dos alunos, garagem e estábulo etc. — poderão ser vendidas por Cr\$ 220.000,00 ou alugadas.

4. Além dessas dependências, posso ainda alugar a própria chácara, com abundante água para hortaliça, chiqueiro, água captada por mina por carneiro hidráulico.

NOTA EXPLICATIVA DO ITEM 2 — O terreno ali descrito será doado, desde que faça uma compra de tijolos, ao preço corrente na praça, na importância de Cr\$ 50.000,00. Anápolis, 05 de agosto de 1946.

[Documento assinado pelo Dr. Antônio de Oliveira Brasil]

## ANEXO III

## CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO REV. ARCHIBALD nos EEUU (transcrição)

Anápolis, 15 de outubro de 1946.

No dia 5 de agosto escrevi-lhe formulando a proposta de venda do ginásio, em cuja carta eu dizia estar disposto a passar o ginásio a profanos, caso não realizasse a venda para alguma entidade evangélica.

E que eu e Clarissa estamos cansadíssimos, esgotados e doentes.

Ademais está havendo um desequilíbrio financeiro de cerca de oitenta contos de réis (Cr\$ 80.000,00), em virtude de ser pequeno o número de internos, sendo que o externato, em todo o estabelecimento de ensino, não consegui com a sua contribuição nem cobrir as despesas com professores. No nosso ginásio, por exemplo, a despesa vai andar pelos 200 mil cruzeiros e a arrecadação andar pelos Cr\$ 105 mil... (105.000,00).

A Maçonaria está interessada em fazer com que o governo encampe o nosso ginásio, com aproveitamento de todo o pessoal que milita conosco. Também a política situacionista está empenhada nisto.

Porém, domingo último, dia 13, reuni no ginásio os maiores do evangelismo anapolino (Dr. James Fanstone, D. Dayse Fanstone, Nicola Aversari, Severino Araújo, Johnson) e mais alguns amigos evangélicos, a fim de fazer sentir a minha resolução de vender para o Estado o estabelecimento de ensino.

Depois de mais de uma hora de troca de idéias, ficou estabelecido que se escrevesse novamente ao senhor, propondo venda nas condições formuladas na carta de 5 de agosto de 1946 e que, enquanto aguardasse sua resposta, sustasse as demarches para a encampação pelo governo do Estado.

Assim sendo, mando-lhe, com esta, a cópia da proposta feita em 5 de agosto. E, para provar meu desejo de não ver por terra o trabalho, proponho-me a trabalhar mais um ano (1947) caso me seja dado a título de auxílio uma importância não inferior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), pois eu acredito que em 1947 ainda haverá uma diferença igual à importância acima.

Esta será enviada a dois endereços seus, a fim de não haver demora no recebimento da mesma.

Desejando o seu justo descanso, bem como o de sua senhora envio nossas saudades, extensivas aos filhos.

Com um grande abraço, sou o amigo e irmão em Cristo:

Antônio de Oliveira Brasil.

## ANEXO IV

## CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FFBS/1961, QUANTO AO NOME, DISCIPLINA E O CURSO NO QUAL LECIONARIA

| NOME                         | DISCIPLINA                   | CURSO                |
|------------------------------|------------------------------|----------------------|
| José da Cunha Bastos Júnior  | Geografia Física             | História e Geografia |
| Rinalva Cassiano Silva       | Geografia Humana             | História e Geografia |
| Laudelina Carvalho de Araújo | Geografia do Brasil e        | História             |
| Batista                      | Antropologia                 | Geografia            |
| Maria de Souza França        | Fundamentos Históricos do    | Geografia            |
|                              | Mundo Contemporâneo e        |                      |
|                              | História da Antigüidade e da | História             |
|                              | Idade Média                  |                      |
| Hospício Alves da Silva      | Língua Latina                | Letras               |
| Ernst Heeger                 | Língua e Literatura Alemã    | Letras               |
| Irene Wade                   | Língua e Literatura Inglesa  | Letras               |
| Arthur Wesley Archibald      | Língua e Literatura Norte-   | Letras               |
|                              | Americana                    |                      |
| Edésio José de Oliveira      | Complementos de Matemática   | Pedagogia            |
| Richard Edward Senn          | História da Filosofia        | Pedagogia            |
| Sebastiana Rochaél Machado   | Sociologia                   | Pedagogia            |
| Pimenta                      |                              |                      |

|                       |                                       |           |
|-----------------------|---------------------------------------|-----------|
| Martha Rochael França | Fundamentos Biológicos da<br>Educação | Pedagogia |
| Ralph Wilbert Wilde   | Psicologia Educacional                | Pedagogia |

Fonte: (Processo de Autorização para o Funcionamento da FFBS/1961, v. 1 e 2).

## ANEXO V

### CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FFBS/1961 QUANTO AO NOME, CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO E LOCAL ONDE FORAM CURSADOS (transcrição)

#### NOME/CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO E LOCAL ONDE FORAM CURSADOS

##### **José da Cunha Bastos Júnior**

1. Bacharel e Licenciado em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia de Goiás.
2. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Goiás.

##### **Laudelina Carvalho de Araújo**

1. Bacharel e Licenciada em História e Geografia, pela Faculdade de Filosofia de Goiás.
2. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Goiás.

##### **Rinalva Cassiano Silva**

1. Bacharel e Licenciada em História e Geografia, pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Paraíba.
2. Curso de Extensão Universitária, pela FF da PB.
3. Curso Intensivo de História para professores secundários, pela FF da Paraíba.

##### **Maria de Souza França**

1. Bacharel e Licenciada em História e Geografia, pela Faculdade de Filosofia de Goiás.

##### **Hospício Alves da Silva**

1. Bacharel e Licenciado em Letras Anglo-Germânicas, pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás.
2. Estudou Teologia no Seminário Cristão Congregacional do Norte em Recife/PE.

##### **Ernst Heeger**

1. Curso de Humanidades (iniciado no Seminário Seráfico, em Gamstok Eucen na Bélgica no Seminário Seráfico em Rio Negro no Paraná, de acordo com o programa vigente na Alemanha. Recebeu o hábito Franciscano com o nome de Frei Hedilberto Heeger em Santa Catarina onde fez o noviciado).
2. Curso de Filosofia, no Convento de Curitiba.
3. Curso de Teologia, no Convento de Petrópolis, onde ordenou-se Sacerdote.
4. Fez Exame de Suficiência em História Geral e Latim.
5. Curso de Aperfeiçoamento em Didática Geral e Francês, pelo Colégio de Nova Friburgo, pela CADES e Fundação Getúlio Vargas.

##### **Irene Mary Wade**

1. Escola Superior — Batterssea Trainig College of Domestic Science — London University.
2. Seminário Lebanon Missionary — Bible — College Berwik — on — Twed — Inglaterra.

##### **Arthur Wesley Archibald**

1. Bacharel e Letras.
2. Especialização em Literatura Inglesa e Americana. Ambos os cursos realizados em John Fletcher College e depois em Kletzing College — University Park, Iowa.

**Edésio José de Oliveira**

1. Bacharel e Licenciado em Matemática, pela Faculdade de Filosofia da Bahia.
2. Curso de aperfeiçoamento pela CADES.
3. Cursos Teológicos em New England Conference of The Evangelical Church onde ordenou-se diácono e presbítero.

**Richard Edward Senn**

1. Bacharel em Artes e Teologia, pela Escola Superior — North Central, College, Naperville.
2. Especialização em Conselho Pastoral, Educação Cristã e teoria e prática de missões, pela Escola Superior, Evangelical Theological Seminary — Naperville, Illinois.
3. Especialização em Psicologia, Filosofia, Pedagogia e Educação, pela Universidade Estadual do Colorado, Greeley.

**Sebastiana Rochael Machado Pimenta**

1. Bacharel e Licenciada em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia de Goiás.

**Martha Rochael França**

1. Bacharel e Licenciada de Filosofia de Goiás.

**Ralph Wilbert Wild**

1. Bacharel em Artes.
2. Bacharel em Teologia.
3. Cursos teológicos:
  - Preparatório para ordenação ministerial com 4 anos de educação na Igreja Evangelical Unidet Brethren.
  - Curso Ministerial com três anos de duração em Western Evangelical Seminary Portland, Oregon, EUA, onde obteve o grau de Bachelor of Divinity, e neste mesmo seminário graduou-se em Educação Religiosa.

---

Fonte: (Processo de Autorização para o Funcionamento da FFBS/1960, v. 1 e 2).

**ANEXO VI****CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FFBS/1961 QUANTO AO NOME E EXERCÍCIO PROFISSIONAL ANTERIOR NO MAGISTÉRIO (transcrição)****NOME/EXERCÍCIO PROFISSIONAL ANTERIOR NO MAGISTÉRIO****José da Cunha Bastos Júnior**

— Lecionou Geografia Geral e História do Brasil no primeiro e segundo ciclo, e Geografia Econômica e História Administrativa Econômica do Brasil no curso técnico comercial.

**Laudelina Carvalho de Araújo**

— Lecionou no Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Goiás; no Colégio Couto Magalhães, Escola Técnica de Goiânia, Curso de Suficiência. [Não foi possível identificar as disciplinas lecionadas nas referidas instituições, com exceção do CCM onde lecionou Geografia].

**Rinalva Cassiano Silva**

— Lecionou História no Ginásio e no Científico. Metodologia e Prática de Ensino e Sociologia no Curso Normal, e Geografia Geral no primeiro ciclo.

**Maria de Souza França**

— Lecionou Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil em curso Ginásial, História e Geografia do Brasil e Sociologia em curso normal.

**Hospirio Alves da Silva**

— Lecionou Latim e Inglês em escolas de segundo grau.

**Ernst Heeger**

— Lecionou no curso ginasial [Não foi possível identificar as disciplinas lecionadas]. Lecionou Didática Especial de Latim em cursos destinados aos professores candidatos aos exames de suficiência pela CADES.

**Irene Mary Wady**

— Lecionou Economia Doméstica e Trabalhos Manuais e Instrução Religiosa em escola secundária em Londres/Inglaterra. E Inglês no Colégio Couto Magalhães.

**Arthur Wesley Archibald**

— Lecionou Inglês no curso ginasial e comercial da Escola Americana do Instituto Mackenzie. Lecionou quase todas as disciplinas do currículo do curso teológico do Instituto Bíblico Goiano entre 1938 a 1959 [Não foi possível identificar essas disciplinas]. Lecionou Psicologia na Escola de Enfermagem Florence Nightingale. Lecionou no primeiro e segundo ciclo Matemática, Ciências Naturais, Física, Inglês e Canto Orfeônico.

**Edésio José de Oliveira**

— Lecionou Matemática, Física, Química, Desenho, Estenografia, Estatística Educacional, Administração Escolar em cursos Ginasial e Normal.

**Richard Edward Senn**

— Lecionou no curso Normal do CCM, além de ser o seu diretor.

**Sebastiana Rochael Machado Pimenta**

— Lecionou Filosofia no CCM.

**Martha Rochael França**

— Lecionou História do Brasil no curso ginasial.

**Ralph Wilbert Wild**

— Professor e superintendente de escolas dominicais. Lecionou no Seminário Evangélico de Goiás, e no Instituto Bíblico Goiano. [Não foi possível identificar as disciplinas lecionadas].

---

Fonte: (Processo de Autorização para o Funcionamento de FFBS/1960, v. 1 e 2).

**ANEXO VII**

**CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA FFBS/1961 QUANTO AO NOME E TRABALHOS REALIZADOS E/OU PUBLICADOS (transcrição)**

**NOME/TRABALHOS REALIZADOS E/OU PUBLICADOS****José da Cunha Bastos Júnior**

— A Geografia no Espaço e no Tempo.

**Laudelina Carvalho de Araújo**

— O Homem através da História. (Publicado).

**Rinalva Cassiano Silva**

— Historicidade e Conceito da Antropologia  
— A Indústria: sua origem.  
— A Criação do Gado no Nordeste.  
— Pequenos Povos do Oriente.

— Formação Étnica e Cultural do Brasil Colonial.  
— Budismo e Cristianismo.  
— Discurso às Mães.  
— O Porque da Juventude Transviada.  
— Ponto de Vista da Escola.

**Maria de Souza França**

— A Civilização Romana: a época de Augusto.

**Hospício Alves da Silva**

— O Latim.

**Ernst Heeger**

— O Homem faústico, o homem nietzchiano e o homem cristão no pensamento germânico.

**Irene Mary Wade**

— A Produção manufatureira, química e o valor nutritivo dos açúcares.

**Arthur Wesley Archibald**

— Entire Sanctification.

— Comprehensive Program of the Brazil Mission of the Evangelical United Brethren Church.

**Edésio José de Oliveira**

— O Caderno na Aula de Matemática.

— As Professorandas de 1956.

— Artigos Publicados na Revista "Atualidades Pedagógicas", set./out., 1954.

— O Centenário de um Geômetra.

— Meher Licht.

— Gauss.

— Poderemos Colar?

— Tipo H<sub>2</sub>O.

— O Jogo e a Matemática.

— Para os Professores.

— As Ciências se Modificam.

**Richard Edward Senn**

— Albert Schweitzer — seu pensamento e sua causa.

— Aconselhando Jovens.

— Aspectos Sociais de Valor Religioso.

— Tipos de Casamento.

— Projeto de Currículo — Sociologia.

— Quatro Aspectos de Mudança Cultural Exemplificado de 1100 a 1600.

— Logos e nossa atitude com as religiões não cristãs.

— Estudo de Filosofia de Henry Nelson Wieman.

— O Real como Pessoal.

— A Igreja e a Ética Social.

— Logos Cristology em Justin Martyr.

— A Mente Criativa — crítica do filósofo contemporâneo Henri Bergson.

**Sebastiana Rochael Machado Pimenta**

— Programa de Psicologia da Escola de Enfermagem Florence Nightingale.

**Martha Rochael França**

— Do Método dos Testes — escala métrica de Binet e perfil psicológico de Vermeulen.

— Indicar na ordem de importância as qualidades do professor ideal de religião.

— História da Educação — Educação Apostólica.

**Ralph Wilbert Wild**

— A Evangelização da Criança pré-escolar.

— Recomendações para o treinamento de Líderes leigos no centro do Brasil.

Fonte: (Processo de Autorização para o Funcionamento da FFBS/1960, v. 1 e 2).

**ANEXO VIII****GRADES CURRICULARES (transcrição)****CURSO DE LETRAS ANGLO-GERMÂNICAS**

| 1ª SÉRIE (1961)                               | HORAS/AULAS |
|---|-------------|
| Língua e Literatura Inglesa                   | 48          |
| Literatura Americana                          | 86          |
| Língua Latina                                 | 81          |
| Língua Alemã                                  | 87          |
| Introdução à Filosofia                        | 86          |
| Subtotal                                      | 428         |
|   |             |
| 2ª SÉRIE (1962)                               | HORAS/AULAS |
| Língua Portuguesa                             | 95          |
| Língua Latina                                 | 95          |
| Língua e Literatura Inglesa (Anglo-Americana) | 92          |
| Língua e Literatura Alemã                     | 95          |
| Literatura Norte Americana                    | 88          |
| Filosofia — Doutrina e Liturgia               | 80          |
| Subtotal                                      | 543         |

| 3ª SÉRIE (1963)                            | HORAS/AULAS |
|--|-------------|
| Literatura Americana                       | 94          |
| Didática                                   | 98          |
| Prática de Ensino de Português             | 98          |
| Psic. da Educ.: aprendizagem e adolescente | 95          |
| Moral e Direito Público da Igreja          | 98          |
| Subtotal                                   | 483         |

| 4ª SÉRIE  | HORAS/AULAS |
|---|-------------|
| Cultura Brasileira                              | 104         |
| Literatura Anglo-Americana                      | 95          |
| Didática Especial de Inglês — Prática de Ensino | 98          |
| Administração Escolar                           | 103         |
| Literatura Brasileira                           | 99          |
| Didática Especial de Religião                   | 78          |
| Subtotal  | 577         |

## CURSO DE HISTÓRIA

| 1ª SÉRIE                   | HORAS/AULAS |
|----------------------------|-------------|
| Introdução à Filosofia     | 89          |
| Geografia Humana           | 97          |
| Geografia Física           | 92          |
| Antropologia Cultural      | 97          |
| História Antiga e Medieval | 101         |
| Doutrina e Liturgia        | 58          |
| Subtotal                   | 534         |

| 2ª SÉRIE                                    | HORAS/AULAS |
|---|-------------|
| História Moderna                            | 95          |
| História do Brasil                          | 89          |
| Antropologia Cultural                       | 89          |
| Psic. da Educ.: aprendizagem e adolescência | 92          |
| Moral e Direito Público da Igreja           | 85          |
| Subtotal                                    | 450         |

| 3ª SÉRIE                             | HORAS/AULAS |
|--------------------------------------|-------------|
| História Contemporânea               | 97          |
| História do Brasil                   | 97          |
| História Econômica Geral e do Brasil | 119         |
| Didática                             | 97          |
| Didática Especial de Religião        | 69          |
| Subtotal                             | 479         |

| 4ª SÉRIE                              | HORAS/AULAS |
|---------------------------------------|-------------|
| História da América                   | 98          |
| História Contemporânea                | 108         |
| Didática Especial (Prática de Ensino) | 118         |
| Elementos de Administração Escolar    | 98          |
| Introdução à Filosofia                | 97          |
| Apologética                           | 88          |
| Subtotal                              | 607         |



## CURSO DE PEDAGOGIA

| 1ª SÉRIE                           | HORAS/AULAS |
|------------------------------------|-------------|
| Complementos de Matemática         | 94          |
| História da Filosofia              | 93          |
| Sociologia                         | 98          |
| Fundamentos Biológicos da Educação | 113         |
| Psicologia Educacional             | 92          |
| Subtotal                           | 490         |

| 2ª SÉRIE                             | HORAS/ AULAS |
|--------------------------------------|--------------|
| História da Educação                 | 105          |
| Estatística Educacional              | 97           |
| Administração Escolar                | 99           |
| Fundamentos Sociológicos da Educação | 104          |
| Introdução à Filosofia               | 98           |
| Psicologia Educacional               | 103          |
| Subtotal                             | 636          |

| 3ª SÉRIE                  | HORAS/AULAS |
|---------------------------|-------------|
| Filosofia da Educação     | 113         |
| Psicologia Educacional    | 109         |
| Sociologia Educacional    | 99          |
| Didática                  | 101         |
| Moral e Direito da Igreja | 99          |
| Subtotal                  | 521         |

| 4ª SÉRIE                      | HORAS/AULAS |
|-------------------------------|-------------|
| Filosofia da Educação         | 129         |
| Administração Escolar         | 118         |
| Didática Especial             | 109         |
| Prática de Ensino             | 147         |
| Didática Especial de Religião | 80          |
| Subtotal                      | 573         |

## ANEXO IX

## PLANOS DE CURSO

**Disciplina: Apologética.**

Cursos: Pedagogia, Letras e História.

Professor: Ernst Heeger.

**OBJETIVOS:**

1. 1 Conhecer as correntes anticristãs e as religiões não-cristãs.
1. 2 Contribuir para um melhor conhecimento das religiões cristãs.

1.3 Consolidar a própria convicção religiosa.

1. 4 Despertar o senso ecumênico.

**PROGRAMA:****2. 1 As Correntes Anti-cristãs:**

2. 1. 1 O agnosticismo e o ceticismo.

2. 1. 2 O ateísmo.

2. 1. 3 O materialismo e o positivismo.

**2. 2 As Religiões Não-cristãs**

2.2.1 Islamismo

2.2.2 Judaísmo

**2.3 As Religiões Cristãs**

2.3.1 O Espiritismo

2.3.2 A Igreja Ortodoxa

2.3.3 O Catolicismo

2.3.4 O Protestantismo

**2.4 Bibliografia**

2.4.1 Pe. FRANCA, Leonel — Alocuções e Artigos.

2.4.2 MUIRHEAD, H. H. — O Cristianismo através do Século

2.4.3 D. D. SCHAFF, David S. — Nossa Crença e a de Nosso País.

2.4.4 PANDOVANI, Humberto — História da Filosofia.

2.4.5 Pe. FRANCA, Leonel — Noções de História da Filosofia.

2.4.6 QUEIRÓS, Jerônimo — O Espiritismo Analisado.

**Disciplina: Introdução à Filosofia**

Curso: Pedagogia, História e Letras.

Professor: Ernst Heeger.

**A LÓGICA FORMAL**

1. Apreensão e termo.
2. Compreensão e extensão.
3. Classificação das idéias e dos termos.
4. A definição e a divisão.

5. O juízo.

6. As proposições.

7. Classificação dos juízos.

**LÓGICA FORMAL**

1. Classificação das proposições.
2. A Oposição.
3. Leis das oposições.

4. Conversão das proposições.

5. Raciocínio indutivo.

6. Raciocínio dedutivo imediato.

**LÓGICA FORMAL**

1. Natureza do Silogismo.
2. Princípios do Silogismo.
3. Regras do Silogismo.

4. Figuras do Silogismo.

5. Modas do Silogismo.

6. Um trabalho em classe.

**LÓGICA MATERIAL**

1. As ciências.
2. Classificações das ciências.
3. Os métodos.

4. O método da Matemática.

5. Método das ciências da natureza.

6. Métodos das ciências morais.

**COSMOLOGIA E CRÍTICA DO CONHECIMENTO**

1. As propriedades gerais dos corpos.
2. A essência dos corpos.
3. A vida.

DO 4. Um trabalho em classe.

5. O ceticismo.

6. O método cartesiano.

**A CRÍTICA DO CONHECIMENTO E A ONTOLOGIA**

1. Noções primeiras e primeiros princípios.
2. A extensão do conhecimento.
3. O ser em si mesmo.

4. As divisões do ser.

5. As causas.

**A TEODICÉIA**

4. Um trabalho em classe.

1. O ontologismo, o fideísmo e o agnosticismo.
2. Provas metafísicas da existência de Deus.
3. Provas morais da existência de Deus.
5. Os atributos divinos.
6. A criação.

#### A REODICEIA E A FILOSOFIA PRÁTICA

1. A providência.
2. Filosofia da arte
3. A moral: o fim último e a lei
4. O dever e o direito.
5. Moral e pessoal.
6. Moral social.

#### **Disciplina: Doutrina e Liturgia.**

Curso: Letras.

Professor: Ernst Heeger.

#### GENERALIDADES:

1. O horário prevê 2 aulas semanais

#### DESENVOLVIMENTO:

1. A Religião no mundo de hoje.
2. A resposta de Deus ao pecado.
3. A pessoa de Cristo.
4. A doutrina de homem.
5. A doutrina da Salvação
6. A escatologia
7. A doutrina da Igreja
8. A doutrina social da Igreja.
9. O simbolismo em geral e a vida litúrgica.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

LANGSTON, A. B. — A Bíblia Sagrada.

TEIXEIRA, Alfredo Borges — Teologia Sistemática — Dogmática Evangélica.

A. HUMBERTO, S. J. & H. NIMAL, S. J. — Testemunhas de Cristo.

DAVIS, John D. — Dicionário da Bíblia.

SANTOS, Mário Ferreira dos — Tratado de Simbólica.

#### **Disciplina: Didática Especial de Religião.**

Curso: Letras e Pedagogia.

Professor: Ernst Heeger.

#### 1. OBJETIVOS:

- 1.2 Despertar nos futuros mestres o interesse pela formação religiosa dos educandos.
- 1.2 Mostrar métodos e técnicas indispensáveis para a instrução e formação religiosa dos educandos.

#### 2. PROGRAMA:

- 2.1 A Personalidade do Educador.
- 2.2 Planejamento e Planos.
- 2.3 O Educando.
  - 2.3.1 A criança.
    - 2.3.1.1 na escola
    - 2.3.1.2 na Igreja.
    - 2.3.1.3 no Lar
  - 2.3.2 O Jovem
    - 2.3.2.1 no colégio
    - 2.3.2.2 na Igreja.
    - 2.3.2.3 na Sociedade
  - 2.3.3 O Adulto
    - 2.3.3.1 na Sociedade
    - 2.3.3.2 na Igreja
    - 2.3.3.3 no Lar

#### 3. BIBLIOGRAFIA:

3.1 BARCELAY, Wade C. — A vida em formação.

3.2 NÉRICE, Imídio — Introdução à didática.

3.3 AGUAYO, A. M — Didática da Escola

3.8 LIMA, Lauro de Oliveira — Educar para a comunidade.

3.9 BRYAN, Davson — E saíram dois a dois.

3.10 HINSON, William J — A igreja local e a comunidade.

Nova.

3.4 ROHDEN, Humberto — Rumos para a educação.

3.5 BRUNO, Júlio — Problemas da sala de aula.

3.6 CARVALHO, Delgado de — Sociologia educacional.

3.7 CAMARGO, Gonzalo Baez — Princípios e métodos da educação cristã.

3.11 Igreja metodista — A Bíblia revela a missão do leigo.

3.12 JOHNSON, Paul E — Psicologia da religião.

### **Disciplina: Moral e Direito Público da Igreja.**

Curso: Pedagogia e Letras.

Professor: Ernst Heeger.

#### **GENERALIDADES:**

— A disciplina será administrada em 3 aulas semanais.

— Há 70 aulas disponíveis durante o ano letivo.

— Livro para consulta:

a) Curso de Filosofia — JOLIVET, R.

b) O pensamento filosófico da antiguidades — ROHDEN, Humberto.

c) Manual de filosofia — SANTOS, Theobaldo Miranda.

Os objetivos gerais desta matéria são:

a) conhecer os princípios universais que regem a retidão dos atos.

b) estudar a lei que orienta o homem para o seu fim último.

c) formar a personalidade do educador.

#### **PROGRAMA:**

Mês de Março — O Fato Moral

1. Definição da moral.

2. natureza da moral.

3. método da moral.

4. o mundo antigo e a moral.

5. Estágio: A importância e a significação da ética na vida do indivíduo e da sociedade.

Mês de Abril — O fato Moral

1. O Pensamento medieval quanto à moral.

2. A moral em nossos tempos.

3. O mundo moderno e a moral.

4. Um trabalho em classe.

Mês de Maio — Moral Geral

1. O fim último dos atos humanos

2. Noção e natureza do dever.

3. Conseqüências do dever.

4. O dever e o direito.

5. A justiça e a caridade.

6. Os atos humanos.

7. Estágio: examine todos os sistemas de moral e formule uma conclusão geral resultante deste exame.

Mês de Junho — Moral Geral

1. A moralidade objetiva.

2. A moralidade subjetiva.

3. Formação da consciência moral

4. Conseqüência dos atos morais.

Mês de Agosto — A Moral Especial

1. Os deveres para com Deus, para consigo mesmo e para com o próximo.

2. Moral Social: definição da sociedade.

3. A sociedade doméstica

4. A sociedade civil

5. Um trabalho em classe.

**Mês de Setembro — Moral Social**

1. A questão social.
2. O capital e o trabalho.
3. Moral Social: A questão da propriedade.

4. A vida internacional.

5. A vida política

6. Estágio: justifique a utilidade de uma sociedade das nações.

**Mês de Outubro — Moral Social e o Direito**

1. A sociedade religiosa.
2. Noção e caracteres do Direito.
3. Direito romano.

5. Divisão do Direito

6. Jesus em face da lei.

7. Um trabalho em classe.

**Mês de novembro — O Direito da Igreja.**

1. O cristianismo em face da lei
2. O direito canônico da Igreja Católica Apostólica Romana.

3. O direito das demais Igrejas Cristãs.

4. Uma recapitulação da matéria dada.